



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ERGONOMIA

JESSICA FABIOLA GONÇALVES LIRA

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO AMBIENTE ESCOLAR: ESTUDO DE
CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ – PE CONTEMPLADAS COM O
PROGRAMA DINHEIRO NAS ESCOLAS (PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL**

Recife
2020

JESSICA FABIOLA GONÇALVES LIRA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO AMBIENTE ESCOLAR: ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ – PE CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO NAS ESCOLAS (PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ergonomia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ergonomia.

Área de concentração: Ergonomia e Usabilidade do Ambiente Construído e de Sistemas

Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

- L768a Lira, Jessica Fabiola Gonçalves
Acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar: estudo de caso das escolas municipais de Gravatá – PE contempladas com o Programa Dinheiro nas Escolas (PDDE) – Escola Acessível / Jessica Fabiola Gonçalves Lira. – Recife, 2020.
218p.: il.
- Orientadora: Laura Bezerra Martins.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ergonomia, 2020.
- Inclui referências, apêndices e anexos.
1. Acessibilidade arquitetônica. 2. Programa Escola Acessível. 3. Pessoas com deficiência física e/ou visual. I. Martins, Laura Bezerra (Orientadora). II. Título.
- 620.8 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2021-123)

JESSICA FABIOLA GONÇALVES LIRA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO AMBIENTE ESCOLAR: ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ – PE CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO NAS ESCOLAS (PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ergonomia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ergonomia.

Aprovada em: 28/02/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Laura Bezerra Martins (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Rosiane Pereira Alves (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Juliane Fonseca de Queiroz Marcelino (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho aos meus Pais, agradecendo-lhes os ensinamentos, os conselhos e a ajuda que me deram ao longo da minha vida. Para eles, com muito amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus e à Nossa Senhora por sua enorme benevolência, conduzindo-me a ter capacidade e condições para acreditar que com Eles tudo consigo e tudo posso.

A minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio e incentivo expressos -no caminho e na ajuda constante, por me proporcionar toda estrutura necessária para essa conquista, a eles dedico o fruto do meu trabalho.

A Fabíola, pela presença nesta nova fase de minha vida, estando sempre disposta a ajudar não só na realização desse sonho, mas na minha caminhada para conquista de vários outros.

Meus sinceros agradecimentos as amigas Marily, Mary e Rafaella por todo apoio e pelas conversas incentivadoras, pelo estímulo, mesmo quando o cansaço parecia abater-me e, principalmente, pela confiança e carinho de sempre.

Aos funcionários e professores do PPErgo, pelo empenho e dedicação, principalmente a minha querida professora e orientadora Dr^a. Laura Bezerra Martins, por partilhar suas experiências e acompanhar o meu trabalho, através de sugestões e encaminhamentos que me levaram a superar dificuldades, o meu muito obrigada.

Aos membros da banca, Prof^a. Dr^a. Juliana Fonsêca de Queiroz Marcelino e Prof^a. Dr^a. Rosiane Pereira Alves, por aceitaram o convite e contribuírem com suas experiências para a conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de turma, pela partilha de saberes e por tornarem prazerosa a vida acadêmica, em especial a Wilma, Patrícia e Angélica, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

A toda equipe que faz parte da Secretaria Municipal de Educação de Gravatá, em especial a Irismar, Natália e Laura, por todo aprendizado adquirido, graças a vocês tive a iniciativa de escrever sobre esse tema.

A minha querida equipe da Secretaria Municipal de Infraestrutura, excepcionalmente aos meus chefes/amigos Sr^o. Euclides e Ana Paula, por serem eternos incentivadores e bastante compreensivos nas horas que precisei ausentar-me para o desenvolvimento deste trabalho. E as minhas estagiárias de arquitetura, em especial a Valquiane que descrevo de forma indiscutível, o quanto vocês foram importantes nessa pesquisa.

A Simone Rocha e Conceição do Centro de Inclusão de Gravatá, agradeço por todo o incentivo e dedicação, sem vocês teria sido mais difícil o contato com os responsáveis e as crianças com deficiência física e visual para a participação nessa pesquisa.

Aos alunos, pais, gestores e professoras das Escolas Municipais de Gravatá, que aceitaram participar da pesquisa e permitiram a realização deste trabalho, sem a participação de vocês não seria possível a elaboração da cartilha.

Ao meu talentoso amigo de infância Rafael, obrigada por ter aceitado participar desse desafio, principalmente por ter dedicado o seu tempo na produção dessa cartilha fazendo um belíssimo trabalho de ilustração.

Com vocês, queridos, divido a alegria desta experiência.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que mais de um bilhão de pessoas no mundo apresentam algum tipo de deficiência, e apesar deste número expressivo, poucos são os países que colocam em prática os preceitos de acessibilidade para pessoas com deficiência. Com o objetivo de assegurar o direito à educação e autonomia das pessoas com deficiência, o Ministério da Educação (MEC), junto aos Sistemas de Ensino, criaram o Programa Escola Acessível, que contribui para a concretização de um sistema educacional inclusivo, por meio do repasse de recurso através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Esta pesquisa apresenta, como tema principal, acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência, especialmente física e visual, nas unidades escolares que utilizam o recurso financeiro do Programa Escola Acessível no município de Gravatá. Para isso, observamos 09 (nove) unidades educacionais que usaram o recurso oriundo do PDDE Acessibilidade desde a implementação, em 2011. O estudo objetivou mapear, diagnosticar e verificar se as condições de acessibilidade arquitetônica das escolas municipais seguem as especificações na NBR 9050/2015 através do levantamento técnico; investigar a percepção do ambiente e conhecimento sobre acessibilidade arquitetônica dos gestores atuantes em 2019, como também do quadro efetivo de docentes do município e das pessoas com deficiência, especialmente física e visual que utilizam as unidades escolares no município de Gravatá. Com base nas vistorias técnicas e na aplicação da Constelação de Atributos, fica perceptível a necessidade de aparato técnico por parte dos gestores, além da falta de familiaridade com a temática, visto que as unidades analisadas estão aquém do resultado esperado e fora dos preceitos normativos. Com isso, elaboramos uma cartilha guia que visa contribuir e direcionar os responsáveis na utilização do recurso PDDE – Escola Acessível, nos projetos de acessibilidade arquitetônica, não só da rede municipal de Gravatá – PE, mas a todos que venham a ter acesso a este material.

Palavras-Chave: Acessibilidade arquitetônica; Programa Escola Acessível; Pessoas com deficiência física e/ou visual.

ABSTRACT

The World Health Organization (WHO) estimates that more than one billion people in the world have some type of disability, and despite this expressive number, there are few countries that implement the precepts of accessibility for people with disabilities. In order to ensure the right to education and autonomy for people with disabilities, the Ministry of Education (MEC) together with the Education Systems created the Accessible School Program, which contributes to the realization of an inclusive educational system, through the transfer of through the Direct Money at School Program (PDDE). This research has as its main theme, architectural accessibility for people with disabilities, especially physical and visual, in school units that use the financial resources of the Accessible School Program in the city of Gravatá. For this, we observed 09 (nine) educational units, which used the resource from the PDDE Accessibility since its implementation in 2011. The study aimed to map, diagnose and verify whether the architectural accessibility conditions of municipal schools follow the specifications in NBR 9050/2015 through the technical survey; to investigate the perception of the environment and knowledge about architectural accessibility of managers working in 2019, as well as the effective staff of teachers in the municipality and people with disabilities, especially physical and visual who use school units in the city of Gravatá. Based on technical surveys and the application of the Attribute Constellation, the need for technical apparatus on the part of managers is noticeable, in addition to the lack of familiarity with the theme, since the units analyzed are below the expected result and outside the normative precepts. With this, we prepared a guide booklet that aims to contribute and direct those responsible for the use of the PDDE resource - Accessible School, in architectural accessibility projects, not only in the municipal network of Gravatá - PE, but to all who will have access to this material.

Keywords: Architectural accessibility; Accessible School Program; People with physical and/or visual disabilities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização de Gravatá no estado de Pernambuco.....	56
Figura 1 – Modelo de representação das Constelações de Atributos.....	64
Figura 2 – Escola na quadra e no entorno.....	67
Figura 3 – Fachada da escola.....	67
Figura 4 – Planta da Escola Intermediária João Paulo I (planta sem escala).....	68
Figura 5 – Rampa como um obstáculo.....	69
Figura 6 – Largura da calçada em frente à escola.....	70
Figura 7 – Percurso de entrada à escola.....	70
Figura 8 – Estacionamento da escola.....	71
Figura 9 – Circulação externa.....	71
Figura 10 – Circulação externa.....	72
Figura 11 – Corredores internos.....	72
Figura 12 – Rampas.....	73
Figura 13 – Sanitário feminino.....	73
Figura 14 - Sanitário masculino.....	74
Figura 15 – Extrato referente ao recebimento do pagamento do PDDE.....	74
Figura 16 – Fachada da escola.....	75
Figura 17 – Escola na quadra e no entorno.....	75
Figura 18 – Planta da Escola Monsenhor José Elias de Almeida (planta sem escala).....	76
Figura 19 – Planta da Escola Monsenhor José Elias de Almeida – Bloco 01 (planta sem escala).....	77

Figura 20 – Planta da Escola Monsenhor José Elias de Almeida – Bloco 03 (planta sem escala).....	78
Figura 21 – Entrada frontal da escola.....	79
Figura 22 – Entrada Bloco 01.....	79
Figura 23 – Entrada Bloco 03.....	80
Figura 24 - Estacionamento.....	80
Figura 25 – Circulação externa.....	81
Figura 26 – Acesso a quadra.....	81
Figura 27 – Corredor Bloco 01.....	82
Figura 28 – Corredor Bloco 03.....	82
Figura 29 – Piso Bloco 03.....	82
Figura 30 – Acesso a quadra.....	83
Figura 31 – Acesso ao Bloco 03.....	83
Figura 32 – Escada externa.....	84
Figura 33 – Escada interna do Bloco 03.....	84
Figura 34 – Sanitário do Pré-escolar.....	85
Figura 35 – Sanitário do Bloco 01.....	85
Figura 36 – Sanitário do Bloco 01.....	85
Figura 37 - Extrato referente ao recebimento do pagamento do PDDE.....	86
Figura 38 – Planta da Escola Municipal da Serra (planta sem escala).....	87
Figura 39 – Fachada da escola.....	87
Figura 40 – Planta da Serrinha (planta sem escala).....	88
Figura 41 – Fachada da escola.....	89
Figura 42 – Percurso de entrada à escola.....	89

Figura 43 – Circulação interna.....	90
Figura 44 – Rampas de acesso às salas de aula.....	90
Figura 45 – Rampa em conformidade com a norma.....	91
Figura 46 – Banheiro acessível.....	91
Figura 47 - Extrato referente ao recebimento do pagamento do PDDE.....	92
Figura 48 – Fachada da escola.....	92
Figura 49 – Escola na quadra e no entorno.....	93
Figura 50 – Planta baixa da Escola Jesus Pequenino (planta sem escala).....	94
Figura 51 – Rua de entrada da escola.....	95
Figura 52 – Fachada da escola.....	95
Figura 53 – Percurso do portão da escola ao portão de entrada.....	96
Figura 54 – Área externa da escola.....	96
Figura 55 – Circulação interna.....	97
Figura 56 – Rampa externa.....	97
Figura 57 – Rampa interna.....	98
Figura 58 – Corrimão da rampa interna.....	98
Figura 59 – Sanitário acessível à Pessoa com Deficiência.....	99
Figura 60 - Extrato pagamento do PDDE – Escola Jesus Pequenino.....	99
Figura 61- Escola na quadra e no entorno.....	100
Figura 62 – Fachada da escola.....	100
Figura 63 – Planta Baixa da Escola Irmã Judith Ferreira Leite (planta sem escala).....	101
Figura 64 – Rua em frente à escola.....	102
Figura 65 – Portão de entrada da escola.....	102

Figura 66 –Hall de entrada.....	103
Figura 67– Piso tátil deteriorado.....	103
Figura 68 – Rampa externa.....	104
Figura 69 – Rampa da área interna.....	104
Figura 70 – Lavatório modelo torre.....	105
Figura 71 – Barras de apoio inadequadas.....	105
Figura 72 - Extrato pagamento do PDDE – Escola Irma Judith Ferreira Leite.....	106
Figura 73 – Fachada da escola.....	106
Figura 74 – Escola na quadra e no entorno.....	107
Figura 75 – Planta Baixa da Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva (planta sem escala).....	108
Figura 76 – Rua em frente à escola.....	109
Figura 77 – Portão da escola à porta de entrada.....	109
Figura 78 – Circulação externa.....	110
Figura 79 – Circulação externa.....	110
Figura 80 – Corredor interno.....	111
Figura 81 – Rampa de acesso à sala.....	111
Figura 82 – Rampa área externa.....	112
Figura 83 – Sanitário acessível.....	112
Figura 84 - Extrato pagamento do PDDE – Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva.....	113
Figura 85 – Escola na quadra e no entorno.....	113
Figura 86 – Fachada da escola.....	114

Figura 87 - Planta Baixa da Escola Edgar Nunes Batista (planta sem escala).....	115
Figura 88 – Rua em frente à escola.....	116
Figura 89 – Circulações internas e externas no terreno da escola.....	116
Figura 90 – Rampa de acesso à sala do EJA.....	117
Figura 91 – Escada de acesso à sala do EJA.....	117
Figura 92 – Banheiro acessível.....	118
Figura 93 - Extrato pagamento do PDDE – Escola Edgar Nunes Batista.....	118
Figura 94 – Quadra e entorno da escola.....	119
Figura 95 – Fachada da escola.....	119
Figura 96 – Planta Baixa da Escola Capitão José Primo (planta sem escala).....	120
Figura 97 – Rua em frente à escola.....	121
Figura 98 – Do portão da escola à porta da entrada.....	121
Figura 99 – Circulação do 1º pavimento.....	122
Figura 100 – Circulação do térreo.....	122
Figura 101 – Rampa acesso à sala de aula.....	123
Figura 102 – Escada de entrada.....	123
Figura 103 – Escada do 1º pavimento.....	124
Figura 104 – Sanitário acessível.....	124
Figura 105 - Extrato pagamento do PDDE – Escola Capitão José Primo de Oliveira.....	125
Figura 106 – Workshop na Secretaria de Educação.....	127
Figura 107 – Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, segundo opinião do grupo dos Gestores.....	129

Figura 108 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, segundo opinião do grupo dos Gestores.....	129
Figura 109 - Encontro com os pais e alunos no Centro de Inclusão de Gravatá – CIG.....	130
Figura 110 - Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, responsáveis atendidos no CIG.....	132
Figura 111 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, responsáveis atendidos no CIG.....	132
Figura 112 - Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, segundo alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas.....	135
Figura 113 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, segundo alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas.....	135
Figura 114 - QR Code do vídeo acessibilidade arquitetônica.....	137
Figura 115 - Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, segundo o quadro de educadores.....	139
Figura 116 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, segundo o quadro de educadores.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultado do conhecimento dos Gestores sobre acessibilidade arquitetônica.....	126
Gráfico 2 – Resultado do conhecimento dos Gestores sobre PDDE – Acessibilidade.....	127
Gráfico 3 – Classificação dos participantes das entrevistas online (quadro efetivo).....	136
Gráfico 4 – Resultado do conhecimento dos educadores do quadro efetivo sobre acessibilidade arquitetônica.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginário, segundo opinião do grupo dos Gestores.....	128
Tabela 2 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica real, segundo opinião do grupo dos Gestores.....	128
Tabela 3 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginária, segundo alunos e/ou responsáveis atendidos no CIG.....	131
Tabela 4 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica real, segundo alunos e/ou responsáveis atendidos no CIG.....	131
Tabela 5 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginário, segundo alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas analisadas.....	134
Tabela 7 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginário, segundo o quadro de educadores.....	138
Tabela 8 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica real, segundo o quadro de educadores.....	139

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
Art	Artigo
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIDIDI	Classificação das Consequências das Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CIG	Centro de Inclusão Gravatá
CMDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
DV	Deficiente Visual
EEx	Entidade Executora
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	Fundo de Participação do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICIDH	International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps
ICMS	Impostos sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IPTU	Imposto Predial Territorial e Urbano

IRPF	Imposto de Renda sobre Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MES	Ministério dos negócios da Educação e Saúde Pública
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Medida Provisória
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Plano de Ações Articuladas
PcD	Pessoa com Deficiência
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDDERex	Relações de Unidades Executoras Atendidas pelo PDDE
PDE Escola	Plano de Desenvolvimento da Escola
PE	Pernambuco
PMDE	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade e Controle Urbano
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
TGD	Transtornos Globais de Desenvolvimento
UEx	Unidade Executora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
1.1	Definição do tema e justificativa.....	23
1.2	Pergunta da pesquisa e delimitação da pesquisa.....	26
1.3	Objetivo geral	26
1.4	Objetivos específicos.....	26
1.5	Estrutura da pesquisa.....	27
2	CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA	29
2.1	Subsídio da educação no Brasil	29
2.2	Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	36
2.2.1	PDDE Estrutura – Escola Acessível.....	39
2.3	Deficiência física e visual.....	40
2.3.1	Inclusão escolar para pessoas com deficiência física e visual.....	41
2.3.2	Adequação dos espaços físicos das escolas para pessoas com deficiência física e visual.....	45
2.4	Acessibilidade	46
2.4.1	Acessibilidade e ergonomia transformando ambiente escolar.....	48
2.5	Condicionantes legais para avaliação da acessibilidade arquitetônica dos aspectos projetuais do ambiente escolar.....	50
2.6	Considerações sobre a revisão de literatura.....	51
3	CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA.....	54
3.1	Classificação da pesquisa	54
3.2	Método de abordagem	54
3.3	Método de procedimento	55
3.4	Cenário da pesquisa.....	55
3.5	Amostra de participantes.....	57
3.6	Crerios de inclusão e exclusão	57
3.7	Recrutamento dos participantes	58
3.8	Técnicas e instrumentos utilizados para coleta de dados.....	58
3.8.1	Etapa 01 – Olhar técnico.....	59
3.8.1.1	SELEÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.....	59
3.8.1.2	VISTORIA TÉCNICA COM APLICAÇÃO DO CHECKLIST.....	60

3.8.2	Etapa 2 – O olhar do Gestor.....	62
3.8.2.1	WORKSHOP	62
3.8.3	Etapa 02 a 05 – Olhar dos gestores, usuários, de outro usuários e docentes.....	63
3.8.3.1	CONSTELAÇÃO DE ATRIBUTOS.....	63
3.9	Aspectos éticos	65
4	CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS	66
4.1	Unidades escolares selecionadas.....	66
4.1.1	Escola Intermediária João Paulo I.....	67
4.1.1.1	ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA.....	69
4.1.1.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE.....	74
4.1.2	Escola Monsenhor José Elias de Almeida.....	75
4.1.2.1	ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA.....	78
4.1.2.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE.....	86
4.1.3	Escola Municipal da Serra.....	86
4.1.3.1	ANALISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA	88
4.1.3.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE – ACESSIBILIDADE.....	92
4.1.4	Escola Jesus Pequenin.....	92
4.1.4.1	ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA	94
4.1.4.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE.....	99
4.1.5	Escola Irmã Judith Ferreira Leite.....	100
4.1.5.1	ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA	101
4.1.5.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE.....	106

4.1.6	Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva.....	106
4.1.6.1	ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA	108
4.1.6.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE – ACESSIBILIDADE.....	113
4.1.7	Escola Edgar Nunes Batista.....	113
4.1.7.1	ANALISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA	115
4.1.7.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE – ACESSIBILIDADE.....	118
4.1.8	Escola Municipal Capitão José Primo de Oliveira.....	118
4.1.8.1	ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA.....	120
4.1.8.2	INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE.....	125
4.2	Resultado do <i>workshop</i> , questionário e da constelação de atributos.....	125
4.2.1	Gestores de 2019.....	125
4.2.2	Os alunos com deficiência física e visual atendidos no CIG.....	130
4.2.3	Alunos e funcionários das escolas que utilizaram o recurso.....	133
4.2.4	Os educadores do quadro efetivo.....	136
4.3	Diretrizes para melhorar da utilização do recurso PDDE – Acessibilidade.....	140
5	CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS.....	146
	APÊNDICE A - CHECKLIST DE VISTORIA TÉCNICA.....	153
	APÊNDICE B - CONVITE AOS GESTORES ATUANTES EM 2019 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ.....	169
	APÊNDICE C - APRESENTAÇÃO DO WORKSHOP PARA OS GESTORES ATUANTES EM 2019 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ.....	170
	APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ ATUANTES NO ANO DE 2019.....	181

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL QUE ESTUDEM/ TRABALHAM NAS ESCOLAS QUE UTILIZARAM O RECUSO	183
APÊNDICE F - CONVITE AOS ALUNOS E PAIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL EM ATENDIMENTO NO CENTRO DE INCLUSÃO DE GRAVATÁ - CIG	185
APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS E RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL ATENDIDOS PELO CENTRO DE INCLUSÃO DE GRAVATÁ.....	186
APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO APLICADO VIA WHATSAPP PARA OS DOCENTES PERTENCENTES AO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ	188
APÊNDICE I - CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – ACESSIBILIDADE.....	190
ANEXO A - NOME E ENDEREÇO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ.....	215
ANEXO B - LEVANTAMENTO DE DADOS PARA O CENSO 2019.....	218

1 INTRODUÇÃO

Incluir é um movimento que compreende a educação como um direito humano fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária. Esse movimento preocupa-se em atender todas as crianças, jovens e adultos, a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades, e habilitar todas as escolas para o atendimento da sua comunidade.

Este trabalho apresenta, como tema de pesquisa, a acessibilidade arquitetônica das escolas para a pessoa com deficiência, especialmente física e visual, no ambiente escolar, com foco nas intervenções que são permitidas com a utilização do recurso Programa Escola Acessível, para a elaboração de uma cartilha guia que visa contribuir e direcionar os responsáveis na utilização do recurso Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Acessível.

1.1 Definição do tema e justificativa

A Organização Mundial de Saúde divulgou um estudo estimando que mais de um bilhão de pessoas no mundo apresentam algum tipo de deficiência (MAJOR, 2015). E apesar desse número ser considerável, poucos são os países que colocaram em prática a acessibilidade para as pessoas com deficiência, seja nos transportes públicos, nas construções em geral, nas vias públicas. É significativo ressaltar que, ainda de acordo com o estudo, crianças com deficiência têm menos chance de entrar na escola do que as que não apresentam nenhuma deficiência (ONU, 2019).

A Organização das Nações Unidas (ONU), na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, coloca sobre a participação e inclusão na sociedade e que os Estados Partes da presente Convenção reconhecem a importância de acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades individuais (BRASIL, 2009a).

O exposto pela Convenção da Organização das Nações Unidas tem a preocupação de que os países envolvidos ou Estados Partes viabilizem, às Pessoas com Deficiência - PcD, autonomia e plena atividade de suas funções, sendo essas em

igualdade com as demais pessoas que convivem. Para tal, coloca que os edifícios residenciais ou não, os meios de transportes públicos, as vias públicas, os hospitais, às escolas, sejam acessíveis às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), no que se refere as pessoas com deficiência, é competência comum a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência. Explana que é dever do estado com a educação garantir atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com o objetivo de assegurar o direito à educação e promover autonomia e independência as pessoas com deficiência, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Escola Acessível, que contribui para a concretização de um sistema educacional inclusivo. Os recursos deste programa são repassados para as instituições de ensino público da educação básica e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (BRASIL, 2017).

De acordo com a Resolução nº 04, de 17 de março de 2009, o PDDE propõe, por meio do recolhimento de impostos oriundos do salário-educação e distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDE, fornecer assistência financeira para às escolas, de forma a contribuir, supletivamente, para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, como também fortalecer a participação social e autogestão escolar (BRASIL, 2009).

O repasse do recurso do Programa Escola Acessível se dá pelo PDDE - Acessibilidade, por meio do qual o auxílio é destinado exclusivamente a adequação arquitetônica, como construções de rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora, como também a aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

A acessibilidade arquitetônica nas escolas é a adequação do espaço físico para os estudantes com deficiência. As principais questões referentes à acessibilidade arquitetônica são: as instalações de acesso à escola; a existência de rampas; se os corredores são amplos e se possuem corrimão; as medidas das portas tanto das salas de aula quanto das dos banheiros; entre outras (BORDIGNON *et al.*, 2011).

Como o tema central desse estudo é a acessibilidade arquitetônica das escolas para às pessoas com deficiência física e visual, analisamos as escolas municipais de

Gravatá, município do estado de Pernambuco, que receberam recursos oriundos do PDDE – Escola Acessível e identificamos nas escolas às adequações arquitetônicas efetivadas a partir desse programa. Bem como conferimos, por meio de questionários, o conhecimento e a percepção do ambiente construído dos gestores atuantes em 2019 sobre acessibilidade arquitetônica, dos docentes efetivos do município, os alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual que estudam/trabalham nas escolas que utilizaram o recurso e dos alunos que são atendidos no Centro de Inclusão de Gravatá.

Nossa intenção foi certificar que os alunos e pessoas com deficiência (física e/ou visual) que frequentam as escolas municipais de Gravatá – PE, que recebem os recursos do PDDE - Acessibilidade, sejam assegurados de frequentar os diversos espaços e participar das atividades do âmbito escolar. É fundamental a transformação da cultura escolar para uma educação inclusiva, entendida como uma concepção de ensino contemporâneo, que tem como objetivo assegurar que os alunos que frequentem classes comuns com colegas sem deficiência da mesma faixa etária tenham a oportunidade de aprender, uns com os outros, reduzindo, assim, o estigma das diferenças e promovendo o convívio escolar.

O Programa Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) traz para as escolas públicas da educação básica, das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, a possibilidade de promover a acessibilidade de alunos com deficiência, pois viabiliza aos gestores membros da Unidade Executora (UEx) o recurso para proporcionar de forma efetiva projetos direcionados à inclusão escolar.

Por meio de visitas às escolas municipais de Gravatá, uma vez que a autora da pesquisa integra o quadro de funcionários da rede municipal de Gravatá – PE, o que viabilizou a pesquisa, foi constatada a falta de orientação na adequação dos ambientes físicos, sendo possível observar reduzida acessibilidade arquitetônica que compromete o direito de ir e vir com autonomia das pessoas com deficiência. Percebendo a falta de orientação para a utilização adequada desse recurso financeiro no ambiente escolar, sendo utilizado, na maioria das vezes, sem acompanhamento de um profissional da área para o desenvolvimento do projeto. Assim, pretende-se criar uma cartilha que facilite para equipe gestora o uso adequado desta verba.

Assim, por meio desta pesquisa, foi realizado o mapeamento e diagnóstico das condições físicas nas escolas que utilizaram o recurso desde a implementação, em 2011.

1.2 Pergunta da pesquisa e delimitação da pesquisa

Partindo do que foi observado durante as visitas nas escolas municipais de Gravatá - PE, e levando em consideração as necessidades das pessoas com deficiência física e/ou visual para acessarem todos os ambientes físicos que integram às escolas, temos como ponto de partida a questão: De que forma os gestores membros da Unidade Executora (UEx) estão utilizando os recursos destinados para o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE para uso exclusivo de reformas relacionadas à acessibilidade?

1.3 Objetivo geral

Analisar as condições de acessibilidade e identificar o nível de conhecimento dos gestores das escolas da Rede Municipal de Gravatá- PE sobre acessibilidade, com base nestes dados desenvolver uma cartilha guia que contribua e direcione os responsáveis na utilização do recurso Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Acessível, nos projetos de acessibilidade arquitetônica.

1.4 Objetivos específicos

- Analisar as intervenções feitas de 2011 a 2019 com o recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Acessível;
- Avaliar se as condições de acessibilidade arquitetônica atendem as especificações da NBR 9050/2015;
- Identificar o conhecimento e a percepção acerca da acessibilidade arquitetônica do ambiente construído dos responsáveis pela utilização do recurso do PDDE sobre acessibilidade arquitetônica em 2019;
- Identificar o conhecimento e a percepção acerca da acessibilidade arquitetônica do ambiente construído dos gestores e docentes do quadro

efetivo do município de Gravatá - PE, dos alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas que utilizaram o recurso e dos alunos com deficiência física e/ou visual atendidos no Centro de Inclusão de Gravatá;

- Traçar o panorama das condições de acessibilidade referente aos espaços físicos das escolas municipais de Gravatá – PE.

1.5 Estrutura da pesquisa

A presente pesquisa foi estruturada em introdução e quatro capítulos, sendo eles: 1 - revisão da literatura, 2 - procedimentos metodológicos, 3 – análise dos resultados e 4 - considerações finais.

Na introdução, apresentamos uma breve abordagem sobre as definições do tema e seu contexto, do mesmo modo que apresentamos a pergunta norteadora da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, além do detalhamento da estrutura da pesquisa.

O primeiro capítulo trata do marco teórico, denominado como revisão da literatura, onde abordamos os assuntos que consideramos de maior importância para o embasamento desta pesquisa. Retratamos temas como o percurso histórico do financiamento da educação, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), conceitos e legislações sobre deficiência e acessibilidade.

No segundo capítulo, retratamos a metodologia utilizada nesta pesquisa. Descrevemos, assim, o tipo de estudo, métodos e abordagens, cenário da pesquisa, amostra de participantes, critérios de inclusão e exclusão, recrutamento dos participantes, técnicas e instrumentos utilizados para coleta de dados, análise de procedimentos de dados e aspectos éticos.

No terceiro capítulo, apresentamos e detalhamos os resultados obtidos na observação realizada nas nove escolas municipais de Gravatá-PE, catalogadas através de registros fotográficos, levantamentos arquitetônicos e preenchimento do *checklist* de análise dos ambientes sobre acessibilidade arquitetônica. Além disto, abordamos a visão e percepção do ambiente sobre acessibilidade arquitetônica dos gestores e professores de 2019, bem como as principais dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência que frequentam tais escolas e que são atendidos no Centro de Inclusão de Gravatá.

Nas considerações finais, são apresentadas as principais contribuições desse estudo, através de uma análise sobre o que foi observado e registrado nas dependências das escolas a respeito da adequação existente, buscando saber se aproxima-se ou não da legislação prevista, e se estas estão de acordo com as normas da ABNT 9050/2015.

A finalização do trabalho deu-se com a concretização de uma cartilha de conscientização e orientação para os gestores (membros das UEx) sobre acessibilidade arquitetônica e os caminhos para utilizar de forma eficiente o recurso financeiro do Programa Dinheiro na Escola – Acessibilidade.

2 CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo foi elaborado com o intuito de realizar um breve histórico do financiamento da educação no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Serão apontados quais recursos financeiros são direcionados à educação, destinados as melhorias na estrutura física e pedagógica.

2.1 Subsídio da educação no Brasil

O percurso das bases do financiamento da educação brasileira não é unidirecional. Carrega traços de avanços e recuos ao longo de sua história, uma vez que está inserida dentro de contextos sociohistóricos. A educação escolar é um bem social que se tornou direito de todos, logo não provem de iniciativas individualizadas. Sua trajetória é marcada por estratégias, finalidades, metas, objetivos e princípios dependentes de um sistema que a financie (CURY, 2018).

É perceptível, que a educação sempre esteve à mercê do sistema político e econômico da sociedade desde os primórdios da história do Brasil. Realizando uma retrospectiva, o sistema educacional no período colonial (1549/1808) dava seus primeiros passos. Por meio da implantação do ensino pelos jesuítas – a Companhia de Jesus, com viés religioso, era deficitário. Desde que chegaram, fizeram da educação instrumento de dominação espiritual e canal para propagar à cultura da Europa. A educação passou a ser custeada pela redízima – um pequeno porcentual sobre o imposto que era arrecadado das dízimas (a dízima era um imposto de 10% sobre o bens que adentrava na Colônia por meio dos portos) (OLINDA, 2003; CURY, 2018).

Com a chegada do Marquês de Pombal se deu a primeira forma estatal de financiamento educacional. A expulsão dos jesuítas em 1759, marca a segunda fase do período colonial brasileiro, nesta fase foram criadas escolas régias para se oficializar o ensino (REZENDE PINTO, 2000).

Com a finalidade de financiá-las, por meio da Carta Régia de 10 de novembro de 1772, recursos denominados como subsídio literário – um imposto especialmente criado para manter o ensino primário e para o pagamento dos professores. Sendo assim disposto:

Eu El Rei Faço saber aos que este Alvará de Lei virem, que com a ocasião do Estabelecimento, e da arrecadação do Subsidio determinado para a manutenção do grande número de Mestre, e Professores das Escolas Menores, com que a Carte de Lei da mesma data deste dei providencia em Commum benefício ao ensino público dos Meninos, e Mancebos de todos os Meus Reinos, E Senhorios, Me foi presente a desordem, com que pelos antigos, e reprovados methodos, com que achei arruinado em todas as suas Repartições [...] (PORTUGAL, 1772, p. 619).

Devido à falta de implementação da instrução popular, a reforma pombalina fragmentou o sistema educacional, o que mais tarde levou à sua queda. O subsídio passou a não chegar para manter as despesas geradas com a educação, nem mesmo os pagamentos dos professores (OLINDA, 2013).

O ano de 1808 marca o início do período Imperial no Brasil. Com a sede da monarquia trazida para o Brasil, a educação passa a ganhar novo ares por influência de Don João VI, implicando na criação de vários órgãos do governo, onde o país passou a conhecer a criação de escolas de ensino superior e secundário preparatório (OLINDA, 2013; CURY, 2018).

Ainda no Império, estando o Brasil politicamente independente, a situação de precariedade perdurava. A constituição de 1824, aponta em seu Art. 172º base para o financiamento, no qual os ministros do estado deveriam encaminhar seus orçamentos para o Ministro de Estado da Fazenda, onde saíam destes orçamentos fundos para a educação (BRASIL, 1824).

Cury (2018, p. 1221) relata que o subsídio foi “mencionado pelas últimas vezes em documentos oficiais no Decreto de 26 de julho de 1827 e na Lei de Orçamento do ano de 1836 a 1837, se dá agora dentro da duplicidade administrativa estabelecida pelo Ato Adicional de 1834”. A partir deste decreto, a receita da educação acabou provinda de recursos da receita geral, de loterias e de rifas (BRASIL, 1834).

Com a Reforma Couto Ferraz, por meio do Decreto nº. 1331/A de 1854, já não se fazia referência ao financiamento educacional, ainda que punha em destaque a necessidade de ampliação do sistema educacional (BRASIL, 1854; LIMEIRA & SCHUELER, 2008). A Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto nº. 7247 de 1789, faz referência a donativos e auxílios para desenvolver e propagar a instrução pública, mas não traz um artigo acerca do financiamento para educação (BRASIL, 1789).

Para o financiamento educacional durante o Período Republicano, Nunes (2017) endossa:

Quatro importantes períodos, que se destacaram na maneira como a educação e seu financiamento foram compreendidos e internalizados na estrutura estatal. São eles: (i) os desafios da Primeira República, frente aos valores republicanos e as heranças do império; (ii) mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram a partir da década de 1920, que mudariam o paradigma da educação e de seu financiamento, vinculando recursos orçamentários; (iii) o golpe militar e o rompimento com a política vinculatória; e (iv) os pungentes desafios do período atual e a necessidade de coadunar desenvolvimento regional e educação (NUNES, 2017, p. 34).

Segundo a autora, “a primeira constituição republicana, outorgada em 22 de junho de 1890 (Decreto nº 510), assim como sua alteração em 23 de outubro do mesmo ano (Decreto nº 914-A), não resultou em mudanças significativas no campo educacional” (NUNES, 2017, p. 35). Ainda que os republicanos tivessem a intenção de se desligar dos vícios do período imperial, Pinto (2000, p. 50) afirma: “no campo educacional mantinha-se uma política datada do império, que descentralizou prestação da instrução básica às denominadas províncias (Estados), de modo que o governo central teria apenas a competência normativa”.

O início do século XX no Brasil, foi marcado por transformações econômicas e políticas, que destacam o crescimento dos problemas sociais, visto que o aumento da população urbana era acentuado. Logo, a educação passou a ser canal para conferir identidade à massa (ROSSINHOLI, 2008; NUNES, 2017). As reformas educacionais no início dos anos de 1920, seriam o marco para um novo paradigma ao financiamento da educação brasileira (PINTO, 2000).

Nunes (2017, p. 36) acrescenta:

Nesse período, começaram a tomar forma os debates que pretendiam vincular parte das receitas do orçamento para garantir recursos a educação pública, que se tornariam constantes ao longo da história do financiamento público educacional [...] Também nessa época, a obrigatoriedade da educação também foi objeto de debates vigorosos, uma vez que se argumentava que a vinculação de recursos poderia ser o meio pelo qual a obrigatoriedade do ensino se tornaria, de fato, matéria de aplicação cogente aos entes subnacionais. Esses elementos seriam capazes de garantir a eficácia na prestação da educação, posto que haveria garantia de recursos financeiros, promovendo o almejado desenvolvimento em nome de uma identidade nacional.

Apenas com a Reforma João Luiz Alves, determinada pelo Decreto nº. 16.782-A (BRASIL, 1925) foi prevista a vinculação de recursos para a educação, em seu Art. 25º:

a) A União obriga-se a pagar directamente os vencimentos dos professores primarios, até o maximo de 2:400\$ annuaes, e os Estados a fornecer-lhes casas para residencia e escola, assim como o necessario material escolar; b) as escolas subvencionadas serão de natureza rural; c) os Estados obrigarse-ão a não reduzir o numero de escolas existentes no seu territorio ao tempo da celebração do accôrdo, a aplicar 10%, no minimo, de sua receita na instrucção primaria e normal, a permitir que a União fiscalize o effectivo funcionamento das escolas por elles mantidas nas respctivas escolas mantidas e adoptar nas respectivas escolas o mesmo programma organizado pela União; d) a forma das nomeações e as garantias e deveres dos professores serão previstos no termos do accôrdo, tendo em vista a legislação local e os principios deste regulamento em relação ao professorado; e) os professores serão tirados de entre os diplomados por escolas normaes reconhecidas oficialmente plo Ministro da Justiça e Negocios Interiores e, só na falta de diplomados que aceitem a nomeção, poderão ser nomeados não diplomados, mediante exames de habilitação, que será regulado no accôrdo; f) a inspecção superior das escolas subvencionadas será feita em cada Estado por um fiscal geral, nomeado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, e remunerados pela Unão, com vencimentos nunca superiores a 18:000\$ annuaes, considerado o cargo como simples commissão: g) para cada municipio em que houver escola subvencionada, o Rirector Geral do Departamento nomeará, sob proposta do fiscal estadual, pessoa idonea para exercer o cargo de fiscal municipal, cujas funcções serão gratuitas e consideradas como relevante serviço publico; h) ao fiscal municipal incubirá informar ao estadual e este ao Conselho do Ensino Primario e Profissional, por intermedio do Departamento Nacional do Ensino, sobre todas ocorrencias que interessem a regularidade do ensino nas escolas subvencionadas; dar aos professores o attestado mensal de exercicio, para a applicação das penalidades previstas na legislação, ou no termo de acordo (BRASIL, 1925).

Nesse contexto, Martins & Pinto (2013, p. 8) atestam que “algumas reformas foram acompanhadas da criação de fundos estaduais específicos”. Acerca do financiamento da educação, Cury (2005, p. 89) diz:

Os orçamentos respectivos deviam consignar as verbas necessárias a esse pão do espírito (...). Mas um fundo de educação é necessário. (...) o fundo escolar, formado pelo patrimônio de terras públicas (...) e outros impostos e verbas, evitando a penúria das crises permanentes ou periódicas dos erários públicos (CURY, 2005, p. 89).

Na década de 30, fora criado o Ministério dos negócios da Educação e Saúde Pública (MES), que tinha como função conduzir e promover a centralização das políticas educacionais (NUNES, 2017). Em paralelo, Fernando de Azevedo criou o tratado do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 26 intelectuais da época. Tal manifesto tinha como objetivo “a criação de um plano geral de educação, uniforme, laico e obrigatório, a ser aplicado em todas as escolas do país,

de modo que não houvesse distinção entre ensino público e privado” (NUNES, 2017, p. 37).

O documento afirmava ser necessário a criação de um fundo específico, acerca do financiamento da educação, composto por impostos, patrimônios e rendas que seriam administradas pelos órgãos do ensino. De forma que não se submetesse “as crises dos erários do Estado ou às oscilações do interesse dos governos pela educação” (AZEVEDO *et al.*, 2010, p. 47).

Devido a estas movimentações em prol da educação, o texto da Constituição de 1934, traz a educação como direito de todos os cidadãos brasileiros. Trazendo em seu Art. 156º: “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” e “a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual (BRASIL, 1934).

Com a chegada do período militar, houve modificações no cenário educacional e no financiamento desse. Ainda, segundo Nunes (2017):

Meses após o início do regime autoritário, a contribuição social Salário-Educação, por meio da Lei nº 4.440/1964, para complementar as despesas com educação, buscando recursos junto ao setor privado. Assim, a empresa vinculada à Previdência Social deveria recolher porcentagem sobre o salário mínimo, para custear o “ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e destinado a suplementar as despesas públicas com a educação elementar” (artigo 1º). Metade do montante deveria ser depositado no Fundo Estadual de Ensino Primário (artigo 4º, a), enquanto a outra parte deveria ser aplicada no Fundo Nacional de Ensino Primário (artigo 4º, b) (NUNES, 2017, p. 41).

Passada as crises e período autoritário sobre o qual o Brasil estava submetido, era chegada a hora de retomar o processo de redemocratização, o que exigia uma nova Constituição Federal. Chegamos ao texto final da atual Constituição, que prevê em seu Art. 212º a vinculação de recursos à educação (BRASIL, 1988):

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. § 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos

respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a), e a Emenda Constitucional de nº 14 (BRASIL, 1996b), alteram alguns artigos da Constituição vigente, onde passa a ser instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que foi regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Essa lei determina a oferta do ensino obrigatório a todos os cidadãos brasileiros, e a partir desse fundo, cada Estado tem subsídios necessários para ofertar uma Educação Básica gratuita e de qualidade.¹

Desta forma, este novo recurso financeiro passa a ser composto por 15% dos recursos da parcela do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS², do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. Além do Fundo de Participação do Estado – FPE, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, todos com percentuais destinados à educação pública. O montante dessa arrecadação é dividido e distribuído, de acordo com o número de alunos atendidos no ensino fundamental, entre o Distrito Federal, os Estados e os Municípios.³

1

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes.

² Na base de cálculo do valor referente ao ICMS, incluiu-se o montante de recursos financeiros transferidos em moeda, pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes da desoneração das exportações (BRASIL, 1996).

³ Site Portal do MEC.

O recurso do FUNDEF vigorou até 1996, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, o FUNDEB passa a garantir que 60% desse fundo seja destinado ao magistério e 40% passam a ser designados para a manutenção na educação básica, o que envolve a aquisição de material didático, manutenção e conservação dos equipamentos, manutenção e construção de instalações da unidade escolar, entre outros. Reforçando os investimentos destinados à educação básica, e o incentivo à formação do professor e melhorias salariais.⁴

Em termos gerais, a Constituição Federal do Brasil estabelece que 18% da receita dos impostos devem ser utilizados pela União para garantir o acesso e a manutenção das unidades escolares; estabelece, também, que 25% da receita dos impostos dos Estados e do Municípios sejam utilizados para garantir a manutenção e a qualidade do ensino público (BRASIL, 1988).

Sendo assim, segue a relação de alguns dos principais impostos arrecadados que tem percentuais convertidos para o desenvolvimento da educação básica no Brasil, são eles: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS; Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto Predial Territorial e Urbano – IPTU; Imposto de Renda sobre Pessoa Física – IRPF; Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ; entre outros (BRASIL, 1988).

Mesmo a educação básica, pública, contando com uma quantia considerável de recurso público para seu financiamento, existe certa estabilidade sob esse financiamento, visto que existem variações econômicas, falhas nas políticas fiscais e depende da execução das políticas governamentais. Além dos recursos financeiros internos destinados à educação pública no Brasil, existem recursos financeiros externos que são repassados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – a UNESCO⁵ e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – a UNICEF⁶, que financiam pesquisas e projetos voltados para a educação básica.

Por fim, não se poderia deixar de mencionar, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – é responsável por executar a maior parte

⁴ <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb> (FNDE)

⁵ <https://nacoesunidas.org/tema/ods4/> (ONU BRASIL).

⁶ <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef> (UNICEF).

dos programas da Educação Básica do Brasil. Criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, mesmo sendo anterior ao período dos financiamentos aqui abordados, trata-se de um dos principais programas voltados para executar políticas educacionais e pedagógicas no Brasil (BRASIL, 1968).

2.2 Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – é uma autarquia federal que tem acesso a um recurso financeiro disponibilizado pelo Governo Federal através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Recurso este para ser utilizado na reforma estrutural das escolas municipais e estaduais.⁷

Podemos citar alguns dos programas que pertencem e são contemplados pelo PDDE, onde cada escola receberá o recurso de acordo com as necessidades e prioridades apresentadas, são eles (BRASIL, 2018a, p. 8-10):

- PDDE Educação Integral – Novo Mais Educação;
- PDDE Estrutura – Água na Escola;
- PDDE Estrutura – Acessibilidade;
- PDDE Estrutura – Escola do Campo;
- PDDE Qualidade – Atleta na Escola;
- PDDE Qualidade – Ensino Médio Inovador;
- PDDE Qualidade – Escolas Sustentáveis;
- PDDE Qualidade – Mais Cultura nas Escolas;
- PDDE Qualidade – Emergencial para o Estado do Rio de Janeiro;
- PDDE Qualidade – Mais Alfabetização.

Antes de se institucionalizar o PDDE, é necessário referenciar o programa antecessor a ele, o Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE). Para contemplar a política de diretrizes para a educação, tendo como ideia a descentralização dos recursos financeiros para o Ensino Fundamental, foi criado no ano de 1995, o PMDE, que tinha como objetivo agilizar

⁷ <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional> (FNDE).

os repasses financeiros as unidades escolares do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios (SANTANA, 2011).

De acordo com a Resolução nº 03, de 04 de março de 1997, os recursos financeiros passaram a ser transferidos diretamente às escolas públicas do Ensino Fundamental, que antes eram transferidas para suas respectivas prefeituras e/ou secretarias de educação. Tais recursos eram designados para serem utilizados nas melhorias na infraestrutura física das unidades escolares, como também para melhorias no pedagógico, com intuito de elevar os índices de desempenho da Educação Básica (SANTANA, 2011).

De acordo com a Medida Provisória (MP) nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998), e posteriormente, pela MP nº 2.100-30, de 23 de março de 2001 (BRASIL, 2001a), o PMDE passa a ser denominado Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. A partir desta nova medida, para que os recursos financeiros do PDDE chegassem às unidades escolares, passou a ser exigido que cada escola criasse a sua Unidade Executora – UEx⁸, sendo esta representada pela comunidade escolar, responsável pelo recebimento dos recursos e execução dos serviços permitidos pelo recurso.

No ano de 2001, a Medida Provisória nº 2.100-31, de 24 de abril de 2001 (BRASIL, 2001b), coloca que os recursos financeiros concedidos pelo PDDE passará a ser definido a partir do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental, com dados coletados pelo Censo Escolar no ano anterior. Em 2005, a partir da Resolução nº 17 CD/FNDE, de 9 de maio de 2005 (BRASIL, 2005), os recursos financeiros do PDDE trazem inovações em seu artigo de nº 04, onde as escolas públicas passariam a receber esses recursos em parcela única anualmente. Outra inovação foi que as escolas públicas que não possuíssem UEx, mas que tivessem até 50 alunos matriculados, receberiam os recursos por meio da Entidade Executora – EEX, sendo essas veículos representativos das Prefeituras municipais, das Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal (SANTANA, 2011).

⁸ A Unidade Executora, ou UEx, é uma associação composta por pessoas representantes dos diversos segmentos escolares, sem fins lucrativos, de direito privado com personalidade jurídica, que busca promover o bom funcionamento da escola pública e melhorar a qualidade de ensino, através da participação ativa e sistemática na gestão administrativa, financeira e pedagógica da escola.

De acordo com a Resolução nº 04, de 17 de março de 2009 (BRASIL, 2009b), o Governo Federal repassa ao PDDE recursos financeiros destinados a serem utilizados em melhorias na infraestrutura do prédio escolar, isto é, na arquitetura da escola, viabilizando obras de acessibilidade física (SANTANA, 2011).

Esses recursos, a partir do ano de 2013, com as novas modificações implementadas, passaram a exigir um valor fixo para as escolas que possuem as Associações de Pais e Mestres, as Unidades Executoras – UEx; além de um valor que é variável, sendo este calculado de acordo com o quantitativo de alunos matriculados na unidade escolar.

Um dos critérios para receber os repasses desses recursos é não estar com pendências, com nenhuma prestação de contas dos recursos recebidos pelo FNDE. Bem como, apresentar as reais necessidades de modificações na estrutura física a serem realizadas na unidade escolar e como serão utilizados tais recursos.

As escolas dentro dos critérios exigidos pelo FNDE para receber os recursos financeiros, os recebem anualmente, e o valor é depositado diretamente na Conta Bancária da Escola. O gestor escolar administra e realiza as obras de acordo com as necessidades apresentadas no Plano de Execução desses recursos. Depois de utilizado, caso sobre alguma quantia em dinheiro, o mesmo pode ser novamente utilizado no ano seguinte, para isso é necessário que o gestor/equipe gestora apresentem uma nova proposta, ao FNDE, para execução de melhorias no prédio escolar.

No que se refere a prestação de contas, a gestão escolar deve apresentar as comprovações dos gastos relacionados à execução do PDDE, mediante apresentação de documentos fiscais originais e/ou equivalentes. As notas fiscais, recibos e faturas, devem ser emitidos em nome da UEx, devem ser identificados com o nome do FNDE e do PDDE, e devem ser arquivados na sede da unidade escolar por 5 (cinco) anos, a partir da data da aprovação da prestação de contas⁹, independente da mesma utilizar contabilidade terceirizada.

Por fim, caso a prestação de contas da UEx não seja apresentada na data prevista ou não seja aprovada devido alguma irregularidade, é estabelecido um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação de uma nova prestação de contas, para que seja regularizada a situação da unidade escolar e, se for

⁹ Essa prestação de contas é apresentada anualmente ao FNDE ao Tribunal de Contas da União – TCU.

necessário, seja devolvido algum recurso recebido ou impugnado. Caso não seja apresentada nova prestação de contas, os repasses estarão sujeitos a serem bloqueados.

2.2.1 PDDE Estrutura – Escola Acessível

O programa escola acessível é um canal que visa a estruturação de um sistema educacional inclusivo, em prol de uma inclusão plena. O Ministério da Educação apoiou projetos que visavam a adequação arquitetônica dos espaços para promover à acessibilidade que a Secretaria de educação propunha e que fora aprovada pela Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2011).

A Resolução nº 20 (BRASIL, 2018b) passa a dispor sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Segundo a Resolução:

A necessidade de realizar adequações arquitetônicas nas escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal, com o objetivo de favorecer a igualdade de condições de acesso de todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em suas sedes; (BRASIL, 2018b, p. 2).

Destaca ainda, que estas adequações arquitetônicas devem seguir os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Seu objetivo é apresentado no Art. 1º:

Ficam destinados recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal de educação básica para fins de promoção da acessibilidade, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias - UEx, para cobertura de despesas de custeio e capital. Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput serão liberados em favor das UEx das escolas pré-selecionadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação - SECADI/MEC e ratificadas pelas secretarias de educação dos municípios, estados e Distrito Federal às quais se vinculam, de acordo com os critérios de priorização do Programa Escola Acessível (BRASIL, 2018b, p. 2).

Em seu Art. 2º passa a descrever o processo de adesão das Entidades Executoras – EEx (sejam essas secretarias municipais, estaduais e distritais de

educação) ao Programa Escola Acessível, “por meio do módulo Plano de Ações Articuladas do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - PAR/SIMEC, com a indicação das escolas que estarão habilitadas a aderir ao Programa” (BRASIL, 2018b, p. 2). Posterior ao processo de indicação, há adesão das Unidades Executoras – Uex, através do Plano de Atendimento do Programa Escola Acessível no PDDE Interativo.

O Art. 3º e 4º, chamam atenção que as UEx das instituições indicadas devem elaborar o Plano de Atendimento (sendo disponibilizado o Manual Operacional do Programa Escola Acessível no site do MEC), e submeter SECADI/MEC. Esta Secretaria se encarregará de passar a lista das escolas ao FNDE, para adoção das medidas necessárias ao repasse dos recursos as UEx.

Sendo a escola contemplada com o recurso, de acordo com o Art. 10º devem empregar estes recursos da seguinte maneira:

I - aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços para construção e adequação de rampas, alargamento de portas e passagens, instalação de corrimão, construção e adequação de sanitários para acessibilidade e colocação de sinalização visual, tátil e sonora; II - aquisição de jogos pedagógicos; III - aquisição de cadeiras de rodas, bebedouros acessíveis e mobiliários acessíveis; e IV - aquisição de outros produtos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2018b, p. 6).

2.3 Deficiência física e visual

Desde os primórdios da humanidade as diferenças nos acompanham, resultando na grande diversidade na raça humana, ainda assim, alguns fatores podem atuar limitando o desempenho em atividades. Consequentemente, super valorizar as capacidades físicas, sensoriais e cognitivas é diretamente responsável pelo preconceito velado, discriminação, sentimentos de eliminação e exclusão (MAIOR, 2015).

Para o Brasil, a temática das deficiências são analisadas nas áreas da medicina, psicologia e educação especial. Há modelos que visam explicar o conceito de deficiência, dentre eles o modelo social e o médico de deficiência. Segundo Bampi *et al.* (2010):

No modelo social de deficiência é fruto das desvantagens ou restrições provocadas pela organização social contemporânea que pouco ou nada considera aqueles que possuem lesões físicas e os exclui das principais atividades da sociedade. O modelo médico, ainda hegemônico, aborda a deficiência por meio de um conjunto de teorias e práticas assistenciais em saúde que pressupõe relação de causalidade entre a lesão ou a doença e a experiência da deficiência. A deficiência, nesse modelo, é a expressão de uma limitação corporal do indivíduo para interagir socialmente (Bampi *et al.*, 2010, p. 2-3).

Entretanto, o termo deficiência equivocadamente é intimamente relacionado a limitações. A deficiência precisa ser melhor compreendida, onde o deficiente deve ser tratado como qualquer cidadão, com direitos e deveres, e as discussões acerca dessa temática devem ser refletidas nas políticas públicas assistencialistas.

A IX Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou, em 1976, a International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease (ICIDH), traduzida como Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das conseqüências das doenças (CIDID) (WHO, 1980; PORTUGAL, 1989).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), descreve conforme a perspectiva do corpo, do indivíduo e da sociedade, duas listas: 1 – Funções e Estruturas do Corpo e 2 – Atividades e Participação (OMS, 2015). Para Bampi *et al.* (2010, p. 4): “O objetivo é fornecer linguagem padronizada e modelo para a descrição da saúde e dos estados relacionados à saúde, permitindo a comparação de dados entre países, serviços de atenção à saúde, bem como o acompanhamento no tempo”.

O Decreto nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015) considera em seu Art. 2º: “pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

2.3.1 Inclusão escolar para pessoas com deficiência física e visual

A ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência é um grande empecilho atual, visto que muitos lugares públicos não possuem acessos de qualidade,

sendo fator limitante à vida daqueles que só querem ver seus direitos de inclusão garantidos. A educação inclusiva é uma ação de caráter humanístico, sendo o indivíduo tratado de acordo com sua singularidade, sendo suas diferenças respeitadas, com o objetivo primário de inserção social (KHAYFES, 2011; MOURA & LIMA, 2015).

O Brasil se comprometeu a assegurar o acesso das pessoas com deficiência em um sistema educacional inclusivo, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, por meio da adoção de medidas que garantem as condições de uma efetiva participação sem promoção de exclusão em razão de sua deficiência, a partir da promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD (BRASIL, 2009).

A acessibilidade tratada no Art. 9º da Constituição citada, assegura:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural (BRASIL, 2009).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, guiada pelos ideais de igualdade de condição de acesso em um sistema educacional inclusivo, passa a definir a educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, disponibilizando recursos, serviços e Atendimento Educacional Especializado – AEE (BRASIL, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996a), no capítulo V - sobre a educação especial, passa a definir no Art. 58º e 59º:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. [...] Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento

especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996a).

A educação inclusiva visa não só entender quem são os alunos com deficiências, mas garantir a inclusão desses ao sistema de ensino igualitário, que tenha a sensibilidade de respeitar sua singularidade, e que não os segregue dos demais alunos sem deficiência. Inclusive, que lhes seja assegurado a acessibilidade aos espaços arquitetônicos que integram à instituição de ensino.

Melo & Pereira (2013) endossam:

A educação inclusiva deve ser entendida na perspectiva de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos que apresentam algum tipo de deficiência tenham os mesmos direitos que os outros alunos com participação plena na sociedade. Para tanto, faz-se necessário esforço conjunto de toda comunidade escolar – professores e funcionários da escola, alunos, pais, familiares e outros profissionais – para que este processo seja efetivado com sucesso (MELO & PEREIRA, 2013, p. 93-94).

O Ministério da Educação em conjunto com os Sistemas de Ensino visam implementar políticas públicas que assegurem o direito à educação, além da promoção da autonomia das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotados nas instituições escolares (BRASIL, 2011).

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, em seu Art. 41º e 42º que trata da Educação Especial, nos diz (BRASIL, 2010):

Art. 41 O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento. Parágrafo único. Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços (BRASIL, 2010, p. 12).

Além dos dispositivos supra citados, a Norma de Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT/NBR 9050, 2015) passa a

determinar que as escolas do território brasileiro, sejam públicas ou privadas, devem ser acessíveis aos alunos com necessidades educacionais especiais. Tal obrigatoriedade é em prol do desenvolvimento de valores inclusivos na rede regular de ensino.

No que diz respeito à inclusão dos alunos com deficiência física, o processo de escolarização, por vezes, fica comprometido em muitas situações cotidianas, em consequência de suas limitações locomotoras, posturais ou no uso de suas mãos, além da reduzida capacidade na vitalidade, agilidade e no vigor. Fazendo-se necessário atendimento educacional especializado, consciente das necessidades educacionais especiais no contexto da escolarização regular de ensino (MAZZOTTA, 1993; MELO & PEREIRA, 2013).

É crescente e expressivo o número de alunos com deficiência física matriculados no ensino regular, participando de classes comuns (BRASIL, 2014). Para abordar o universo das pessoas com deficiência física, é essencial considerar situações e diversos contextos, “diferentes graus de comprometimento dos movimentos, da autonomia, da comunicação, diferentes possibilidades de acesso e uso de recursos assistivos e de possibilidades de desenvolver o potencial para a educação, saúde, lazer e trabalho” (BISOL *et al.*, 2018, p. 603).

As variações dos quadros clínicos dos alunos com deficiência física, por vezes, é um dos pontos que contribue para gênese da insegurança e da dificuldade de escolarizar os estudantes com necessidades educacionais especiais (BISOL *et al.*, 2018).

Pelosi & Nunes (2009), Melo & Perreira (2009), Silva *et al.* (2011), Tada *et al.* (2012) e Varela & Oliver (2013) são alguns autores que retratam a velha questão da falta de preparo de todo o corpo docente no trato com deficientes físicos, da escassez de recursos materiais e de equipamentos. Além disso, tais estudos enfatizam que os alunos enfrentam diariamente barreiras arquitetônicas que passam a limitar sua circulação (seja para alunos cadeirantes, e inclusive aos alunos cegos ou com baixa visão), dificulta a autonomia e liberdade de ir e vir, o que passa a restringir as relações interpessoais, impedindo a efetivação da inclusão no ambiente escolar comum.

Para as pessoas com DV, Silva & Oliveira (2018, p. 4) chamam atenção “ao privilegiado apelo visual na sociedade”, que acaba se instalando no contexto escolar, dificultando o processo de aprendizagem dos estudantes. A inclusão dos alunos com Deficiência Visual (DV), especialmente na rede pública de ensino, é ponto de

questionamento por parte dos docentes, uma vez que, seus currículos formativos não os capacitam, tampouco os preparam para trabalhar com as singularidades dos alunos com DV.

Alunos com DV tem necessidades de aprender, brincar, comunicar-se, tanto quanto um aluno vidente. Entretanto, faz-se necessário um ambiente que lhe estimule, ofertando condições para a efetiva aprendizagem (SILVA & OLIVEIRA, 2018).

É importante ressaltar, que no processo de aprendizagem de alunos com DV, os professores devem estimular seus alunos por meios de objetos que tenham significado. Tais materiais devem ser específicos para que se atenda as necessidades especiais desses alunos, cabe à escola se organizar para a oferta da acessibilidade a estes alunos. Silva & Oliveira (2018, p. 5-6) acrescentam:

O sujeito com baixa visão pode contar com o auxílio de diversos recursos ópticos e não ópticos, os quais lhes darão subsídio à sua aprendizagem. Esses recursos são de fundamental importância, pois eles ampliam os objetos e imagens, diminuindo assim a fadiga e o esforço visual. Além de um ambiente favorável, onde os sentidos sejam estimulados, pois é necessário introduzir novidades no processo de aprendizagem dos educandos, para que eles sintam-se motivados a realizar coisas novas. E para isso, é necessário que o professor possibilite o conhecimento e o reconhecimento diário do espaço físico e o posicionamento do mobiliário do ambiente escolar. Apresentando ao aluno todos os objetos da escola, os trajetos diários dos estudantes, explorando com eles cada elemento da sala de aula. Caso haja necessidade de mudar qualquer mobiliário de lugar, esta alteração deve ser sempre comunicada, para que o aluno não tenha nenhum acidente (SILVA & OLIVEIRA, 2018).

Como os alunos com DV utilizam o tato para captar informações do meio, alguns materiais podem ser adaptados por meio da representação e relevo das estruturas, inclusive pelo Sistema Braille (NBR, 2015; SILVA & OLIVEIRA, 2018).

2.3.2 Adequação dos espaços físicos das escolas para pessoas com deficiência física e visual

Segundo a etimologia, adequar significa ajustar algo. Pensando assim, a adequação dos espaços físicos para pessoas com deficiência física e visual visa ambientar, no sentido de viabilizar, os arredores dessas pessoas, abolindo as barreiras estruturais, transformando o ambiente, e assim, modificar o antes não acessível em acessível.

Muitos prédios não foram concebidos para suportar os sistemas de comunicação atuais, pelo contrário, tiveram suas instalações projetadas para serem utilizadas durante décadas sem alterações (CUNHA, 2000). As barreiras atitudinais, são as atitudes, preconceitos, estereótipos e estigmas que estão presentes não só na universidade, mas na educação como um todo, definindo limites e possibilidades e mediando a constituição das subjetividades. Sua existência é uma herança da história de segregação social, a qual as pessoas com deficiência foram submetidas e que agora começam a ser revertidas pelas conquistas dos movimentos sociais de pessoas com deficiência e pela lenta, mas necessária consolidação da inclusão como um princípio educacional (AMARAL, 2002).

Entendendo que há um desafio comum nas antigas edificações a arquitetura relacionada à ergonomia, tem a pretensão de ofertar melhores condições de socialização, derrubando não só barreiras físicas, como também atitudinais, ao incluir e assim transformar em usual e habitual o estatisticamente diferente.

2.4 Acessibilidade

As Pessoas com Deficiência (PcD) rotineiramente são esquecidas nos mais diversos espaços sociais, em segmentos que promovem diversão, ensino, transporte, trabalho e tantos outros, e este cenário perdura a séculos. Por vezes, o problema central está na falta de acessibilidade dos espaços em seus aspectos estruturais, que por lei, a pessoa com deficiência tem direito a usufruir (KHAYFES, 2011).

Desta feita, as normas e os critérios estabelecidos para a promoção de acessibilidade é encontrada na Lei nº. 10.098 (BRASIL, 2000a), em seu Art. 2º, reconhece a pessoa com deficiência no inciso III: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade”, já as pessoas com mobilidade reduzida são apresentadas no inciso IV:

Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (BRASIL, 2000a).

Assim, para promoção da cidadania e da plena participação dessas pessoas, faz-se necessário a adequação dos espaços físicos tornando-os acessíveis, para que se garanta não haver barreiras que possam impedir seu direito de ir e vir. Ainda segundo a Lei supracitada, o inciso II menciona barreiras como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; (BRASIL, 2000a).

Segundo as Normas Técnicas Brasileiras de Acessibilidade (NBR – 9050, 2015, p. 2):

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (NBR – 9050, 2015).

Nesse contexto, a acessibilidade “é tida como direito de ir e vir de todas as pessoas, [...] direito básico garantido a todos os cidadãos” (KHAYFES, 2011, p. 17), e visa garantir que os espaços se tornem acessíveis “que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa” (NBR – 9050, 2015, p.3).

É importante perceber, que acessibilidade não se resume em um conjunto de soluções para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. As discussões que permeiam o termo, acessibilidade, nos levou ao patamar de entendê-lo como uma forma de projetar para todos, independente de suas características (KHAYFES, 2011).

No que tange às instituições de ensino, o Decreto nº. 5.296/2004 (BRASIL, 2004), em seu Art. 24º:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e

sanitários. § 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que: I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto; (BRASIL, 2004).

A Lei nº. 10.048 (BRASIL, 2000b) ainda estabelece no Art. 4º:

Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 2000b).

2.4.1 Acessibilidade e ergonomia transformando ambiente escolar

Conforme observamos no tópico 2.4, as condições do ambiente e arquitetônicas facilitam ou dificultam o deslocamento, o alcance, a percepção e o entendimento, estão ligados ao caráter acessível dos espaços. A ergonomia escolar surge como proposta para viabilizar o acesso e a facilidade de utilização dos espaços, visando a inclusão dos diversos indivíduos ao processo de aprendizagem (DISCHINGER & MACHADO, 2006; ARAÚJO *et al.* 2015).

Nesse sentido, o espaço escolar precisa adequar-se as pessoas com deficiência, para que se sintam acolhidas neste ambiente. As condições físicas, por si só, já são um fator limitante, e se “as condições ambientais, arquitetônicas e de mobiliário não forem planejadas e adequadas” irão limitar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos (ARAÚJO *et al.* 2015, p. 33). Quando planejado, o ambiente escolar torna-se um espaço acessível a todos que frequentam às escolas, sejam estes deficientes ou não (DUARTE & COHEN, 2006).

A Lei nº 10.098 preconiza que às escolas devem promover um ambiente acessível, por meio da eliminação das barreiras arquitetônicas e adequando o espaço físico as diversidades dos usuários (BRASIL, 2000a). Dischinger *et al.* (2004) passa a descrever os “cinco princípios do Desenho Universal” voltados à inclusão escolar:

Todos os ambientes devem ser desenhados de forma a não segregar ou excluir pessoas, promovendo a socialização e a integração entre indivíduos com diferentes condições físicas, mentais e sensoriais. Desta forma, ambientes e equipamentos adaptados não devem ser isolados dos demais espaços, possibilitando o uso independente, na medida do possível, por

indivíduos com habilidades e restrições diferentes; Todos os espaços físicos – pátios, caminhos, salas, etc... e seus componentes – brinquedos, pisos, rampas, carteiras, etc... – devem permitir o desempenho de atividades de forma independente por todos os usuários. No caso de indivíduos com restrições deve-se prover as condições para sua independência. Na impossibilidade da realização de atividades de forma independente, o indivíduo tem direito a um acompanhante; Todos os alunos portadores de necessidades especiais têm direito à utilização de equipamentos, instrumentos, recursos e material técnico-pedagógico adaptados de uso individual ou coletivo necessários para o desempenho das atividades escolares. Incluem-se nesta categoria as salas de recurso, computadores com programas especiais, material em braille, etc; Todos os ambientes e equipamentos devem possibilitar seu uso e a realização de atividades com conforto e segurança, de acordo com as necessidades especiais de cada indivíduo. O desenho deve minimizar o cansaço, reduzir o esforço físico, evitar riscos à saúde e acidentes dos usuários; Deve estar prevista a possibilidade de acesso à informação espacial necessária; para a compreensão, orientação e uso dos espaços a todos os alunos, independentemente de suas habilidades. A informação espacial é fornecida através das qualidades dos elementos arquitetônicos ou adicionais (mapas, totens, sinalização sonora...) que permitem a compreensão da identidade dos objetos no espaço. No caso de alunos portadores de deficiência sensorial (surdos, cegos e com baixa visão) fontes alternativas de informação deverão estar disponíveis quando necessárias (DISCHINGER *et al.*, 2004, p.157-161).

Machado *et al.* (2007, p. 108) chama a atenção que “rampas e banheiros não são suficientes para que os princípios do desenho universal sejam consolidados”, é essencial que um estudo aprofundado das necessidades do espaço escolar seja realizado. Além da promoção da acessibilidade, as normas e técnicas que promovem condições de ergonomia auxiliam nas adequações do ambiente escolar.

Dias *et al.* (2015) definem a ergonomia como “estudo científico que visa adequar o meio ambiente de trabalho aos sujeitos nele inseridos, através da aplicação das normas de referência aos ambientes físicos avaliados como insalubres e/ou desconfortáveis”.

No contexto escolar, a ergonomia se aplica pela análise e avaliação do espaço, auxiliando na melhoria das condições do ambiente escolar, adaptando e tornado acessível a todos, contribuindo para o bem estar e conforto de todos os usuários. Atualmente, no Brasil não há leis para avaliação e ajustes das condições do ambiente, mas normas regulamentadoras de segurança (MACHADO *et al.*, 2007; DIAS *et al.*, 2015).

2.5 Condicionantes legais para avaliação da acessibilidade arquitetônica dos aspectos projetuais do ambiente escolar

A questão urbano-ambiental não envolve apenas os usuários perante uma situação específica, mas o futuro da humanidade a longo prazo e a qualidade de vida a médio e curto prazo (CUNHA, 2005). A arquitetura deve ser concebida com o propósito de organizar e orientar plasticamente o espaço, caracterizando-se como uma obra em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado programa e de uma determinada intenção.

O Plano Diretor da Cidade é o instrumento básico para a implantação de uma política urbana em um Município. Nele, podem ser encontradas as exigências fundamentais de ordenação da cidade, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (Art. 39, da Lei nº 10.257, 2001 – Estatuto da Cidade).

Conforme as leis, as escolas também necessitam estar preparadas para que possam receber todos os tipos de alunos, pois o Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, define prazos para a garantia de acessibilidade, sob pena de não autorização para o funcionamento (BRASIL, 2004; DURAN & PRADO, 2006).

Segundo o Art. 3º da Resolução nº 03/2006, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE), à instituição de ensino deverá dispor de instalações que atendam as seguintes exigências:

I - em educação infantil: a) sala de atividades pedagógicas com ventilação, iluminação e equipamentos adequados, com área que corresponda no mínimo a 1,50m² por criança; b) área para atividades de expressão física, artística e de lazer; c) ambientes para recepção, diretoria, secretaria, coordenação pedagógica e de leitura; d) espaços adequados para refeitório, copa-cozinha, despensa, almoxarifado e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, no caso de oferecimento de alimentação; e) instalações sanitárias adequadas; f) bebedouros com equipamentos que assegurem a filtragem da água e lavabos; g) lavanderia, rouparia e berçário provido de berços individuais, área de circulação e locais adequados para lactário e higienização, para atendimento de crianças de zero a três anos; h) ambiente destinado a primeiros socorros e, quando da oferta à criança de zero a três anos, sala de atendimento médico; II – no ensino fundamental: a) salas de aula compatíveis com a proposta pedagógica da instituição e com área não-inferior a 1m² por aluno; b) ambientes para funcionamento de diretoria, coordenação pedagógica, reunião de professores, secretaria e outros serviços; c) área própria para educação física e recreio; d) laboratório e biblioteca devidamente equipados; e) espaços adequados para refeitório,

copa-cozinha, despensa, almoxarifado e equipamentos para o preparo de alimentos que atendam às exigências de nutrição, saúde, higiene e segurança, no caso de oferecimento de alimentação; f) bebedouros com equipamentos que assegurem a filtragem da água e lavabos; III – no ensino médio: a) salas de aula com área não-inferior a 1m² por aluno; b) salas para funcionamento de diretoria, secretaria e coordenação pedagógica, reunião de professores e outros serviços; c) espaço para educação física e recreio; d) laboratório e biblioteca devidamente equipados; e) bebedouros com equipamentos que assegurem a filtragem da água e lavabos. § 1º Os prédios de entidades que ofereçam ensino fundamental e médio deverão dispor de: [...] III - dois sanitários e dois lavatórios para portadores de necessidades especiais, observadas as especificidades de gênero; (CEE/PE, 2006, p. 2-3).

Dos limites máximos de vagas por turma, segundo o Art. 5º da Resolução, às instituições de ensino de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino deverão observar, os seguintes limites máximos de vagas por turma:

I – em educação infantil: a) 10 crianças em creche, por professor, com um auxiliar; b) 25 alunos na pré-escola II – no ensino fundamental: a) 25 alunos no 1º ano; b) 30 alunos no 2º e 3º anos; c) 35 alunos no 4º e 5º anos; d) 45 alunos do 6º ao 9º ano. III – no ensino médio, 50 alunos; IV – em educação de jovens e adultos, 25 alunos no ensino fundamental e 35 no ensino médio (CEE/PE, 2006, p. 4).

A Norma Brasileira – NBR-9050 de 2015, trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Passa a conceituar termos e definições que se enquadram ao contexto da acessibilidade, adaptabilidade, desde os espaços aos elementos, da ajuda técnica ou “tecnologia assistiva” para promoção da funcionalidade, relacionada a autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência. Apresentando dimensões referenciais aos usuários com necessidades locomotivas específicas. Informação e sinalização aos usuários, por meio da sinalização tátil, visual e a linguagem tátil como formas de orientação aos usuários com deficiência, por meio da utilização de textos e símbolos táteis, com altura, relevo e contrastes específicos, além da utilização de sinais sonoros (NBR-9050, 2015).

2.6 Considerações sobre a revisão de literatura

Refazendo o percurso histórico da educação brasileira, é notório seus momentos de avanços e retrocessos, além de sua íntima relação aos modelos sociopolíticos

vigentes, onde cada período passou a estabelecer suas receitas ao desenvolvimento da educação.

O período colonial marcado por uma cultura doutrinante, dava os primeiros passos em prol da educação, embora segregante e manipuladora. A chegada do período da monarquia no Brasil trouxe avanços, nem muito, tampouco para todos, mas com novos ares. A partir da Constituição de 1824 marca uma base inicial para o financiamento educacional, por meio de subsídios do Ministério de Estado da Fazenda.

Mesmo que reconhecida a necessidade de maiores ampliações no campo educacional, durante a Reforma Couto Ferraz, décadas se passaram sem que houvesse uma efetiva mudança e avanço, visto que, pairava sobre o campo educacional políticas defasadas do Império.

Para o Brasil, o início do século XX acentua os problemas sociais, marcado por transformações políticas e sociais, fazendo da educação canal para dar vez e voz a massa. O início de 1920, seria o marco para um paradigma educacional emergente. Durante a Reforma João Luiz Alves, em 1925, fora prevista a vinculação de recursos para a educação com obrigações específicas da União e dos Estados. A década de 30 trouxe, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a intenção de se criar um plano geral de educação no território brasileiro, a fim de estabelecer um fundo específico de financiamento da educação. De forma que não submetesse a educação às crises e oscilações dos interesses do governo.

Graças a este manifesto, na redação da Constituição de 1934 a educação é trazida como direito de todos os cidadãos, com estabelecimento de percentuais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à educação para sua manutenção e desenvolvimento. Entretanto, nos aproximávamos do período sombrio que a regência militar nos traria, inclusive na esfera educacional, e no seu financiamento. Passados os momentos de crises do período autoritário, era chegada a hora de retomar o processo de redemocratização, o ano de 1988 traz o texto final da Constituição Federal que vigora até nossos dias, e reitera os recursos da educação.

Com a nova Constituição, temos a partir do Art. 205º os preceitos para a educação, no Art. 208º, inciso “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Entretanto, até 1988 não havia a preocupação com a educação das pessoas com deficiência, e muito menos com a inclusão destas no ensino regular.

Um fato marcante e divisor de água para o cenário da educação mundial vem com a elaboração da Declaração de Salamanca. Tal declaração chama atenção a necessidade de políticas, tanto públicas quanto educacionais, para atender a todos de forma igualitária, partindo da adequação das escolas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais (Santos & Santos, 2016). Para endossar a discussão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) traz em seu Art. 3º, inciso “III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Nesse contexto, a busca por uma educação inclusiva também passa pela adequação arquitetônica das instituições educacionais. O PDDE – Escola Acessível vem auxiliar no sentido de adaptar/transformar o espaço construído, visto que as construções antigas não estão aptas a receber de forma acessível, tampouco confortável, estes alunos. Entretanto, percebe-se que o cenário atual está muito aquém do ideal, mas é um ponto de partida, e muito há que se melhorar.

3 CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para realização desta pesquisa. Apresentaremos a classificação da pesquisa, o método de abordagem, o método de procedimento, cenário da pesquisa, amostra de participantes, critérios de inclusão e exclusão, recrutamento de participantes, técnicas e instrumentos utilizados para coleta de dados e aspectos éticos.

3.1 Classificação da pesquisa

As bases conceituais que nortearam esta pesquisa foram estabelecidas a partir de Demo (1996), Lakatos & Marcino (1999), Turato (2004) e Nascimento (2016). Esta pesquisa pode ser classificada, quanto à natureza, como aplicada, pois se dedica a geração de conhecimento para solucionar problemas específicos da população amostral.

3.2 Método de abordagem

O método de abordagem escolhido para essa pesquisa foi de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação de enfoque, enfatizando mais o processo do que o produto (Oliveira, 2008).

A luz de Deslauriers (1991), o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ele pequeno ou grande, o que importa é que ele seja capaz de produzir novas informações.

Mediante o exposto, investigamos a compreensão e percepção do ambiente sobre acessibilidade arquitetônica por meio de um *workshop* com aplicação de questionários de perguntas abertas, de modo que os gestores atuantes em 2019 apontassem suas opiniões sobre o tema deste estudo.

Também foi analisada a percepção e o conhecimento sobre acessibilidade arquitetônica dos docentes pertencentes ao quadro efetivo do município de Gravatá,

pessoas com deficiência física e/ou visual usuários das escolas que utilizaram o recurso PDDE – Acessibilidade, e dos alunos ou pais em atendimento do Centro de Inclusão de Gravatá, através de aplicação de um questionário.

3.3 Método de procedimento

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, foram analisados os métodos de procedimentos, a fim de definir o que melhor aplica-se neste estudo. O método que será adotado é o Estudo de Caso, que segundo Yin (2005, p. 32) “é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas”.

O Método do estudo de caso não se constitui em uma técnica específica, sendo regido pela logística das etapas envolvidas, recolhimento, análise e interpretação dos dados (MEIRINHOS & OSÓRIO, 2010) e refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular ou como uma descrição de uma situação gerencial (GIL, 2005). Tendo como vantagem a sua aplicabilidade a contextos da vida real e a situações humanas, Dooley (2002) acrescenta:

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno (DOOLEY, 2002, p. 343-344).

Em vista disso, avaliamos, através da vistoria técnica, as alterações das adequações de acessibilidade arquitetônica nas escolas municipais de Gravatá – PE, que utilizaram o recurso do PDDE para uso exclusivo de acessibilidade, verificando se o que foi modificado atende a NBR 9.050/2015.

3.4 Cenário da pesquisa

O município de Gravatá está localizado no Agreste Central do Estado de Pernambuco, limita-se com os municípios de Passira, Pombos, Bezerros e Barra de Guabiraba (mapa 01) e está a cerca de 80 km da Capital Recife. Sua população possui 76.458 habitantes (Censo, 2010) residentes, sendo 8.073 na zona rural e 68.385 na zona urbana, resultando numa densidade demográfica de 151,36 hab/km².

Em 2019, o atendimento à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos atingiu 8.712 (oito mil setecentos e doze) alunos, sendo 1.034 (mil e trinta e quatro) na Educação Infantil, 6.659 (seis mil seiscentos e cinquenta e nove) do Ensino Fundamental e 1.019 (mil e dezenove) na Educação de Jovens e Adultos. A oferta do Ensino Fundamental da Rede Municipal ocorre em 48 (quarenta e oito) escolas, sendo 13 (treze) localizadas na zona urbana e 35 (trinta e cinco) escolas localizadas na zona rural.

Mapa 1 - Localização de Gravatá no estado de Pernambuco



Fonte: researchgate.net

Em 2019, o Centro de Inclusão de Gravatá (CIG), junto à Secretaria Municipal de Educação, realizaram levantamento de dados em cada estabelecimento de ensino para o censo escolar 2019, com o propósito de identificar quantitativamente o número de alunos com deficiência. Em vista disso tem-se um total de 672 (seiscentos e setenta e dois).

3.5 Amostra de participantes

Participaram, como população alvo, os alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas municipais de Gravatá, responderam o questionário de avaliação sobre a percepção ambiental dos estabelecimentos de ensino referente à acessibilidade arquitetônica das escolas que utilizaram o recurso PDDE – Acessibilidade.

Os gestores, coordenadores e professores do quadro efetivo de funcionários do município participaram com esse mesmo enfoque, porém avaliando suas respectivas escolas. Os alunos com deficiência física e/ou visual que são atendidos no Centro de Inclusão de Gravatá – CIG, estiveram presente nas entrevistas.

Todos os participantes receberam um convite e foram consultados sobre a disponibilidade para participar voluntariamente do estudo, para os alunos com deficiência física e/ou visual foi enviado um comunicado solicitando a autorização dos pais para sua participação neste estudo. Na ocasião, explicamos os objetivos da pesquisa, sendo-lhes assegurada a preservação da identidade e a confiabilidade das suas respostas.

3.6 Critérios de inclusão e exclusão

Inclusão:

- Alunos e funcionários com deficiência física e/o visual que estudem e trabalhem nas escolas que utilizaram o recurso;
- Gestores, professores e coordenadores de escolas do quadro efetivo de funcionários do município de Gravatá, em 2019;
- Alunos, pais e/ou responsáveis dos alunos com deficiência física e/ou visual atendidos no CIG.

Exclusão:

- Foram excluídos desta pesquisa os integrantes das escolas que se recusarem a responder às questões da pesquisa;
- Aqueles que não tinham capacidade de compreender os procedimentos da pesquisa;

- Aqueles que não tinham capacidade para se comunicar com os pesquisadores;
- Aqueles com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades e Superdotados.

3.7 Recrutamento dos participantes

O recrutamento dos integrantes para esta pesquisa aconteceu em 4 (quatro) momentos. Na primeira fase, em conjunto a Secretaria Municipal de Educação de Gravatá, ofertamos um *Workshop* sobre acessibilidade arquitetônica aos gestores das escolas municipais de Gravatá atuantes em 2019, a fim de coletar dados sobre a percepção do ambiente com relação à acessibilidade arquitetônica das escolas que atuam (questionário no apêndice 4) e seu conhecimento sobre o tema (Acessibilidade Arquitetônica).

Na segunda etapa, convidamos os alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas que utilizaram o recurso do PDDE- Acessibilidade a responderem ao questionário do apêndice 5, sobre percepção do ambiente com relação à acessibilidade arquitetônica, com o objetivo de compreender quais as necessidades e como idealizavam esses espaços educacionais.

No terceiro momento, estabelecemos uma parceria com o Centro de Inclusão de Gravatá - CIG, convidamos os alunos, pais e/ou responsáveis das crianças com deficiência física e/ou visual a responderem ao questionário do apêndice 7, com o mesmo objetivo já citado, mas com vivências diferentes por estudarem em escolas de distinta categoria (pública e privada).

E no último momento, participaram os funcionários efetivos do quadro de professores no município de Gravatá, onde compartilhamos um link via *WhatsApp*, com a mesma finalidade, coletar dados sobre o conhecimento e percepção do ambiente com relação a acessibilidade arquitetônica (questionário no apêndice 8).

3.8 Técnicas e instrumentos utilizados para coleta de dados

Dentre os meios para coleta de dados que podem ser empregados para obtenção das informações, selecionamos aqueles que mais se adequam aos que

pretendíamos alcançar, sabendo-se que todos têm qualidades e limitações (DIHL & TATIM, 2004).

Realizamos 5 (cinco) etapas de coleta de dados:

- Etapa 1 - O olhar técnico: Levantou-se as escolas que utilizaram o recurso do PDDE – Acessibilidade, em seguida seus respectivos espaços físicos, através de registro fotográfico e da vistoria técnica com aplicação de um *Checklist* (apêndice 1).
- Etapa 2 – O olhar do Gestor: Juntamente à Secretaria Municipal de Gravatá averiguou-se, por meio de um *Workshop*, o conhecimento dos gestores sobre acessibilidade arquitetônica e sua percepção ambiental das escolas que eles atuam, utilizando a ferramenta Constelação de Atributos.
- Etapa 3 – O olhar do Usuário: Foi o momento exclusivo para os alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual que estudam/trabalham nas escolas selecionadas para avaliação, para essa ocasião também foi utilizada a ferramenta Constelação de Atributos.
- Etapa 4 - O olhar de outros usuários: Em conjunto com o Centro de Inclusão de Gravatá e utilizando a mesma ferramenta, foram entrevistados os pais/responsáveis e alunos com deficiência física e/ou visual.
- Etapa 5 – O olhar do Docente: Dedicado ao corpo docente efetivo do município, verificou-se o conhecimento e a percepção ambiental sobre acessibilidade arquitetônica das unidades escolares que eles trabalham, utilizando a mesma ferramenta.

3.8.1 Etapa 01 – Olhar técnico

3.8.1.1 SELEÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES

Para definir às Escolas Municipais de Gravatá que seriam avaliadas nesta pesquisa, foi realizada uma consulta no Sistema PDDE^{Re}, com o levantamento de todas os estabelecimentos de ensino que foram contemplados com o recurso Programa Dinheiro Direto na Escola - Escola Acessível desde sua implementação, em 2011.

Após a análise das informações, foram adotados como critérios, para seleção, todas As escolas que utilizaram o recurso e que continuam em funcionamento, uma vez que, o objetivo foi verificar quais as intervenções que foram realizadas e se essas modificações dos edifícios escolares atendem aos critérios da NBR 9050:2015, além das necessidades de utilização dos alunos com deficiência física e/ou visual.

A partir destes dados, foram selecionadas:

1. Escola Intermediaria João Paulo I
2. Escola Monsenhor José Elias de Almeida
3. Escola da Serra
4. Escola Jesus Pequenino
5. Escola Irmã Judith Ferreira Leite
6. Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva
7. Escola Edgar Nunes Batista
8. Escola Capitão José Primo de Oliveira

3.8.1.2 VISTORIA TÉCNICA COM APLICAÇÃO DO CHECKLIST

Para verificar as condições de acessibilidade arquitetônica das escolas definidas para análise, utilizamos uma ferramenta de inspeção denominada como *Checklist* (apêndice 1), que em português significa lista de verificação. Esta etapa deve ser acompanhada de mapeamento e fotografias para identificação e localização dos problemas (VIANA *et al.*, 2012).

Utilizamos como referência para definir as informações que constatariam no *Checklist* de análise dos ambientes sobre acessibilidade arquitetônica das escolas mensuradas os seguintes documentos: o Guia de Orientação aos Promotores de Justiça – Infraestrutura Escolar: garantia de segurança e qualidade do ambiente pedagógico 2019 e a Norma Técnica Brasileira de Acessibilidade - NBR 9050:2015 (conforme apresentado no apêndice 01).

Com base nos itens que são permitidos modificações do espaço físico com o recurso do PDDE – Acessibilidade, focamos em analisar os seguintes tópicos: 1 - A rua em frente à escola, 2 - Do portão da escola à porta de entrada, 3 – Corredores, 4 - Escadas e rampas e 5 - Sanitários. O quadro 1 mostra quais os indicadores foram avaliados por tópico.

Quadro 1 – Parâmetros para avaliação da acessibilidade arquitetônica

01. A RUA EM FRENTE À ESCOLA		
ITENS AVALIADOS	SIM	NÃO
Existe calçada rebaixada, nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeira de rodas atravessem na faixa de segurança?		
O pavimento da calçada é regular, plano, sem buracos e degraus?		
É possível percorrer a calçada sem encontrar desníveis e obstáculos, como placas, lixeiras, postes, galhos de árvores, etc., que atrapalhem a circulação de pessoas?		
Caso existam obstáculos, eles estão identificados com piso tátil de alerta para pessoas com deficiência visual?		
A calçada possui largura adequada? (mínimo 1,20m sem obstáculos)		
02. DO PORTÃO DA ESCOLA À PORTA DE ENTRADA		
ITENS AVALIADOS	SIM	NÃO
O percurso entre o portão da escola até a porta de entrada é pavimentado, com piso regular, plano, sem buracos ou degraus e antiderrapante em dias de chuva?		
É possível percorrer esse caminho sem encontrar desníveis e obstáculos, como bancos, galhos de árvores, floreiras, lixeiras, etc., que atrapalhem a circulação de pessoas?		
Caso existam obstáculos, eles estão sinalizados com piso tátil de alerta?		
Se há degrau na porta de entrada, existe rampa para permitir o acesso de todos?		
As portas possuem largura adequada? (mínimo 0,80m)		
Existe estacionamento no pátio da escola?		
Nesse estacionamento, existem vagas reservadas e sinalizadas (com placa e pintura no piso) para idosos e pessoas com deficiência?		
O percurso entre essas vagas e a porta da escola é totalmente acessível para pessoas em cadeira de rodas (piso regular, firme estável, sem desníveis ou obstáculos e com largura mínima de 1,20m)?		
No caso de vagas reservadas para pessoas com cadeiras de rodas, existe um espaço, ao lado dessas vagas, para abrir a porta, retirar a cadeira de rodas e circular em segurança até a calçada (largura mínima de 1,20m)?		
03. CORREDORES		
ITENS AVALIADOS	SIM	NÃO
Os corredores possuem largura adequada? (mínimo 1,20m)		
Os elementos presentes nos corredores, como lixeiras, bebedouros, telefones públicos, extintores de incêndio, vasos de plantas, móveis, placas, etc., atrapalham a passagem das pessoas?		
Caso existam obstáculos, eles estão sinalizados com piso tátil de alerta?		
O piso é nivelado, ou seja, sem degraus que atrapalhem a circulação de Cadeira de rodas?		
Existem rampas quando há desníveis maiores que 0,5 centímetros?		
Em corredores situados em locais elevados ou em pavimentos superiores, grade ou mureta de proteção? (com altura mínima de 1,10m)		
Os interruptores possuem alturas adequadas? (instalados entre 0,60 e 1,00m do piso acabado)		
Os vãos de abertura das portas dos ambientes possuem uma largura de, no mínimo, 0,80m?		
As maçanetas das portas são adequadas? (do tipo alavanca e instalada entre 0,80 e 1,10m do piso acabado)		
O desnível entre o corredor e as salas adjacentes é de, no máximo, 0,5centímetros?		
O espaço em frente ao bebedouro é grande o suficiente para caber uma cadeira de rodas? (mínimo 1,20m)		
04. ESCADAS E RAMPAS		
ITENS AVALIADOS	SIM	NÃO
A largura mínima das escadas é de 1,20m?		
A escada e seus patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável?		
Os espelhos (altura) dos degraus são fechados, ou seja, não-vazados?		
Os degraus da escada têm altura entre 16 e 18 centímetros?		
Os degraus da escada têm profundidade entre 28 e 32 centímetros?		

Todos os degraus, ao longo da escada, têm o mesmo tamanho em termos de altura e profundidade?		
Existe, no início e no final da escada, piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação para avisar aos deficientes visuais sobre a existência da escada?		
Existem rampas na escola?		
A largura mínima da rampa é de 1,20m?		
As rampas e seus patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável?		
A rampa tem inclinação suave que possibilite a subida e a descida, sem auxílio, de uma pessoa em cadeira de rodas? (inclinação máxima de 8,33%)		
Existe, no início e no final da escada, piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso da circulação para avisar aos deficientes visuais sobre a existência da escada?		
Existem corrimãos nos dois lados de todas as escadas e rampas?		
Existe parede ou grade de proteção (guarda-corpo) ao longo das escadas e rampas?		
Os corrimãos estão em duas alturas e auxiliam adultos, criança e pessoas em cadeira de rodas?		
Os corrimãos são contínuos ao longo de toda a rampa ou escada, sem interrupção nos patamares?		
Os corrimãos têm prolongamento de, no mínimo, 0,30m antes do início e após o término da escada ou da rampa?		
05. SANITÁRIOS		
ITENS AVALIADOS	SIM	NÃO
Existe, pelo menos, um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessível às pessoas com deficiências na escola?		
Os sanitários acessíveis estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeira de rodas?		
Os vãos de abertura das portas possuem uma largura de, no mínimo, 0,80m?		
As maçanetas das portas são adequadas? (do tipo alavanca e instalada entre 0,80 e 1,10m do piso acabado)		
Os interruptores possuem alturas adequadas? (instalados entre 0,60 e 1,00m do piso acabado)		
É possível para uma pessoa, em cadeira de rodas, circular pelo sanitário, manobrar sua cadeira, acessar o boxe e o lavatório?		
Existe, pelo menos, um lavatório suspenso, sem armário ou coluna, para possibilitar a aproximação de uma cadeira de rodas? (Altura do piso à superfície superior entre 0,75 e 0,85m / Altura do piso à superfície inferior com no mínimo 0,73m/ Profundidade livre sob a superfície inferior mínima de 0,30m)		
As torneiras desse lavatório são facilmente manuseadas por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos? (tipo alavanca, sensor eletrônico ou similar)		
Os acessórios do lavatório, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, estão instalados a uma altura e distância acessíveis a uma criança ou uma pessoa em cadeira de rodas? (altura entre 0,80 e 1,20m)		
O assento do vaso sanitário está a uma altura entre 43 e 46 centímetros (ou 0,36m no caso de sanitário infantil)?		
No caso de boxe acessível, a porta abre totalmente para fora, sem encontrar nenhum obstáculo?		

Fonte: Adaptado do Guia de Orientação aos Promotores de Justiça – Infraestrutura Escolas: garantia de segurança e qualidade do ambiente pedagógico (2019).

3.8.2 Etapa 2 – O olhar do Gestor

3.8.2.1 WORKSHOP

O dicionário nos apresenta o workshop como uma oficina, curso ou seminário intensivo, de pouca duração, em que habilidades artísticas ou intelectuais são exercitadas (AURÉLIO, 2002). Um workshop se concretiza, pela oferta de conteúdos fomentadores de reflexão sobre determinada área e para um seleto grupo de pessoas,

de preferência que sejam de um mesmo setor, ou seja, um segmento homogêneo com relação ao conhecimento a ser tratado. Pois, se dá através de um facilitador ou facilitadores, que explanam e/ou sanam dúvidas de tal conteúdo e nessa interação x problematização entre os participantes, é possível uma qualificação e/ou elucidação.

Buscando o saber, o workshop tende a esclarecer e nortear as melhores alternativas para a prática do assunto em pauta. Martin (2008) relata que o workshop é muito utilizado na área empresarial, com objetivo promocional ou comercial. Sendo um evento de curta duração, dividido em duas partes: a primeira é expositiva sobre um tema, serviço ou produto. A segunda, se dá com a apresentação e o teste do produto ou serviço. Tem o mesmo formato da oficina, diferindo desta apenas pelo caráter educacional.

A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador (MINAYO, 1994). Assim, utilizamos dessa ferramenta junto aos gestores interessados, atuantes nas escolas do município de Gravatá, afim de, dirimir possíveis dúvidas sobre o assunto acessibilidade arquitetônica e barreiras físicas, tanto nas vias públicas de acesso, quanto nas instituições citadas, como também, sobre o uso do PDDE - Acessibilidade.

Visando obter a real situação de conceitos e preceitos sobre o tema desferido no workshop, e ao mesmo tempo, alimentar de conhecimento os integrantes, os informando, fazendo ter novas e funcionais perspectivas sobre acessibilidade e sobre a utilização de futuros investimentos desse fundo proveniente do Governo Federal.

3.8.3 Etapa 02 a 05 – Olhar dos gestores, usuários, de outro usuários e docentes

3.8.3.1 CONSTELAÇÃO DE ATRIBUTOS

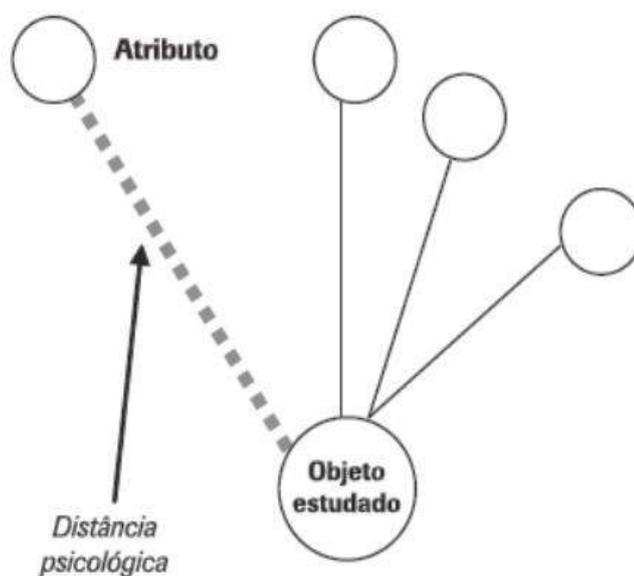
Idealizada por Moles (1968), a constelação de atributos fora desenvolvida no Instituto de Psicologia Social de Estrasburgo, buscando expor a visão dos usuários acerca do ambiente físico, na tentativa de familiarizar os profissionais da área de projetos (EKAMBI-SCHMIDT, 1974; SOBRAL *et al.*, 2015). Segundo Sobral *et al.* (2015):

A constelação de Atributos é uma técnica para a obtenção da percepção que o usuário tem de seu ambiente, permitindo a identificação de atributos reais

dos espaços, assim como expressa anseios de ambientes ideais (SOBRAL *et al.*, 2015, p. 185).

Esta técnica gera imagens simbólicas por meio de associações de ideias do ambiente construído e das vivências do usuário, o método passa a exibir na forma de representação gráfica um leque de variáveis. Os dados gerados passam a ser organizados e classificados, o que permite a avaliação comportamental destes atributos em relação ao ambiente analisado (VILLAROUCO & ANDRETO, 2008). O grau, de aproximação e afastamento das variáveis, auxilia no esclarecimento da percepção e adaptação do ambiente (figura 01).

Figura 1 - Modelo de representação das Constelações de Atributos



Fonte: Villarouco & Andreto (2008).

A elaboração da ferramenta se dá com a aplicação de uma única questão, sem restrições ao quantitativo de respostas, seguida de duas etapas conforme as características atribuídas ao ambiente observado, sendo: Características espontâneas – deriva da verbalização do sentimento do usuário acerca de um determinado ambiente, respondendo ao questionamento “Quando você pensa em (citar o ambiente), de maneira geral, que ideias ou imagens vem à sua mente?”;

Características induzidas – semelhante ao anterior, porém com o seguinte questionamento “Quando você pensa em seu (citar o ambiente), de uma maneira geral, que ideias ou imagens vem à sua mente?” (SOBRAL *et al.*, 2015, p. 187).

Após esta etapa, as variáveis levantadas são classificadas segundo sua frequência em ordem decrescente de aparecimento, segundo o número de vezes que tal atributo fora mencionado. Logo, a representação gráfica passa a ser obtida segundo a probabilidade de aparecimento dos atributos com o objeto analisado, sendo a distância psicológica calculada para a representação da constelação.

A partir das considerações e observações levantadas por meio da constelação de atributos e sua aplicação, levantamos algumas questões que auxiliaram no desenvolvimento da metodologia investigativa.

3.9 Aspectos éticos

A realização da presente pesquisa obedeceu aos preceitos éticos da Resolução 466/12 ou 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto desta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/CCS/UFPE, em 23 de agosto de 2019 e após atender todas as exigências, foi aprovado em 21 de outubro de 2019.

A coleta dos dados foi iniciada após a aprovação do projeto de pesquisa e recebimento do Parecer Consubstanciado – nº 3.617.846 – do Comitê de Ética. A pesquisa garantirá o sigilo e terá a divulgação de seus resultados em eventos ou publicações científicas. Os dados coletados ficarão resguardados, sob a responsabilidade da pesquisadora, pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. Os benefícios desta pesquisa serão compartilhados por meio de um material digital, e também, um exemplar físico para consulta na Secretaria Municipal de Gravatá - PE.

4 CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da avaliação da acessibilidade arquitetônica em 8 (oito) escolas municipais de Gravatá que utilizaram o recurso Programa Dinheiro Direto na Escola – Acessibilidade, e também as respostas dos questionários da percepção do ambiente construído sobre acessibilidade arquitetônica.

Inicialmente, são apresentadas as análises dos dados referentes a cada escola selecionada para este estudo. Na sequência será apresentado o resultado dos *checklist* sobre acessibilidade arquitetônica. Finalmente, será apresentado o resultado do questionário dos gestores, alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas analisadas, educadores efetivos do município e alunos com deficiência física e/ou visual frequentadores do Centro de Inclusão de Gravatá - CIG.

4.1 unidades escolares selecionadas

Após a definição das escolas, foi solicitado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade e Controle Urbano (SEINFRA) uma cópia digital ou impressa dos projetos dos edifícios escolhidos para análise.

No mês de outubro a dezembro de 2019 foram realizadas visitas nas 8 (oito) escolas. Tendo como finalidade avaliar o espaço a ser analisado, tanto em relação à funcionalidade do ambiente construído, quanto observar os principais aspectos relacionados à acessibilidade arquitetônica.

As visitas aconteceram em 2 (dois) momentos, no primeiro foi para conhecer os ambientes das escolas, por meio de um passeio acompanhado com o gestor, onde foi possível conhecer a forma de utilização dos espaços. No segundo, foi realizado o levantamento arquitetônico para adequar as plantas digitais e para a aplicação do *checklist* (apêndice 01) e registro fotográfico.

Na sequência, são apresentados os resultados sobre as escolas municipais definidas para análise da acessibilidade arquitetônica:

4.1.1 Escola Intermediária João Paulo I

À Escola Intermediária João Paulo I está localizada na zona rural da cidade de Gravatá, em um terreno de 3.539,41m², sendo 760,89 m² de área construída e 2.797,33 m² de área livre (figura 02 e 03).

Figura 2- Escola na quadra e no entorno



Fonte: Adaptado do Google Earth (2019)

Figura 3 - Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

No ano de 2019 foram matriculados 227 (duzentos e setenta e três) alunos nas turmas da pré-escola a anos iniciais (1º ao 5º ano) no turno da manhã e tarde e da Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Deste total, 16 (dezesesseis) alunos têm algum tipo de deficiência, dos quais um tem DF e 2 baixa visão. Trabalhavam na

escola 31 funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes).

A escola conta com os seguintes ambientes: secretaria, sala dos professores, biblioteca, diretoria, cozinha, 2 (dois) almoxarifados, 05 (cinco) depósitos, sanitário masculino e sanitário feminino, 07 (sete) salas de aula, área verde e um campo (figura 04).

Figura 4 - Planta da Escola Intermediária João Paulo I (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.1.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Os indicadores analisados com a técnica do *Checklist* de avaliação da acessibilidade arquitetônica foram: rua em frente à escola, do portão da escola à porta de entrada, corredores, rampas e sanitários, o modelo completo encontra-se disponível no apêndice 01. Na sequência, são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** a largura da calçada é menor que 1,20m, a instalação da rampa tornou-se um obstáculo para o transeunte (figura 5 e 6), ausência de sinalização tátil (direcional e alerta) e guia rebaixado.

Figura 5 - Rampa como um obstáculo



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 6 - Largura da calçada em frente à escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- ***Do portão da Escola à Porta de Entrada:*** o percurso ao interior da escola é feito por um acesso irregular e com ausência de sinalização tátil direcional e de alerta (figura 07). No estacionamento não existem vagas reservadas e sinalizadas (com placa e pintura no piso) e o percurso até a porta da escola é totalmente inacessível para pessoas cadeirantes, por possuir piso irregular com desníveis (figura 08).

Figura 7 - Percurso de entrada à escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 8 - Estacionamento da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

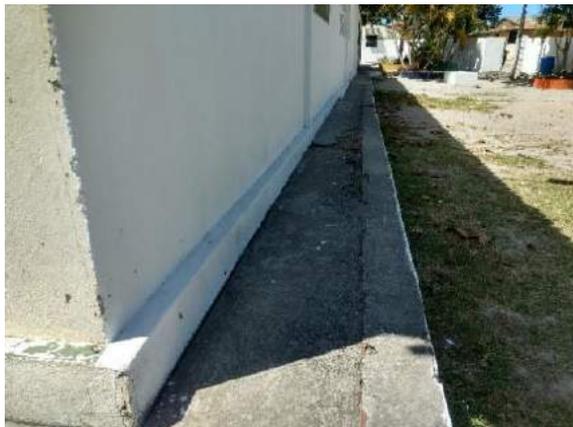
- ***Circulação / Corredores (externo):*** A circulação externa não possui largura e piso adequados. Os desníveis são maiores que 0,5 centímetros e os obstáculos não são sinalizados com piso tátil de alerta (figura 09 e 10).

Figura 9 - Circulação externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 10 – Circulação externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (interno):** os corredores possuem largura adequada. Entretanto, o piso geral da escola não é nivelado e não há piso tátil de direcional e de alerta (figura 11).

Figura 11 – Corredores internos



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Rampas:** no critério de inclinação, as rampas de acesso à escola, as salas de aula e a área externa não atendem ao máximo exigido pela norma. Não foi identificado piso tátil direcional e alerta (figura 12).

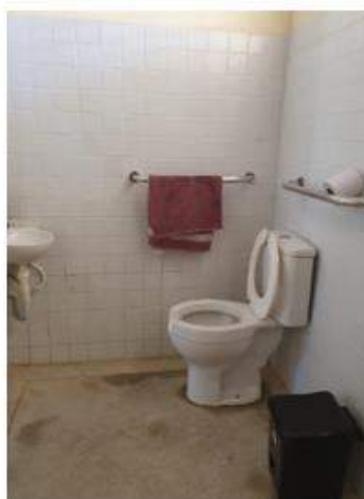
Figura 12 – Rampas



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitários:** em ambos os sanitários (masculino e feminino) há ausência de barras de apoio no lavatório e torneiras de fácil manuseio por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos. Na área do banho é constatada ausência de barra de apoio e banco articulado ou removível. Os assentos dos vasos sanitários estão na altura recomendada, mas o modelo com abertura frontal não é mais permitido pela NBR 9050/2015 (figura 13). No sanitário masculino há presença de uma pia dentro da área do banho e o piso instalado não é antiderrapante (figura 14).

Figura 13 – Sanitário feminino



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 14 – Sanitário masculino



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.1.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2011, a unidade escolar foi contemplada com R\$ 7.000,00 (sete mil reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 15). Em entrevista com os funcionários que trabalhavam na época da intervenção, relataram que no ano de 2012 foi utilizado o valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) com a construção de dois sanitários (masculino e feminino) e o restante do recurso foi utilizado na compra de materiais desportivo acessível.

Figura 15 - Extrato referente ao recebimento do pagamento do PDDE

Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2011	V1 Pg 2012 Ref. a 2011
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE FUNDAMENTAL	3.956,04	439,56	4.395,60	0,00	0,00	4.395,60	4.395,60	0,00
PDDE-50% RURAL FUND	1.978,02	219,78	2.197,80	0,00	0,00	2.197,80	2.197,80	0,00
PDDE ACESSIBILIDADE	5.600,00	1.400,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00
Total:	11.534,06	2.059,34	13.593,40	0,00	0,00	13.593,40	13.593,40	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.1.2 Escola Monsenhor José Elias de Almeida

A Escola Monsenhor José Elias de Almeida está localizada na zona urbana da cidade de Gravatá, implantada em um terreno de 31.936,88 m², sendo 5.559,40 m² de área construída e 19.122,32m² de área livre (figura 16 e 17).

Figura 16 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 17 – Escola na quadra e no entorno



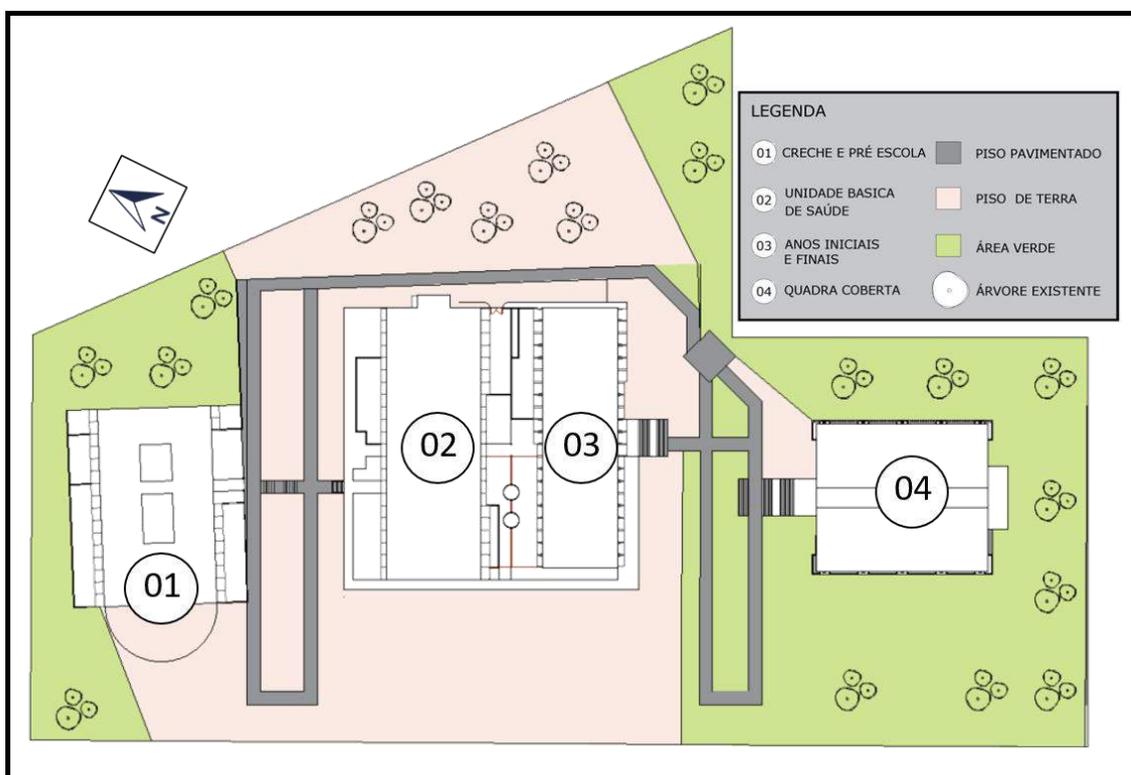
Fonte: Adaptado do Google Earth (2019)

No ano de 2019 foram matriculados 575 (quinhentos e setenta e cinco) alunos nas turmas da pré-escola, anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano) no turno da manhã e tarde. Deste total, 92 (noventa e dois) alunos t algum tipo de deficiência, dos quais 3 são DF e 5 baixa visão. Trabalhavam na escola 84

funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes).

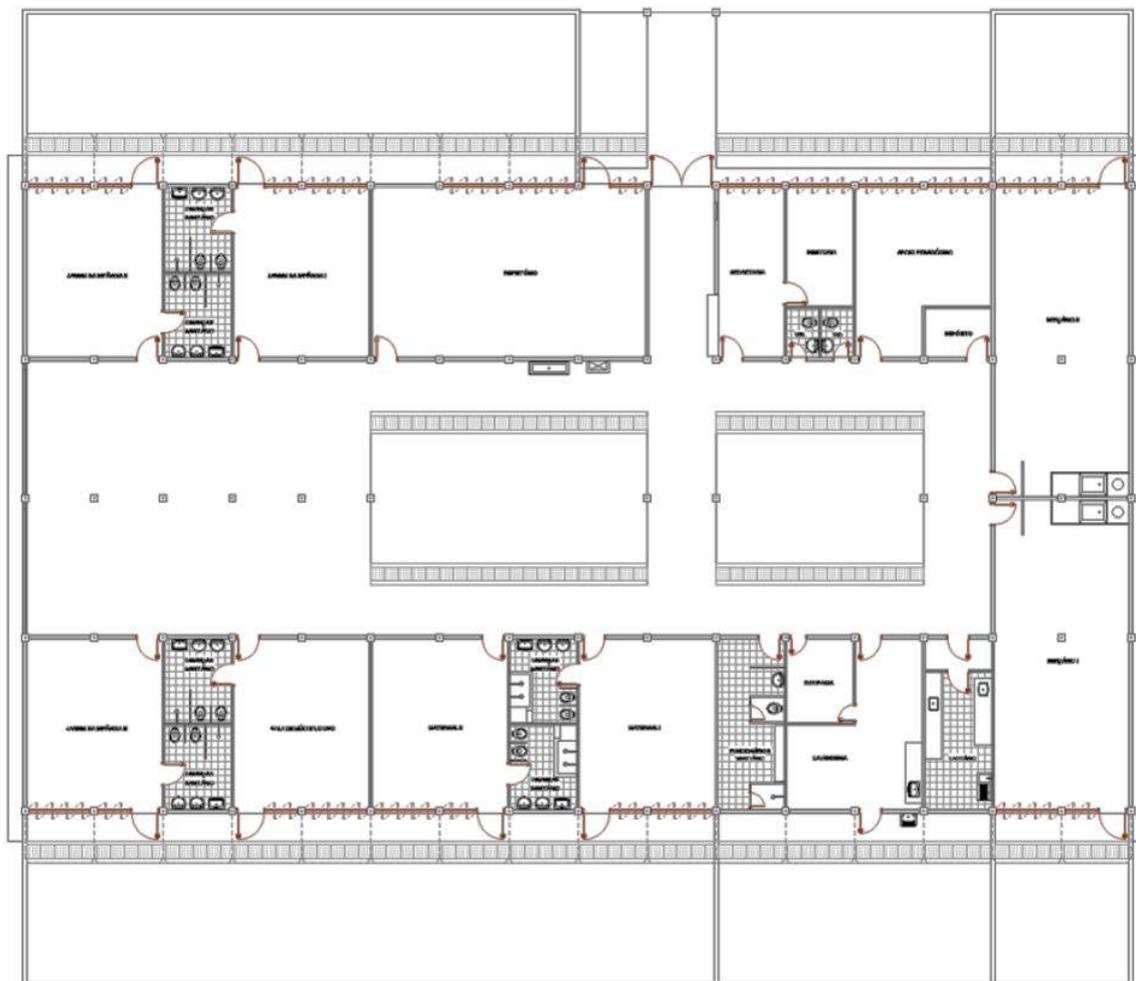
Está locado no terreno, 04 (quatro) edificações (figura 18), o primeiro bloco é a creche e a pré-escola com os seguintes ambientes: secretaria, diretoria, apoio pedagógico, depósito, refeitório, banheiro dos funcionários, lactário, 6 (seis) salas de aula e 2 (dois) berçários (figura19). No segundo bloco está locada uma unidade básica de saúde, no terceiro as turmas dos anos iniciais e finais com os seguintes ambientes: secretaria, diretoria, administração, videoteca, laboratório, sala de reunião, sanitário/vestiário masculino e feminino, WC acessível, almoxarifado, serviço, sanitário dos funcionários (masculino e feminino), refeitório, câmara frigorífica, dispensa, depósito, sala dos professores e 12 (doze) salas de aula (figura 20), e no quarto bloco uma quadra coberta.

Figura 18 – Planta da Escola Monsenhor José Elias de Almeida (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

Figura 19 – Planta da Escola Monsenhor José Elias de Almeida – Bloco 01 (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

Figura 20 – Planta da Escola Monsenhor José Elias de Almeida – Bloco 03 (planta sem escala)



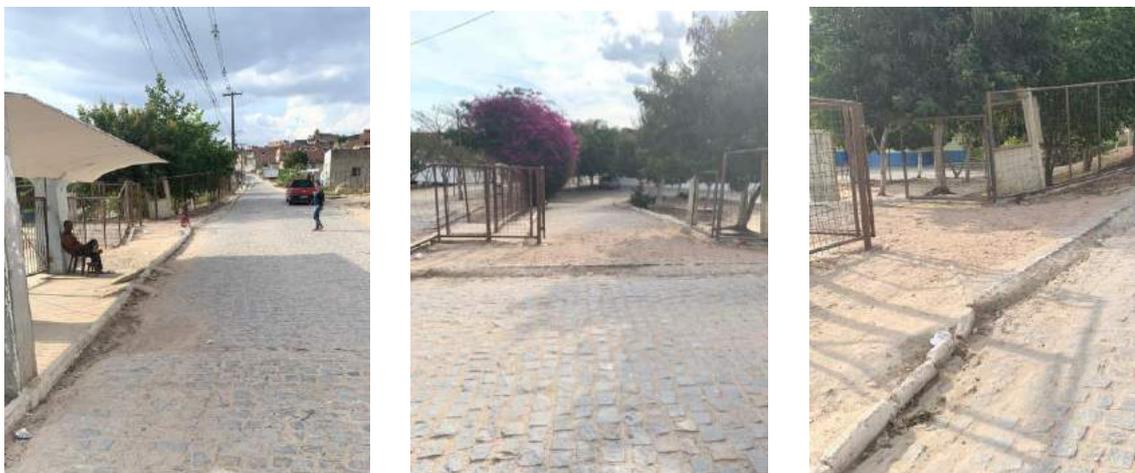
Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.2.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Os indicadores analisados com a técnica do *Checklist* de avaliação da acessibilidade arquitetônica foram: rua em frente à escola, do portão da escola à porta de entrada, corredores, rampas e sanitários, o modelo completo encontra-se disponível no apêndice 01. Na sequência, são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** a calçada frontal da escola não possui pavimento, tornando-se irregular e dificultando a locomoção de todos, ausência de sinalização tátil direcional e alerta e guia rebaixado (Figura 21).

Figura 21 – Entrada frontal da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Do portão da Escola à Porta de Entrada:** o percurso do portão de entrada até a porta da escola, tanto do bloco 01 (figura 22) como do bloco 03 (figura 23) são pavimentados. No entanto, constatamos a ausência de sinalização tátil (direcional e de alerta) e guia rebaixado. Apresentam desníveis fora do padrão, acima de 5mm ou 20mm, no estacionamento não existem vagas reservadas e o percurso até a porta da escola é por um piso irregular (figura 24).

Figura 22 – Entrada Bloco 01



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 23 – Entrada Bloco 03



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 24 – Estacionamento



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (externo):** os corredores externos têm largura que é considerada acessível, bem como o piso que é cimentado (figura 25). No entanto, existe a presença de irregularidades no piso, declives e falta de manutenção em diversos pontos do percurso que afetam a mobilidade nestes locais (figura 26).

Figura 25 – Circulação externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 26 – Acesso a quadra



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (interna):** os corredores internos possuem largura adequada, mas os elementos presentes como bebedouros (figura 27) não são sinalizados e estão em locais que atrapalham a passagem das pessoas. Ausência de sinalização tátil direcional e alerta (figura 28), e piso nivelado (figura 29).

Figura 27 – Corredor Bloco 01



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 28 – Corredor Bloco 03



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 29 – Piso do Bloco 03



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Rampas:** as rampas que dão acesso aos blocos têm largura adequada. No entanto, notamos ausência de manutenção do piso, desnível, a inclinação não está adequada, falta de piso tátil direcional e de alerta, e corrimão comprometendo o deslocamento de alunos e docentes (figura 30 e 31).

Figura 30 – Acesso a quadra



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 31 – Acesso ao Bloco 03



Fonte: Acervo da autora (2019)

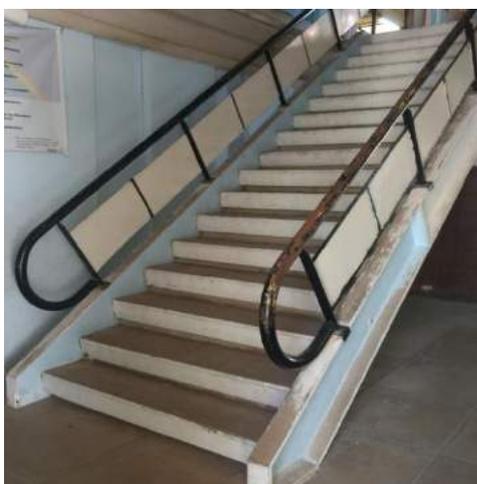
- **Escadas:** as escadas externas que dão acesso aos blocos não possuem piso tátil direcional e alerta, mas está servido de corrimão em duas alturas (figura 32). Na escada do bloco 03 foi verificada falta de corrimão em duas alturas, comprometendo o deslocamento dos alunos e docentes, assim como a sinalização tátil de alerta (figura 33).

Figura 32 – Escada externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 33 – Escada interna do Bloco 03



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitários:** no bloco 01 cada sala é contemplada com um sanitário apropriado a faixa etária dos alunos (figura 34). Porém, existe apenas um sanitário acessível em cada bloco, e ambos são para o mesmo sexo, ausência de lavatórios dentro e fora deles, ausência de vaso sanitário elevado, instalação das barras fora dos padrões estabelecidos pela NBR 9050/2015 (figura 35) e chuveiro instalado dentro área de transferência no vaso sanitário (figura 36).

Figura 34 – Sanitário do Pré-escolar



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 35 – Sanitário do Bloco 01



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 36 – Sanitário do Bloco 01



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.2.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2012, à escola foi contemplada com R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 37). Em entrevista com os funcionários que trabalhavam na época do recebimento do recurso, não foi identificado como foi utilizado o recurso financeiro.

Figura 37 – Extrato referente ao recebimento do pagamento do PDDE

Executora:;CONSELHO ESCOLAR DA ESC.MONSENHOR JOSE ELIAS DE ALMEIDA			CNPJ:;01.932.882/0001-96					
UF:;PE;Município:;GRAVATA			N Escolas:;1					
Banco:;001 Agência:;0922 Conta:;0000230650			N Alunos:;1.179					
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2012	V1 Pg 2013 Ref. a 2012
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE FUNDAMENTAL	6.941,48	2.974,92	9.916,40	0,00	0,00	9.916,40	9.916,40	0,00
PDDE PRE-ESCOLAR	2.125,20	910,80	3.036,00	0,00	0,00	3.036,00	3.036,00	0,00
PDDE CRECHE	121,80	52,20	174,00	0,00	0,00	174,00	174,00	0,00
PDDE ACESSIBILIDADE	12.000,00	3.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00
PDDE-50% URBANA FUND	3.470,74	1.487,46	4.958,20	0,00	0,00	4.958,20	4.958,20	0,00
Total:	24.659,22	8.425,38	33.084,60	0,00	0,00	33.084,60	33.084,60	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.1.3 Escola Municipal da Serra

A Escola Municipal da Serra está localizada na zona urbana da cidade de Gravatá, em um terreno de 7.241,61m², sendo 5.108,21m² de área construída e 2.958,14m² de área livre.

No ano de 2019 foram matriculados 990 (novecentos e noventa alunos) alunos nas turmas da pré-escola aos anos iniciais (1^o ao 5^o ano) no turno da manhã e tarde. Deste total, 61 (sessenta e um) alunos têm algum tipo de deficiência, sendo um DF. Trabalhavam na escola 72 (setenta e dois) funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes), dos quais um funcionário tem mobilidade reduzida nas mãos.

A escola conta com os seguintes ambientes: secretaria, salas dos professores, biblioteca, diretoria, cozinha, 2 (dois) almoxarifados, 02 (dois) depósitos, sanitário masculino e sanitário feminino, auditório, laboratório de informática, sala de leitura, sala da diretoria e sala de atendimento especial (AEE) e 24 (vinte e quatro) salas de aula (figura 38).

Figura 38 – Planta da Escola Municipal da Serra (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

Nos anos antecedentes a 2017, a unidade educacional dividia terreno com a Secretaria Municipal de Educação, utilizando parte do terreno com as turmas do pré-escolar e anos iniciais, denominado hoje como Serrinha (figura 39 e 40), e foi neste prédio que fizemos a análise de acessibilidade arquitetônica, por ser o local contemplado com o recurso do PDDE - Acessibilidade.

Figura 39 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 40 – Planta da Serrinha (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.3.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Os indicadores analisados com a técnica do *Checklist* de avaliação da acessibilidade arquitetônica foram: rua em frente à escola, do portão da escola à porta de entrada, corredores, rampas e sanitários, o modelo completo encontra-se disponível no apêndice 01. Na sequência são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** a calçada frontal possui desnível transversal acentuado com pavimento irregular e presença de buracos. Ausência de sinalização tátil (direcional e alerta) e guia rebaixado (figura 41).

Figura 41 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Do portão da Escola à Porta de Entrada:** a entrada principal da escola é feita pela mesma entrada que os carros e ônibus, em um piso irregular e com desníveis (figura 42). Há uma rampa fora do padrão de acessibilidade, não há qualquer indicação de alerta e o corrimão não está em concordância com a norma técnica.

Figura 42 – Percurso de entrada à escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (interno):** os ambientes que compõem essa unidade encontram-se em diferentes níveis, porém há presença de rampas em quase todos esses desníveis (figura 43). Ausência de sinalização tátil direcional e alerta.

Figura 43 – Circulação interna



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Rampas:** a escola possui 8 (oito) rampas (de acesso à entrada da escola, de acesso as salas de aula, de acesso a sala dos professores e sala de atendimento especial) construídas em piso de concreto desempenado (figura 44), apenas uma com inclinação em acordo com a NBR 9050/2015 (figura 45). Não foi identificado piso tátil direcional e alerta, e o corrimão existente não se encontra em conformidade com a norma.

Figura 44 – Rampas de acesso às salas de aula



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 45 – Rampa em conformidade com a norma



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitários:** a análise do sanitário acessível à pessoa com deficiência na escola, identificou que a maioria dos itens avaliados compromete à acessibilidade espacial, impossibilita a pessoa em cadeira de rodas realizar manobras. Existe apenas um sanitário para ambos os sexos, a maçaneta da porta não é do tipo alavanca, a torneira não é facilmente manuseada por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos, além da barra de apoio encontrar-se instalada em inconformidade com a norma (figura 46).

Figura 46 – Banheiro acessível



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.3.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2013, a escola foi contemplada com R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 47). Em entrevista com os funcionários que trabalhavam na época da intervenção, foi relatado que ainda em 2013 o recurso foi utilizado na adequação de um banheiro e construção de todas as rampas existentes atualmente na unidade escolar, com o restante do recurso foi comprado materiais desportivo acessível.

Figura 47 – Extrato referente ao recebimento do pagamento do PDDE

Executora:;CONSELHO ESCOLAR MUNICIPAL DA SERRA			CNPJ:;06.353.476/0001-92					
UF:;PE;Município:;GRAVATA			N Escolas:;1					
Banco:;001 Agência:;0922 Conta:;0000316636			N Alunos:;240					
Descrão do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2013	VI Pg 2014 Ref. a 2013
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE ACESSIBILIDADE	8.000,00	2.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
Total:	8.000,00	2.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.1.4 Escola Jesus Pequeno

A Escola Jesus pequeno está localizada na zona urbana da cidade de Gravatá, em um terreno de 1.291,80m², sendo 196,98m² de área construída e 976,00m² de área livre (figura 48 e 49).

Figura 48 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

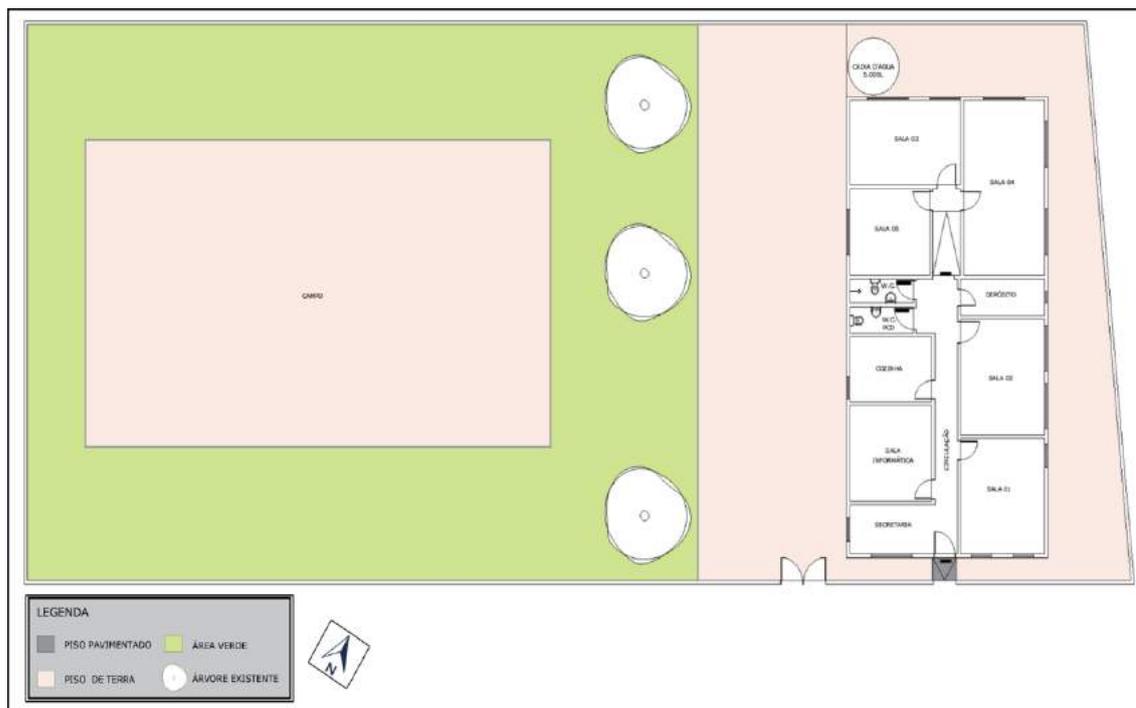
Figura 49 – Escola na quadra e no entorno



Fonte: Acervo da autora (2019)

No ano de 2019 foram matriculados 273 (duzentos e setenta e três) alunos nas turmas da pré-escola aos anos iniciais (1^o ao 5^o ano) no turno da manhã e tarde, e da Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Deste total, 37 (trinta e sete) alunos têm algum tipo de deficiência, sendo um DF. Trabalhavam na escola 21 funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes). Neste mesmo ano, a escola contava com os seguintes ambientes: secretaria, sala de informática, 05 (cinco) salas de aula, depósito, cozinha, 2 (dois) sanitários, área verde e um campo de areia (figura 50).

Figura 50 – Planta Baixa da Escola Jesus Pequeninino (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.4.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Na sequência, são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** inexistência de calçamento, pavimentação existente irregular, presença de obstáculos sem identificação com sinalização (figura 51 e 52).

Figura 51 – Rua de entrada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 52 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Do portão da Escola à Porta de Entrada:** na entrada principal da escola não foram identificadas barreiras arquitetônicas que comprometam a acessibilidade das crianças usuárias de cadeiras de rodas ou deficiente visual (figura 53).

Figura 53 – Percurso do portão da escola ao portão de entrada



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (externa):** não existem delimitações de rotas para acesso a área lateral do terreno. Ele é feito de forma espontânea e não acessível pela presença de irregularidades no terreno, além de declive (figura 54).

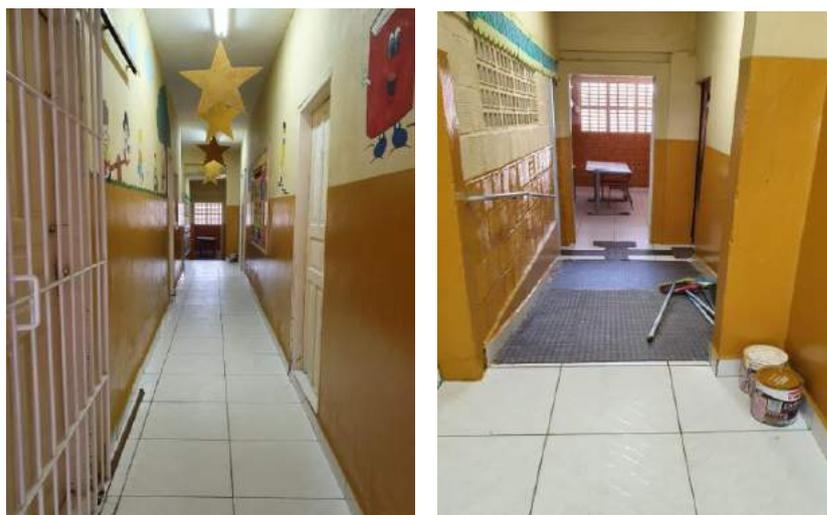
Figura 54 – Área externa da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (interna):** os corredores internos possuem dimensões variáveis e em desacordo com a norma de acessibilidade, não havendo dimensões compatíveis para o percurso e giro de cadeira de rodas (figura 55).

Figura 55 – Circulação interna



Fonte: Acervo da autora, 2019

- **Rampas:** a escola possui 2 (duas) rampas (de acesso à escola na área externa e a outra na área interna) ambas com revestimentos inadequados e com inclinação que não estão de acordo com a NBR 9050/2015 (figura 56 e 57). Na rampa da área interna há instalação do piso tátil de alerta de forma inadequada, onde o mesmo foi utilizado como piso antiderrapante. O corrimão da rampa não é contínuo (figura 58), possui apenas uma altura apresentado inconformidade a norma técnica.

Figura 56 – Rampa externa



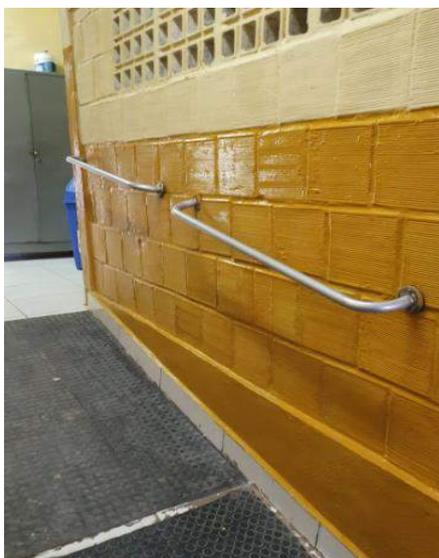
Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 57 – Rampa interna



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 58 – Corrimão da rampa interna



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitários:** em relação ao sanitário acessível à pessoa com deficiência na escola, identificamos que a maioria dos itens avaliados compromete a acessibilidade, não é possível uma pessoa cadeirante manobrar sua cadeira. Existe apenas um sanitário para ambos os sexos, a maçaneta da porta não é do tipo alavanca, o assento sanitário possui abertura frontal e a barra de apoio para uso da bacia sanitária, encontra-se instalada em inconformidade com a norma (figura 59).

Figura 59 – Sanitário acessível à Pessoa com Deficiência



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.4.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2013, a escola foi contemplada com R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 60). Em entrevista com os funcionários que trabalhavam na época da intervenção, relataram que no ano de 2013 foi utilizado o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) com a construção da rampa interna, adequação do banheiro existente e instalação do piso tátil (direcional e alerta). O valor restante não souberam informar.

Figura 60 – Extrato pagamento do PDDE – Escola Jesus Pequeno

Executora::ESCOLA JESUS PEQUENINO			CNPJ::03.225.959/0001-13					
UF::PE::Município::GRAVATA			N Escolas::1					
Banco::001 Agência::0922 Conta::0000316652			N Alunos::218					
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2013	VI Pg 2014 Ref. a 2013
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE ACESSIBILIDADE	8.000,00	2.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
Total:	8.000,00	2.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.1.5 Escola Irmã Judith Ferreira Leite

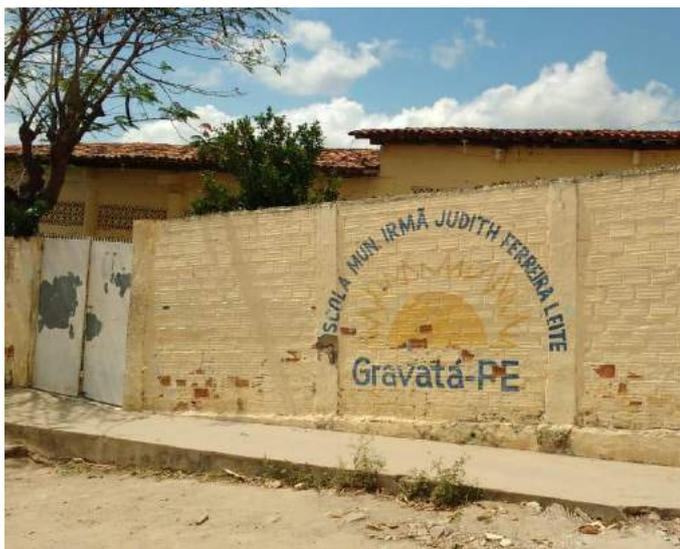
A Escola Irmã Judith Ferreira Leite está localizada na zona urbana da cidade de Gravatá. Está implantada em um terreno de 708,29 m², sendo 429,75 m² de área construída e 240,60 m² de área livre).

Figura 61 – Escola na quadra e no entorno



Fonte: Adaptado do Google Earth (2019)

Figura 62– Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

No ano de 2019 foram matriculados 587 (quinhentos e oitenta e sete) alunos nas turmas da pré-escola aos anos iniciais (1^o ao 5^o ano) no turno da manhã e tarde, e da Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Deste total, 54 (cinquenta e quatro) alunos têm algum tipo de deficiência, dos quais 03 são DF. Trabalhavam na

escola 40 (quarenta) funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes).

Neste mesmo ano a escola contava com os seguintes ambientes: secretaria, diretoria, dispensa, cozinha, sanitários masculino e feminino, sanitário dos professores, sanitário para pessoa com deficiência, sala de educação especial, pátio e área verde (figura 63).

Figura 63 – Planta Baixa da Escola Irmã Judith Ferreira Leite (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.5.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Na sequência, são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** na calçada frontal a largura é menor que a permitida pela norma. Obstáculos como lixo e buracos, pavimento irregular e com degraus foram observados, além de ausência de piso tátil (alerta e direcional) (figura 64).

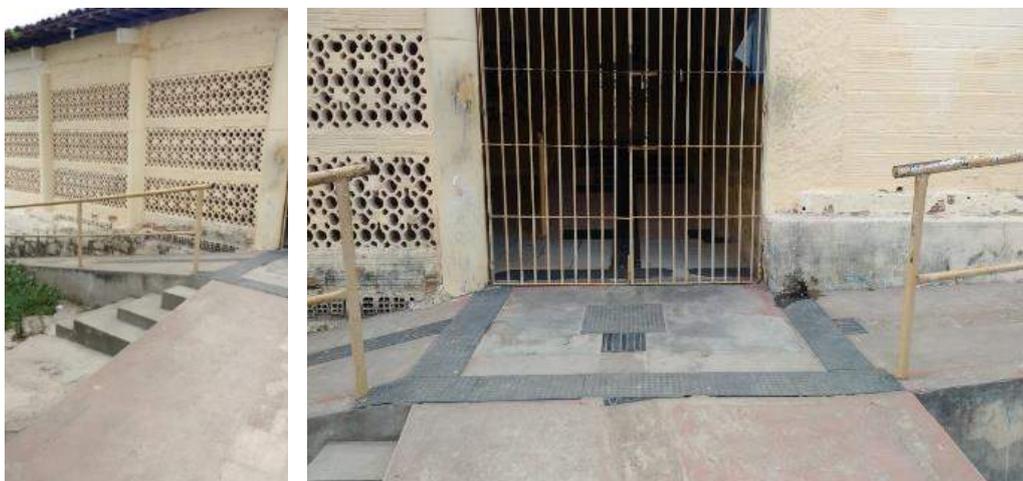
Figura 64 – Rua em frente à escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Do portão da Escola à Porta de Entrada:** na entrada principal da escola não foi identificada barreira com obstáculo que pudesse comprometer à acessibilidade de pessoa cadeirante ou com deficiência visual. No entanto, o piso tátil existente e o piso precisam de manutenção (figura 65).

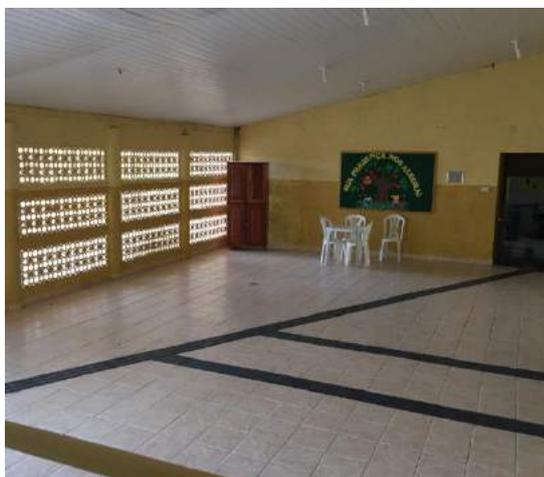
Figura 65 – Portão de entrada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (interna):** no hall de entrada da escola, o único elemento que compromete a acessibilidade refere-se ao tipo de piso, que é considerado liso, sujeito ao deslizamento pela baixa abrasividade (figura 66). No piso tátil existente faz-se necessário manutenção (figura 67).

Figura 66 – Hall de entrada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 67 – Piso tátil deteriorado



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Rampas:** existem duas rampas na escola, uma na área externa que dar acesso à sala de atendimento especializado que encontra-se dentro do indicado pela norma (figura 68). Outra rampa é na área interna que possui inclinação de 32%, muito

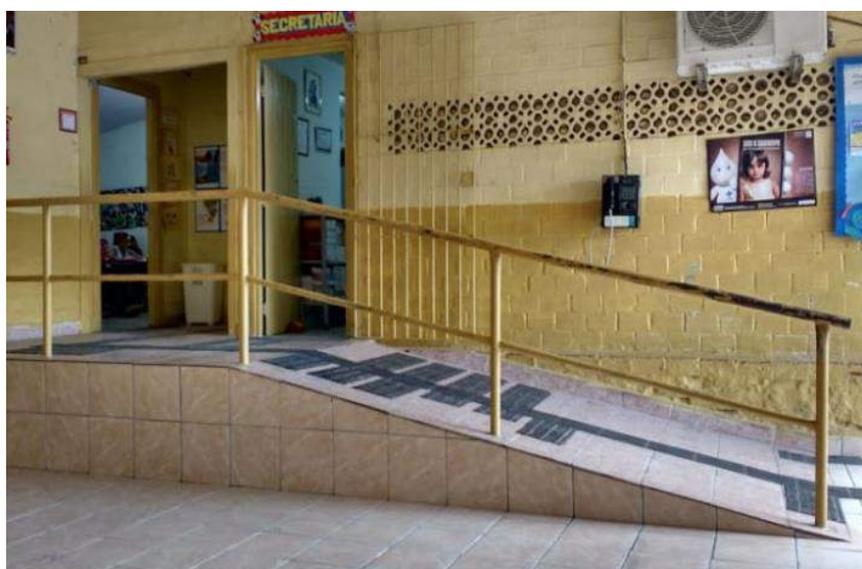
acima do recomendado para o deslocamento vertical de qualquer usuário, além da questão da inclinação, o tipo de piso é considerado liso. Ambas têm instalação do piso tátil, mas precisam de manutenção. Na rampa da parte interna foi utilizado o piso tátil com antiderrapante (figura 69).

Figura 68 – Rampa externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 69 – Rampa da área interna



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitário:** no sanitário acessível à pessoa com deficiência, na escola identificamos que a maioria dos itens avaliados compromete à acessibilidade espacial. Existe apenas um sanitário para ambos o sexo, onde maçaneta da porta não é do tipo alavanca, não é possível uma pessoa cadeirante manobrar sua cadeira, o lavatório não é suspenso, o que impossibilita na aproximação da cadeira de rodas (figura 70) e as barras de apoio encontra-se instaladas em inconformidade com a norma (figura 71).

Figura 70 – Lavatório modelo torre



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 71 – Barras de apoio inadequadas



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.5.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2014, a escola foi contemplada com R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 72). Em entrevista com os funcionários que trabalhavam na época da intervenção, relataram que no ano de 2014 foi utilizado o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) com a construção da rampa interna, instalação do piso tátil (direcional e alerta) e adequação do banheiro acessível, o valor restante não souberam informar.

Figura 72 – Extrato pagamento do PDDE – Escola Irmã Judith Ferreira Leite

Executora: CONSELHO ESCOLAR IRMA JUDITH FERREIRA LEITE			CNPJ: 08.031.943/0001-93					
UF: PE Município: GRAVATA			N Escolas: 1					
Banco: 001 Agência: 0922 Conta: 0000336823			N Alunos: 481					
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2014	VI Pg 2015 Ref. a 2014
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE ACESSIBILIDADE	8.000,00	2.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
Total:	8.000,00	2.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.1.6 Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva

A Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva está localizada na zona urbana da cidade de Gravataá. Está implantada em um terreno de 950,33 m², sendo 486,82 m² de área construída e 414,60 m² (figura 73 e 74).

Figura 73 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 74 – Escola na quadra e no entorno



Fonte: Adaptado do Google Earth (2019)

No ano de 2019 foram matriculados 587 (quinhentos e oitenta e sete) alunos nas turmas da pré-escola aos anos iniciais (1^o ao 5^o ano) no turno da manhã e tarde, e da Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Deste total, 41 (quarenta e um) alunos têm algum tipo de deficiência, dos quais 2 são DF e 2 baixa visão. Trabalhavam na escola 64 (sessenta e quatro) funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes).

Neste mesmo ano, a escola contava com os seguintes ambientes: secretaria, diretoria, 3 (três) dispensas, cozinha, sanitários masculino e feminino, sanitário dos professores, sanitário para pessoa com deficiência, 07 (sete) salas de aula, biblioteca e sala de educação especial (figura 75).

Figura 75 – Planta Baixa da Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.6.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Na sequência, são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** não existe calçada rebaixada em ambos os lados, o pavimento da calçada é irregular com buracos e degraus, não é possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos, ausência de piso tátil de alerta (figura 76). A único item em conformidade com NBR 9050/2015 é a largura adequada da calçada.

Figura 76 – Rua em frente à escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Do portão da Escola à Porta de Entrada:** os problemas encontrados na avaliação neste item, referiram-se a pavimentação com piso irregular e com presença de buracos, além da ausência de sinalização tátil direcional e alerta (figura 77).

Figura 77 – Portão da escola à porta da entrada



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (externa):** os corredores externos possuem largura adequada. Os problemas encontrados nestes espaços referem-se ao piso não nivelado e com buracos pela falta de manutenção, rampas instaladas no caminho

tornando-se obstáculos (figura 78), ausência de piso tátil alerta, corredor situado em local elevado e sem mureta de proteção (figura79).

Figura 78 – Circulação externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 79 – Circulação externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (interno):** analisando os corredores internos da escola não foi identificada barreira com obstáculo que pudesse comprometer a acessibilidade de cadeirantes e pessoa com deficiência visual. No entanto, o piso tátil existente e o piso precisam de manutenção (figura 80).

Figura 80 – Corredor interno



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Rampas:** as rampas de acesso à entrada da escola, da entrada da sala e da circulação externa todas tem uma inclinação que impossibilita a subida e descida de uma pessoa em cadeira de rodas (inclinação superior a 8,33%) (figuras 81 e 82). Foram notados dois elementos ausentes, o corrimão com duas alturas e o piso tátil de orientação e alerta conforme determina a NBR 9050/2015.

Figura 81 – Rampa de acesso à sala



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 82 – Rampa área externa



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitários:** no sanitário acessível à pessoa com deficiência, identificamos que a maioria dos itens avaliados compromete a acessibilidade espacial. Existe apenas um sanitário para ambos o sexo, a bacia e o assento sanitário possuem abertura frontal, a maçaneta da porta não é do tipo alavanca, as barras de apoio encontram-se instaladas em inconformidade com a norma (figura 83).

Figura 83 – Sanitário acessível



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.6.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2014, a escola foi contemplada com R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 84). Em entrevista com os funcionários que trabalhavam na época da intervenção, relataram que no ano seguinte foi utilizado R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para uma das rampas, instalação do piso tátil (direcional e alerta) e adequação do banheiro acessível, o valor restante não souberam informar.

Figura 84 – Extrato pagamento do PDDE – Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva

Executora: ESCOLA ADAGISA GONCALVES SOARES DA SILVA			CNPJ: 03.225.924/0001-84					
UF: PE; Município: GRAVATA			N Escolas: 1					
Banco: 001 Agência: 0922 Conta: 0000336831			N Alunos: 511					
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2014	VI Pg 2015 Ref. a 2014
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE ACESSIBILIDADE	10.000,00	2.500,00	12.500,00	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00
Total:	10.000,00	2.500,00	12.500,00	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.1.7 Escola Edgar Nunes Batista

A Escola Edgar Nunes Batista está localizada na zona urbana da cidade de Gravatá (figura 85). Está implantada em um terreno de 1.123,05m², sendo 528,89m² de área construída e 467,41m² (figura 85 e 86).

Figura 85 – Escola na quadra e no entorno



Fonte: Adaptado do Google Earth (2019)

Figura 86 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

No ano de 2019 foram matriculados 846 (oitocentos e quarenta e seis) alunos nas turmas da pré-escola aos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano) no turno da manhã e tarde, e da Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Deste total, 20 (vinte) alunos têm algum tipo de deficiência, dos quais um é DF e o coordenador é DV. Trabalhavam na escola 62 (sessenta e dois) funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes).

Neste mesmo ano, a escola contava com os seguintes ambientes: secretaria, diretoria, 3 (três) dispensas, cozinha, sanitário masculino e feminino, sanitário dos professores, sanitário para pessoa com deficiência, 08 (oito) salas de aula, sala dos professores, sala de atendimento especial e sala de leitura (figura 87).

Figura 87 – Planta baixa da Escola Edgar Nunes Batista (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.7.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Na sequência, são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** ausência de rebaixo na calçada e piso tátil alerta (figura 88).

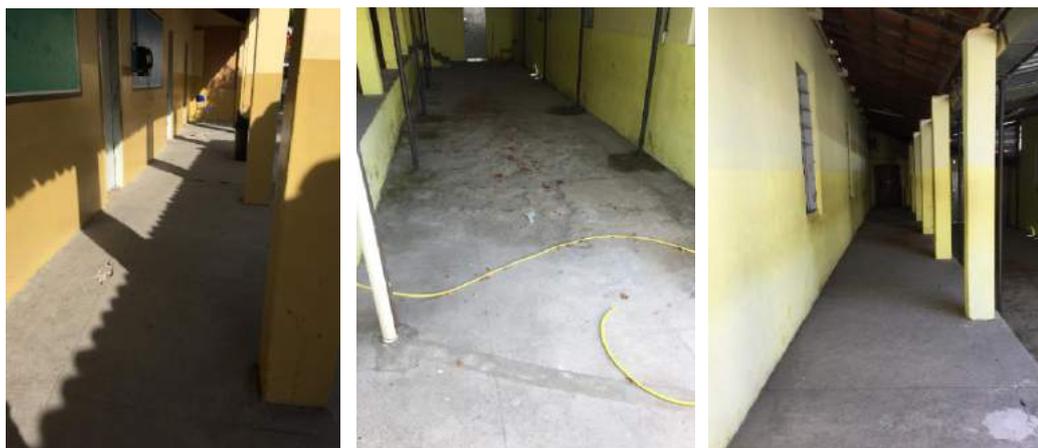
Figura 88 – Rua em frente à escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Do portão da Escola à Porta de Entrada e circulação / corredores (interno):** as circulações entre o portão da escola até as entradas dos ambientes são pavimentadas com piso irregular e presença de buracos. Os obstáculos não são sinalizados com piso tátil alerta e os corredores situados em locais elevados não possuem grades, nem mureta de proteção (figura 89).

Figura 89 – Circulações Internas e externas no terreno da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Rampas / Escadas:** as escadas possuem piso irregular com degraus de altura superior a 18 centímetros e profundidade menor que 28 centímetros. Ausência de piso de alerta no início e fim da rampa e escada. A rampa tem inclinação maior que 8,33%, corrimão apenas de um lado na rampa (figura 90) e ausência dele na escada (figura 91).

Figura 90 – Rampa de acesso à sala do EJA



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 91 – Escada de acesso à sala do EJA



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitários:** dentro dos itens avaliados no *checklist*, o banheiro acessível atende a todos os requisitos (figura 92).

Figura 92 – Banheiro acessível



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.7.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2017, a escola foi contemplada com R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 93). No ano de 2019 foi utilizado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para construção de um banheiro acessível e o restante para compra de materiais desportivo acessíveis.

Figura 93 – Extrato pagamento do PDDE – Escola Edgar Nunes Batista

Executora: CONSELHO ESCOLAR EDGAR NUNES BATISTA		CNPJ: 05.097.962/0001-24						
UF: PE; Município: GRAVATA		N Escolas: 1						
Banco: 001 Agência: 0922 Conta: 0000375950		N Alunos: 767						
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2017	Vl Pg 2018 Ref. a 2017
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE Acessibilidade	10.000,00	2.500,00	12.500,00	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00
Total:	10.000,00	2.500,00	12.500,00	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.1.8 Escola Municipal Capitão José Primo de Oliveira

A Escola Capitão José Primo de Oliveira está localizada na zona urbana da cidade de Gravatá (figura 94), em um terreno de 1.082,55m², sendo 729,82² de área construída e 454,59 m² de área livre (figura 94 e 95).

Figura 94 – Quadra e entorno da escola



Fonte: Adaptado do Google Earth (2019)

Figura 95 – Fachada da escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

No ano de 2019 foram matriculados 851 (oitocentos e cinquenta e um) alunos nas turmas dos anos iniciais (1º ao 5º ano) e dos anos finais (6º ao 9º ano) no turno da manhã e tarde, e da Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Deste total, 41 (quarenta e um) têm algum tipo de deficiência. Trabalhavam na escola 90 funcionários (diretora, coordenadora, professores, auxiliares, cuidadoras, merendeiras e serventes).

Neste mesmo ano a escola contava com os seguintes ambientes: secretaria, sala dos professores, arquivo, 10 (dez) salas de aula, sala de atendimento especial, depósito, cozinha, sanitário masculino, feminino e para pessoa com deficiência, diretoria, secretaria, biblioteca e área externa (figura 96).

Figura 96 – Planta Baixa da Escola Capitão José Primo (planta sem escala)



Fonte: Adaptado da Prefeitura de Gravatá (2019)

4.1.8.1 ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA ATRAVÉS DA VISTORIA TÉCNICA

A aplicação da vistoria técnica permitiu avaliar a acessibilidade arquitetônica nesta unidade escolar nos ambientes que seria possível a intervenção com a utilização do recurso financeiro (PDDE- Acessibilidade). Na sequência, são expostos os principais problemas dos ambientes analisados:

- **Rua em frente à escola:** não existe calçada rebaixada em ambos os lados, o pavimento da calçada é irregular, não é possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos, além da ausência de piso tátil de alerta. O único item em conformidade com NBR 9050/2015 foi a largura adequada da calçada (figura 97).

Figura 97 – Rua em frente à escola



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Do portão da Escola à Porta de Entrada:** o percurso do portão da escola até a porta de entrada é pavimentado, mas com piso irregular. E se dá por meio de escadas, sem presença de rampas, impossibilitando o acesso de todos, além de ausência de piso tátil alerta (figura 98).

Figura 98 – Do portão da escola à porta de entrada



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Circulação / Corredores (interna):** os corredores possuem larguras adequadas (figura 99), mas os elementos presentes neles, como bebedores, atrapalham a

passagem das pessoas e não são sinalizados com piso tátil alerta. O corredor situado em local elevado não possui mureta de proteção (figura 100).

Figura 99 – Circulação do 1º pavimento



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 100 – Circulação do térreo



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Rampas:** na rampa de acesso as salas de aula há corrimão, mas a inclinação dela é maior que o permitido pela norma. Ausência de piso tátil alerta (figura 101).

Figura 101 – Rampa de acesso à sala de aula



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Escadas:** constamos em uma das escadas que dá acesso a porta de entrada ausência de corrimão e piso tátil alerta (figura 102). Na escada que dá acesso ao primeiro pavimento foi verificada ausência de corrimão em duas alturas, comprometendo o deslocamento dos alunos e docentes, assim como a sinalização tátil de alerta (Figura 103).

Figura 102 – Escada de entrada



Fonte: Acervo da autora (2019)

Figura 103 – Escada do 1º pavimento



Fonte: Acervo da autora (2019)

- **Sanitários:** dentro dos itens avaliados no *checklist*, o banheiro acessível atende a todos os quesitos (figura 104).

Figura 104 – Sanitário acessível



Fonte: Acervo da autora (2019)

4.1.8.2 INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NA UNIDADE ESCOLAR COM A UTILIZAÇÃO DO RECURSO DO PDDE - ACESSIBILIDADE

Em 2018, a escola foi contemplada com R\$ 15.000,00 (doze mil e quinhentos reais) referente ao recurso do PDDE – Acessibilidade (figura 105). No ano de 2019 foi utilizado o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para construção de um banheiro acessível e instalação de um corrimão na rampa existente na escola, o restante do valor utilizado na compra de materiais desportivo acessível.

Figura 105 – Extrato pagamento do PDDE – Escola Capitão José Primo de Oliveira

Executora: CONSELHO ESCOLAR DA ESC. CAPITAO JOSE PRIMO DE OLIVEIRA						CNPJ: 01.932.883/0001-30		
UF: PE; Município: GRAVATA						N Escolas: 1		
Banco: 001 Agência: 0922 Conta: 0000390429						N Alunos: 926		
Descrição do Pagamento	Valor Devido			Valor Ajuste		Valor Total	Valor Pago em 2018	VI Pg 2019 Ref. a 2018
	Custeio	Capital	Total	Custeio	Capital			
PDDE/Acessibilidade	12.000,00	3.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00
Total:	12.000,00	3.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00

Fonte: PDDEREx – Relação de Unidades Executoras do PDDE (2019)

4.2 Resultado do *workshop*, questionário e da constelação de atributos

Esta etapa engloba os resultados da realização do *workshop*, da aplicação dos questionários e do método constelação de atributos, com a finalidade de obter informações complementares do conhecimento e da percepção dos usuários sobre o tema acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar.

Dividimos essa fase em quatro momentos, com grupos diferentes. Na sequência, são apresentados os resultados de cada encontro:

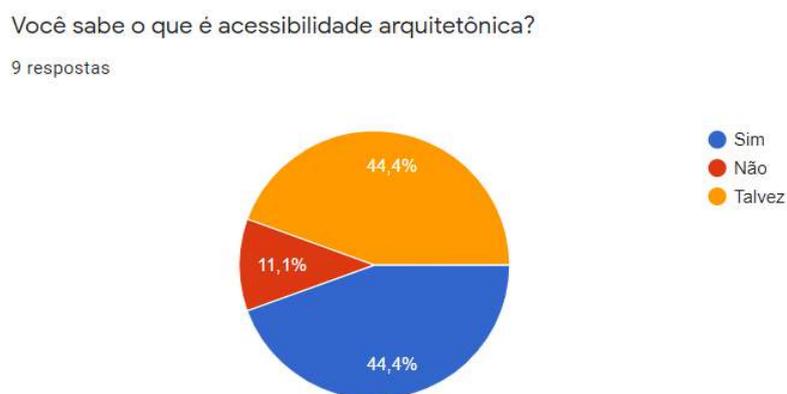
4.2.1 Gestores de 2019

O primeiro encontro aconteceu no dia 19 de dezembro de 2019 (apêndice 02) na Secretaria Municipal de Educação, conseguimos recrutar 9 (nove) gestores, dos 17 (dezesete) que fazem parte do quadro de gestão atuantes no ano de 2019.

Por esse grupo ser o responsável pelo manuseio do recurso PDDE- Acessibilidade, ofertamos um *Workshop* sobre acessibilidade arquitetônica (figura 106), com a finalidade de capacitar e coletar informações sobre o conhecimento e percepção deles acerca do assunto abordado.

Iniciamos esse encontro caracterizando como primeira etapa, onde foi solicitando que os participantes respondessem a duas perguntas por meio de um questionário online e individualmente. A primeira pergunta foi: “se eles sabiam o que é acessibilidade arquitetônica”. Segundo a opinião do grupo de gestores respondentes, 44,4% responderam que sim, 44,4% responderam que talvez soubessem e 11,1% falaram que não, conforme apresentamos no gráfico 01.

Gráfico 1 - Resultado do conhecimento dos Gestores sobre acessibilidade arquitetônica



Fonte: Dados da autora (2019)

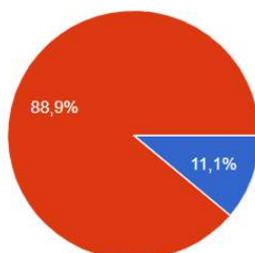
Em seguida, eles responderam a segunda pergunta, que tinha como objetivo descobrir se eles sabiam “quais as ações são que permitidas para a utilização do recurso do PDDE – Acessibilidade”. Segundo a opinião do grupo respondente, 88,9% afirmaram que não sabiam e 11,1% responderam que sim (gráfico 2). Valor esse preocupante, uma vez que estes são responsáveis pelo manuseio dos recursos.

Gráfico 2 - Resultado sobre o conhecimento dos Gestores sobre PDDE - Acessibilidade

Você sabe quais ações são permitidas com a utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola - Acessibilidade?

9 respostas

- Sabiam utilizar recurso do PDDE – Acessibilidade
- Não sabiam utilizar recurso do PDDE – Acessibilidade



Fonte: Dados da autora, 2019

Na sequência, fizemos uma apresentação sobre o que é acessibilidade arquitetônica (apêndice 03). Ao concluir, denominando como segunda etapa do encontro, aplicamos o método constelação de atributos com intuito de analisar a percepção do usuário sobre o tema, onde responderam individualmente as seguintes perguntas: ‘Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa em UMA escola com acessibilidade arquitetônica?’ e ‘Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa na SUA escola com acessibilidade arquitetônica?’

Figura 106 – Workshop na Secretaria de Educação



Fonte: Acervo da autora (2019)

Após a aquisição das respostas, separamos em categorias e classificamos os atributos associados ao ambiente de acordo com a afinidade de cada um, conforme apresentado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginário, segundo opinião do grupo dos Gestores

TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE IMAGINÁRIO				
LOCAL DE PESQUISA: Gestores das escolas Municipais de Gravatá - PE, em 2019				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Rampas	3	1	0.64
	Porta larga	1	2	0.91
	SUBTOTAL	4		
Conforto Ambiental	Banheiro espaçoso	1	2	0.91
	Corredor largo	1	2	0.91
	SUBTOTAL	2		
Segurança	Piso alerta	1	2	0.91
	Sinalização	1	2	0.91
	SUBTOTAL	2		
TOTAL DE RESPOSTAS		8		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		9		

Fonte: Dados da autora (2019)

Tabela 2 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica real, segundo opinião do grupo dos Gestores

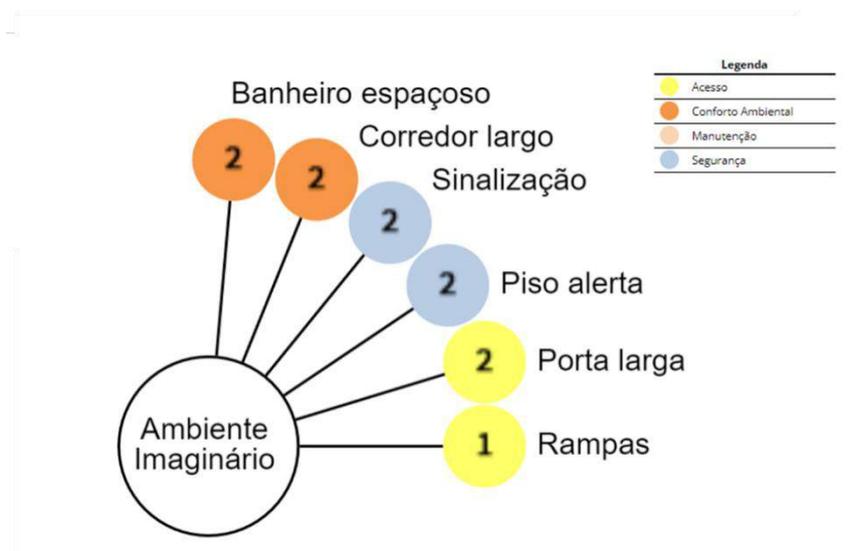
TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE REAL				
LOCAL DE PESQUISA: Gestores das escolas Municipais de Gravatá - PE, em 2019				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Precisa de porta larga	3	1	0.66
	Precisa de Rampa	2	2	0.74
	SUBTOTAL	5		
Manutenção	Precisa de reparo na acessibilidade existente	2	2	0.74
	SUBTOTAL	2		
Segurança	Precisa de sinalização	2	2	0.74
	SUBTOTAL	2		
TOTAL DE RESPOSTAS		9		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		9		

Fonte: Dados da autora (2019)

Com os valores encontrados das distâncias psicológicas de cada atributo, as duas constelações de atributos foram geradas, permitindo uma análise da percepção dos gestores quanto à escola com acessibilidade arquitetônica imaginária e real. Cada categoria criada recebe uma cor, é importante mensurar que quanto maior o número de respostas, mais próximo o atributo estará do núcleo (figuras 108 e 109). Observa-

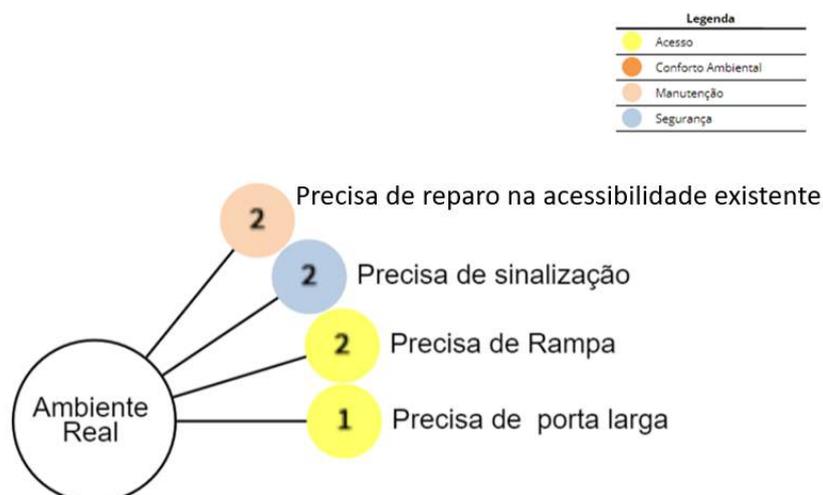
se que a maioria das respostas apontadas nos gráficos, tanto do ambiente imaginário como no real, estão relacionados ao acesso à escola.

Figura 107 - Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, segundo opinião do grupo dos Gestores



Fonte: Dados da autora (2019)

Figura 108 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, segundo opinião do grupo dos Gestores



Fonte: Dados da autora (2019)

4.2.2 Os alunos com deficiência física e visual atendidos no CIG

O segundo encontro aconteceu no dia 20 de dezembro de 2019 no Centro de Inclusão de Gravatá (apêndice 06), conseguimos recrutar 5 (cinco) pais de alunos com deficiência física e/ou visual e 3 (três) alunos, (dois) são deficientes físico e 1 (um) deficiente visual (figura 109).

Nesse encontro, explicamos o que era acessibilidade arquitetônica, e sobre a importância da pesquisa e da contribuição deles ao participar. Em seguida, individualmente e com o gravador de voz, aplicamos a constelação de atributos utilizando as mesmas perguntas das entrevistas aplicadas aos gestores (apêndice 7). Vale ressaltar que deste grupo, 3 (três) alunos fazem parte de escola particular, 4 (quatro) de escola estadual e apenas um de escola municipal.

Figura 109 - Encontro com os pais e alunos no Centro de Inclusão de Gravatá – CIG



Fonte: Acervo da autora (2019)

Após o levantamento das respostas, separamos em categorias e classificamos os atributos associados ao ambiente de acordo com a afinidade de cada um, conforme apresentado nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginária, segundo alunos e/ou responsáveis atendidos no CIG

TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE IMAGINÁRIO				
LOCAL DE PESQUISA: CIG - Alunos e Responsáveis dos Alunos com deficiência física e/ou visual atendidos pelo CENTRO DE INCLUSÃO DE GRAVATÁ				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Rampa	7	1	0.65
	Rampa na calçada	2	3	1
	Elevador	1	4	1.4
SUBTOTAL		10		
Conforto Ambiental	Banheiro espaçoso	2	3	1
	Sala de aula espaçosa	2	3	1
SUBTOTAL		4		
Manutenção	Calçada sem entulho e lixo	2	3	1
	SUBTOTAL		2	
Segurança	Piso tátil alerta e direcional	3	2	0.85
	Banheiro com barras de apoio	1	4	1.4
SUBTOTAL		4		
TOTAL DE RESPOSTAS		20		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		8		

Fonte: Dados da autora (2019)

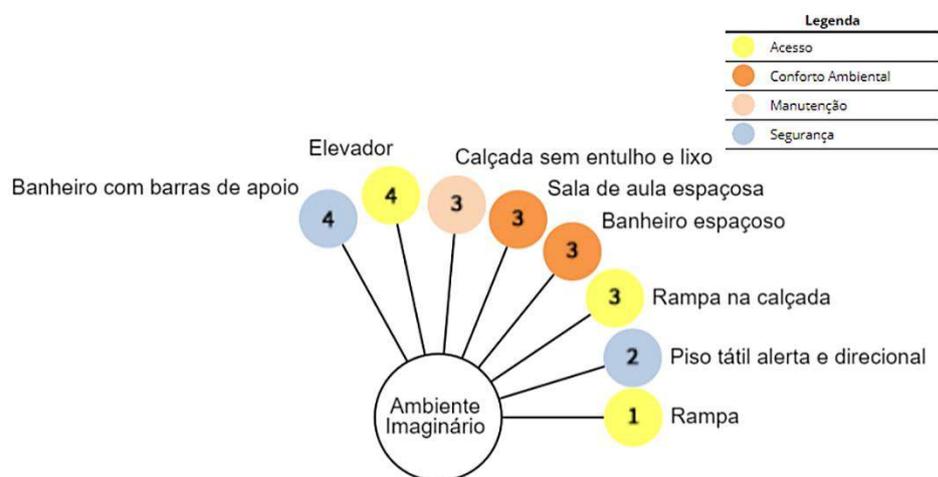
Tabela 4 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica real, segundo alunos e/ou responsáveis atendidos no CIG

TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE REAL				
LOCAL DE PESQUISA: CIG - Alunos e Responsáveis dos Alunos com deficiência física e/ou visual atendidos pelo CENTRO DE INCLUSÃO DE GRAVATÁ				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Precisa de rampa	2	1	0.69
	Precisa de porta larga	1	2	0.87
SUBTOTAL		3		
Conforto Ambiental	Sala de aula espaçosa	2	1	0.69
	Banheiro espaçoso	1	2	0.87
SUBTOTAL		3		
Segurança	Falta piso alerta	1	2	0.87
SUBTOTAL		1		
TOTAL DE RESPOSTAS		7		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		8		

Fonte: Dados da autora (2019)

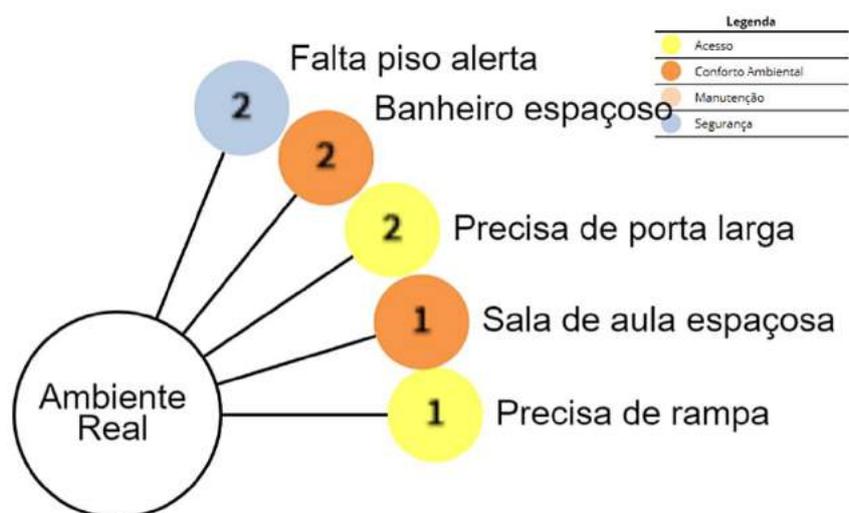
Observa-se que a maioria das respostas mencionadas nos gráficos, tanto do ambiente imaginário como no real, continuam relacionados ao acesso à escola (figuras 110 e 111).

Figura 110 - Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, responsáveis atendidos no CIG



Fonte: Dados da autora (2019)

Figura 111 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, responsáveis atendidos no CIG



Fonte: Dados da autora (2019)

4.2.3 Alunos e funcionários das escolas que utilizaram o recurso

Nesse momento foi solicitado aos gestores das 8 (oito) escolas que utilizaram o recurso do PDDE – Acessibilidade, que entrassem em contato solicitando a participação dos alunos com deficiência física e/ou visual e a presença dos pais para essa entrevista. Paralelo a isso, entrevistamos o funcionário com deficiência visual que trabalha em instituição mencionada anteriormente (tópico 4.1.7).

Conseguimos recrutar 13 (treze) participantes, dos quais 12 (doze) são alunos e um funcionário. Desse total 11 (onde) são deficientes físico e 2 (dois) deficientes visual. Da mesma forma que fizemos com os participantes do Centro de Inclusão de Gravatá, fizemos com esse grupo. Explicamos o que era acessibilidade arquitetônica, a importância da pesquisa e da contribuição deles ao participar.

Individualmente e com o gravador de voz, aplicamos novamente a constelação de atributos utilizando as mesmas perguntas das entrevistas com os grupos anteriores (apêndice 5).

Após o levantamento das respostas, separamos em categorias e classificamos os atributos associados ao ambiente de acordo com a afinidade de cada um, conforme apresentado nas tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginário, segundo alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas analisadas

TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE IMAGINÁRIO				
LOCAL DE PESQUISA: Alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual que estudem/ trabalham nas escolas que utilizaram o recurso.				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Rampas	5	1	0.85
	Porta larga	2	4	1.3
	Elevador	1	5	2.1
SUBTOTAL		8		
Conforto Ambiental	Banheiro espaçoso	5	1	0.85
	Sala de aula espaçosa	4	2	0.92
	Corredor largo	1	5	2.1
SUBTOTAL		10		
Manutenção	Calçadas sem buracos	5	1	0.85
	Rampa nas Calçadas	3	3	1
SUBTOTAL		8		
Segurança	Corrimão nos banheiros	3	3	1
	Corrimão nas rampas	2	4	1.3
	Piso alerta	2	4	1.3
SUBTOTAL		7		
TOTAL DE RESPOSTAS		33		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		13		

Fonte: Dados da autora (2019)

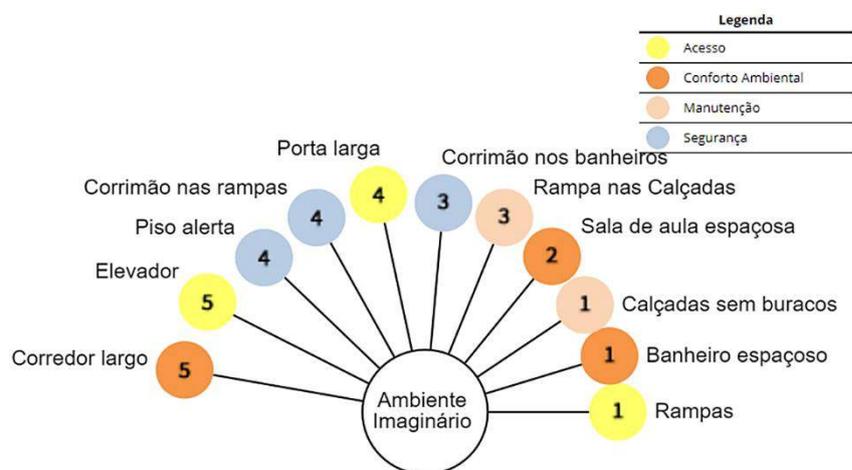
Tabela 6 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica real, segundo alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas analisadas

TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE REAL				
LOCAL DE PESQUISA: Alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual que estudem/ trabalham nas escolas que utilizaram o recuso.				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Precisa de mais rampas	7	1	0.8
	Rampas menos inclinadas	3	4	1.1
	Precisar alargar as portas	2	5	1.4
SUBTOTAL		12		
Conforto Ambiental	Banheiro apertado	4	3	0.99
	Sala pequena	2	5	1.4
SUBTOTAL		6		
Manutenção	Calçada com buraco	6	2	0.84
	Calçada sem rampa	2	5	1.4
	Lixo na Calçada	2	5	1.4
	Piso quebrado	2	5	1.4
	Calçada sem piso alerta	1	6	2.4
SUBTOTAL		13		
Segurança	Precisa de mais barras de apoio nos banheiros	4	3	0.99
	Piso escorregadio	2	5	1.4
	Precisa instalar mais piso alerta	2	5	1.4
SUBTOTAL		8		
TOTAL DE RESPOSTAS		39		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		13		

Fonte: Dados da autora, 2019

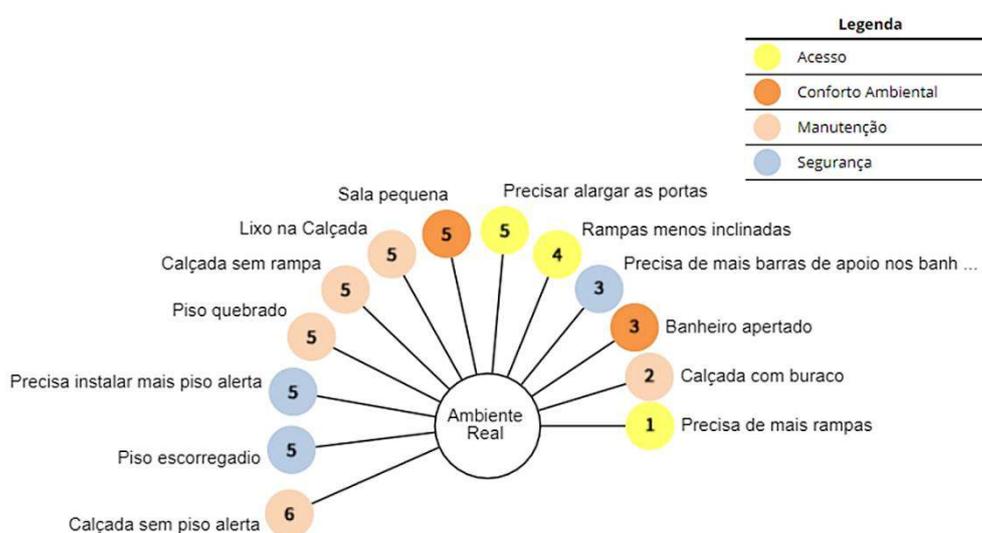
Ao avaliar o gráfico da constelação de atributos, compreende -se que os fatores mais apontados continuam relacionados ao acesso (figura 112 e 113).

Figura 112 - Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, segundo alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas



Fonte: Dados da autora (2019)

Figura 113 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, segundo alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual das escolas



Fonte: Dados da autora (2019)

4.2.4 Os educadores do quadro efetivo

Para finalizar o levantamento de dados referente ao conhecimento e percepção do ambiente sobre acessibilidade arquitetônica, achamos relevante também incluir nas entrevistas os educadores do quadro efetivo do município, pois a qualquer momento eles podem ser contemplados com o cargo de gestor e passar a ser responsável pelo manuseio do recurso PDDE - Acessibilidade.

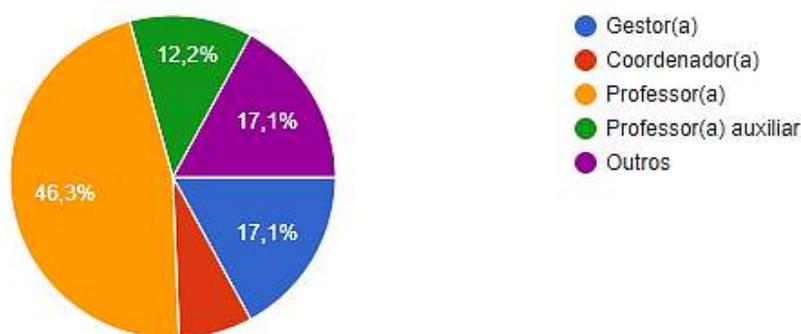
Com o objetivo de conseguir alcançar o maior número possível de entrevistados desse perfil, desenvolvemos um questionário online (apêndice 8) e encaminhamos para os grupos do *whatsapp*, falando da importância da participação deles na pesquisa.

Dessa maneira, de um total de 378 (trezentos e setenta e oito) educadores, conseguimos coletar 41 (quarenta e uma) respostas, onde 46,3% são professores aulistas, 12,2% professores auxiliar, 17,1% outros (locados na secretaria de educação), 7,3% coordenadores e 17,1% dos gestores que não tiveram presente no *whorshop* (gráfico 3).

Gráfico 3 - Classificação dos participantes das entrevistas online (quadro efetivo)

Qual sua função?

41 respostas



Fonte: Dados da autora (2019)

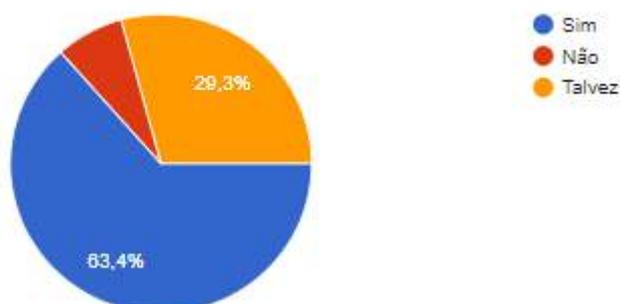
Conforme podemos observar, no apêndice 8, estruturamos o questionário da mesma forma do *workshop*, onde iniciamos perguntando “se eles sabiam o que é acessibilidade arquitetônica”. Segundo a opinião do grupo respondente, 63,4%

afirmaram que sim, 29,3% falaram que talvez e 7,3% responderam que não (gráfico 4).

Gráfico 4 - Resultado do conhecimento dos educadores do quadro efetivo sobre acessibilidade arquitetônica

Você sabe o que é acessibilidade arquitetônica?

41 respostas



Fonte: Dados da autora (2019)

Para que os entrevistados respondessem as mesmas perguntas que utilizamos nos outros encontros, era necessário ter um conhecimento prévio sobre acessibilidade arquitetônica. Por esse motivo, criamos um vídeo autoexplicativo, com o objetivo de esclarecer qualquer dúvida sobre o assunto. Este material pode ser visualizado passando o celular no *QR Code* da figura 114.

Figura 114 - QR Code do vídeo acessibilidade arquitetônica



Fonte: Desenvolvido pela autora (2019)

Após o levantamento das respostas, separamos em categorias e classificamos os atributos associados ao ambiente de acordo com a afinidade de cada um, conforme apresentado nas tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica imaginário, segundo o quadro de educadores

TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE IMAGINÁRIO				
LOCAL DE PESQUISA: Docente pertencente ao quadro efetivo do Município de Gravatá-PE				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Rampas	17	1	0.85
	Rampa na calçada	10	3	1.1
	Porta larga	8	5	1.2
	Elevador	5	7	1.6
SUBTOTAL		40		
Conforto Ambiental	Banheiro Espaçoso	11	2	1
	Sala de aula espaçosa	11	2	1
	Corredor largo	9	4	1.1
SUBTOTAL		31		
Manutenção	Calçada sem obstáculos	7	6	1.3
	Calçada sem lixo	3	8	2.4
	Calçada sem raiz de árvore	2	9	4.1
SUBTOTAL		12		
Segurança	Piso Tátil (alerta e direcional)	11	2	1
	Corrimão nas escadas e rampas	9	4	1.1
	Barra de apoio no banheiro	8	5	1.2
	Piso de cores diferente	3	8	2.4
SUBTOTAL		31		
TOTAL DE RESPOSTAS		114		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		41		

Fonte: Desenvolvido pela autora (2019)

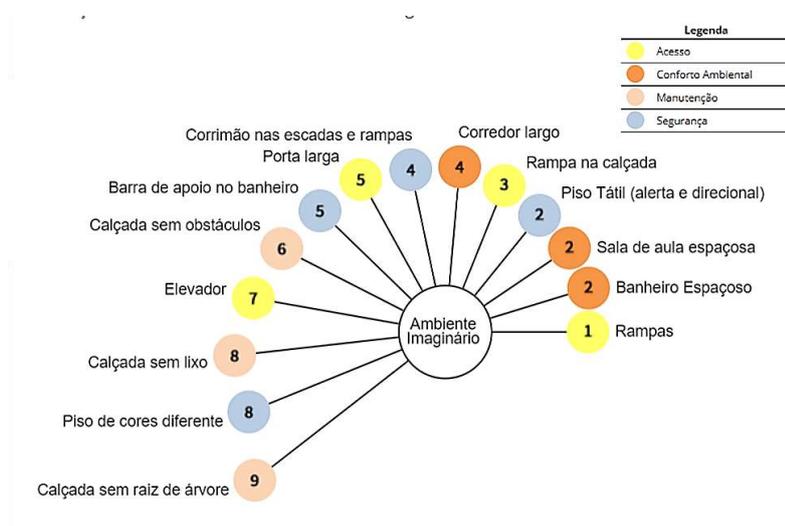
Tabela 8 - Dados relativos à escola com acessibilidade arquitetônica real, segundo o quadro de educadores

TABELA DE ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE REAL				
LOCAL DE PESQUISA: Docente pertencente ao quadro efetivo do Município de Gravatá-PE				
CATEGORIAS	ATRIBUTOS ASSOCIADOS AO AMBIENTE	QUANT. OCORRÊNCIAS	CLASSIFICAÇÃO	DIST. PSICOLÓGICA
Acesso	Precisa de rampa	20	1	0,75
	Precisa de porta larga	10	3	0,96
	Precisa de rampa na calçada	7	5	1,1
	Precisa elevador	4	8	1,6
SUBTOTAL		41		
Conforto Ambiental	Precisa de banheiro espaço	9	4	1
	Precisa de salas de aula espaçosa	6	6	1,2
	Precisa de corredor largo	4	8	1,6
SUBTOTAL		19		
Manutenção	Precisa de calçadas com menos obstáculos	10	3	0,96
	Precisa do piso nivelado	3	9	1,9
SUBTOTAL		13		
Segurança	Falta piso tátil	12	2	0,89
	Falta corrimão nas escadas e rampas	5	7	1,4
	Precisa de piso de cores diferente	1	10	24
SUBTOTAL		18		
TOTAL DE RESPOSTAS		91		
TOTAL DE ENTREVISTADOS		41		

Fonte: Desenvolvido pela autora (2019)

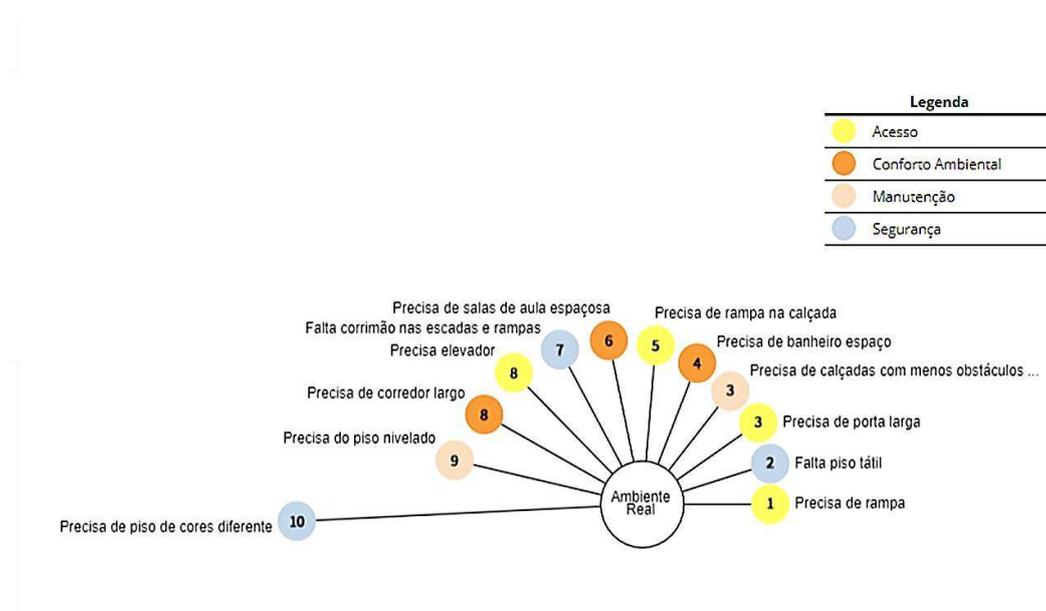
Ao avaliar o gráfico da constelação de atributos, compreende -se que os fatores mais apontados continuam relacionados ao acesso (figuras 115 e 116).

Figura 115 - Constelação de Atributos com as características do ambiente imaginário, segundo o quadro de educadores



Fonte: Dados da autora (2019)

Figura 116 - Constelação de Atributos com as características do ambiente real, segundo o quadro de educadores



Fonte: Dados da autora (2019)

4.3 Diretrizes para melhorar da utilização do recurso PDDE - Acessibilidade

A partir dos problemas de acessibilidade arquitetônica identificados na avaliação das 8 (oito) escolas selecionadas, juntamente com os resultados dos questionários respondidos pelos participantes já mensurados, trazemos algumas sugestões para melhorar o desempenho acerca da utilização do recurso financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola – Acessibilidade. Dividimos as recomendações em dois grupos: o da Secretaria de Educação, responsável pelos gestores, e o da Secretaria de Obras, responsável pelo projeto de arquitetura e acompanhamento da obra.

A Secretaria Municipal de Educação, recomenda-se a:

- Criação de um setor, ou equipe de profissionais, exclusivos para orientar e fiscalizar o manuseio do recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Acessibilidade;
- Participação dos profissionais encarregados - por orientar e fiscalizar o manuseio do recurso PDDE- Acessibilidade, em cursos, seminários, palestras, treinamentos, atualização e reciclagem;
- Participação dos Gestores em cursos, seminários, palestras, treinamentos, atualização e reciclagem sobre o manuseio do recurso PDDE - Acessibilidade;
- Criação de campanhas para conscientizar os Gestores e os Docentes que fazem parte do quadro efetivo do município, que toda obra por mais simples que pareça, faz-se necessário o acompanhamento de um profissional registrado no Conselho Regional de Engenharia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU que tenha expertise em acessibilidade arquitetônica.

A Secretaria Municipal de Obras, para a Equipe de Arquitetura e/ou Engenharia, recomenda-se a:

- Criação de um setor, ou equipe de profissionais exclusivos, especialistas para elaboração de projetos de acessibilidade arquitetônica;
- Participação dos profissionais de arquitetura e/ou engenharia - encarregados pela elaboração de projetos de acessibilidade arquitetônica, em cursos, seminários, palestras, treinamentos, atualização e reciclagem sobre NBR 9050/2015 e NBR 16537/2016;
- Elaboração dos projetos de acessibilidade arquitetônica em nível executivo com riqueza de detalhes, informações e especificações técnicas com o comprometimento no atendimento a NBR 9050/2015 e NBR 16537/2016;
- Comprovação do preenchimento e recolhimento do Registro de Responsabilidade Técnica - RRT e da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em conformidade com o comprometimento no atendimento a NBR 9050/2015 e NBR 16537/2016;
- Acompanhar as etapas da construção e/ou reforma de acessibilidade arquitetônica pelo profissional ou equipe responsável pela elaboração do projeto;

Para a equipe de Execução da Obra:

- Profissionais do canteiro de obras comprometidos com a execução da construção em conformidade com o projeto executivo apresentado pela equipe especializada;
- Integração entre equipes de projeto, de arquitetura e construtores para estabilização dos cuidados a serem tomados na execução da obra;
- Fiscal de obra com conhecimento da NBR 9050/2015 e NBR 16537/2016.

Acredita-se que com estas recomendações, conseguiríamos padronizar a utilização desses recursos, que são limitados diante de tantas barreiras que existem nas escolas. Viabilizando a melhor forma de utilização do recurso, como também, as modificações arquitetônicas reduzindo os erros e gastos desnecessários.

Convém ressaltar que, mesmo com a utilização do recurso, as escolas encontram-se com barreiras arquitetônicas que poderiam ter sido cessadas. Entretanto, com a falta de orientação e acompanhamento técnico, esses erros tendem a permanecer.

É necessário que toda a comunidade escolar, juntamente com as secretarias, conscientizem-se da importância dessa padronização de guiar esses profissionais na utilização desse recurso para evitar problemas e erros que ainda são perceptíveis nessas escolas, cujos recursos já foram instaurados.

5 CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A minuciosa delimitação do estudo em questão nos permitiu um verdadeiro aprofundamento no tema central, a acessibilidade arquitetônica, da pessoa com deficiência física e visual no âmbito escolar. Além de nos aprofundar no tocante ao Decreto Federal Nº 5.296/2004 que estabelece critérios básicos a promoção da acessibilidade da PcD, bem como, da NBR 9050/2015 e a NBR 16537/2016

Analizamos especificamente as escolas municipais de Gravatá - PE, que utilizaram o recurso oriundos do PDDE – Escola Acessível. Logo, constatamos in loco que as mesmas não apresentavam em sua estrutura física a acessibilidade arquitetônica almejada, visto que, pouco é o valor do recurso para tantos feitos. Pois, a maioria das escolas são instaladas em edificações antigas, onde antes não se apresentavam preocupações relacionadas a tal tema, o que dificulta uma efetiva modificação arquitetônica, sanadora de todos os prévios obstáculos.

Outro ponto observado, ao realizamos o mapeamento e diagnóstico das condições físicas das escolas municipais de Gravatá que utilizaram do recurso do PDDE – Acessibilidade, percebe-se a grande quantidade de dúvidas, fruto das desinformação. Apresentadas aqui, principalmente nos questionários respondidos pela equipe de gestores e comunidade escolar como um todo (pais, alunos e funcionários em geral).

A equipe de gestores que participaram de um workshop antecessor à aplicação do método constelação de atributos, contribuíram muito para nossa pesquisa. Fizeram-nos concluir que a criação da cartilha servirá à orientação da equipe gestora para o uso adequado desse recurso financeiro, facilitando e organizando a parte final/operacional da empreitada, melhorando as condições de acessibilidade arquitetônica das futuras escolas contempladas pelo recurso.

Identificamos, também, a falta de informações visíveis, ou melhor acessíveis, destinadas a Secretaria Municipal de Educação, principalmente no que cerne a arquitetura, a engenharia e sobre a NBR 9050/2015. Portanto, concluímos que, seria interessante setorizar uma equipe multiprofissional exclusiva, tanto para elaborar os projetos, quanto para orientar e fiscalizar o manuseio desse recurso financeiro.

Esses colaboradores devem ser munidos de palestras, treinamentos e reciclagens, afim de instruir esses profissionais envolvidos, na elucidação de problemas relacionados à acessibilidade. Além disto, é imprescindível uma severa

fiscalização do recurso PDDE com o devido acompanhamento das construções, das reformas e das possíveis manutenções aplicadas a acessibilidade arquitetônica nas escolas contempladas.

Tal acompanhamento deve ser feito pelos mesmos profissionais e equipes responsáveis pela elaboração do projeto, ou seja, requer uma continuidade, seguindo desde o levantamento/planejamento à finalização das obras. Outras sugestões propostas são os incentivos a palestras e treinamentos para os gestores escolares, a fim de provocar uma conscientização desses. Além, de seus docentes na solicitação de profissionais licenciados, como arquitetos e engenheiros, para elaboração dos projetos de acessibilidade arquitetônica nos espaços já construídos, e nos que ainda serão.

Por apresentamos como tema de pesquisa, a questão da acessibilidade arquitetônica da pessoa com deficiência, especialmente física e visual, no ambiente escolar, tendo como foco as intervenções realizadas com a utilização do recurso Programa Escola Acessível, percebemos no decorrer do trabalho, a necessidade de nortear os gestores das escolas do município de Gravatá na manipulação do investimento pecuniário.

Assim, desenvolvemos uma cartilha guia (apêndice 9), que visa contribuir e orientar os gestores e comunidade escolar na utilização do recurso Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Acessível. Entendendo que o objetivo da cartilha educativa é alcançar o maior número de pessoas, por sua linguagem lúdica e simples, mesmo ao abordar conteúdos densos e atípicos.

Diante do exposto, prevemos possibilidades e anseios, cogitamos probabilidades e defeitos, porém, a emergência situacional do tema necessita de mais empenho, recursos e problematizações, para a promoção do adequado conforto e rompimento das barreiras arquitetônicas pré-existentes. Logo, o referido trabalho contribui ao alcançar seu objetivo, uma vez que aponta as questões indagadas, ao relatar e propor conceitos diagnósticos, e ao requerer soluções. Ainda nos chamando atenção ao tema tão importante e florescente, emergido em nossa sociedade, que é a eminente necessidade de incluir a todos, sem distinções e superstições.

As recomendações normativas (NBR 9050/2015; NBR 16537/2016) visam atenuar parte das dificuldades, rompendo as barreiras que a PcD encontra nas instituições educacionais. O impacto social promovido com este estudo se dá pelo desenvolvimento da autonomia e pelo reconhecimento dos direitos e respeitos das

necessidades individuais de cada aluno, estimulando a promoção do desenvolvimento educacional dos mesmos.

Sobre o viés administrativo educacional, ele se deu uma vez que, trabalhamos e estimulamos a sensibilidade dos agentes (gestores e equipe docente), através dos momentos de encontros para clarear as ideias e desmistificar os pontos, esclarecer as necessidades para o uso consciente desse recurso, visto de que o valor do recurso é limitado, e tem instituições que tem muitas necessidades, mas prima pelas principais necessidades de cada aluno. Uma vez que, as recomendações e medidas são adotadas de forma correta, promove-se à pessoa com deficiência, autonomia necessária para que eles sejam, e se sintam, incluso no sistema educacional da forma que lhe é devida.

As normas regulamentadoras vigentes nos impulsionam a crer que a segregação não deve fazer parte de nossa jornada, muito menos em ambientes propagadores do conhecimento como as escolas. Por isso, em nossas considerações recomendamos mais zelo e profissionalização, afim de otimizar o recurso já existente, como também, alertar sobre o déficit pecuniário desse. Pois, a precariedade ou dificuldades em algumas edificações são enormes, tornando inviável, por vezes o acesso de pessoas sem maiores necessidades.

O acesso às instituições de ensino é o primeiro passo em prol da educação inclusiva. Adequar arquitetonicamente o ambiente educacional e primar pela promoção da ergonomia entre as instituições é reconhecer, e fazer valer, as premissas de sermos iguais com direito à educação digna e de qualidade, respeitando a singularidade da pessoa com deficiência. A pesquisa reconhece que arquitetura e ergonomia quando trabalham juntas, em prol da educação inclusiva, favorece os acolhimentos desses estudantes nessas instituições educacionais.

A pesquisa cumpriu seu objetivo, uma vez que, ela mapeou as condições de acessibilidade arquitetônica dos prédios das instituições de ensino básico do município de Gravatá, traçado um panorama das condições de acessibilidade, pontuando as principais necessidades da pessoa com deficiência, especialmente física e visual, para terem acesso as instituições educacionais, auxiliando o desenvolvimento da educação inclusiva. Com os dados levantados, percebemos a importância da utilização adequada desse recurso financeiro, bem como do preparo e instrução aos gestores na utilização deste recurso, e principalmente, por incluir profissionais especializados para vistoriar e acompanhar essas reformas/adequações.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: www.acessibilidadebrasil.org.br/joomla/destaques-acessibilidade/124-convencao-da-onu-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia. Acesso de 27 de junho de 2019.

AMARAL, L. A. **Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão**. In: OLIVEIRA, M. K. de. *Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002.

ARAÚJO, A. F.; SOUZA, M. I. A.; CARRIJO, D. C. M.; PASCHOAREL, L. C. **Acessibilidade e ergonomia na inclusão de crianças com deficiência física – análise das E.M.E.FS do Município de Guariba (SP)**. *Revista Brasileira de Ergonomia*, v. 10, n. 1, p. 31-46, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AURÉLIO. **Mini dicionário da língua portuguesa**. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª Ed., Rio de Janeiro: 2002.

BAMPI, L. N. S.; GUILHERM, D.; ALVES, E. D. **Modelo Social: Uma nova abordagem para o tema deficiência**. *Revista Latino Americana de Enfermagem*. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf. Acesso de 02 de dezembro de 2019.

BATTISTELLA, L. R.; BRITO, C. M. M. **Tendências e Reflexões: Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF)**. *Acta Fisiátrica*, v. 9, n. 2, p. 98-101, 2002.

BORDIGNON, K. K. O. (Org.). **Acessibilidade Arquitetônica nas Escolas Municipais de Frederico Westphalen para educandos com deficiência física: Limites e Possibilidades da Inclusão**. *Revista Contexto & Saúde*. Editora UNIJUÍ: Ijuí. V. 10. n. 20. p. 123-132. 2011.

BRASIL. **Carta de Lei de 25 de março de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso de 12 de outubro de 2019.

_____. **Lei Nº 16 de 12 de agosto de 1834**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm. Acesso de 13 de outubro de 2019.

_____. **Decreto Nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso de 13 de outubro de 2019.

_____. **Decreto Nº 7.247 de 19 de abril de 1879.** Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso de 13 de outubro de 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso de 13 de outubro de 2019.

_____. **Decreto Nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm. Acesso de 15 de outubro de 2019.

_____. **Decreto Nº 21.335 de 29 de abril de 1932.** Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21335-29-abril-1932-504841-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso de 14 de outubro de 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de junho de 1934.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso de 14 de outubro de 2019.

_____. **Lei Nº 5.537, de 21 de novembro de 1968.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5537.htm. Acesso em 14 de outubro de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa de 1988.** Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso de 15 de outubro de 2019.

_____. **Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996a.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso de 16 de outubro de 2019.

_____. **Emenda Constitucional de Nº 14 de 12 de setembro de 1996b.**
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm. Acesso de 16 de outubro de 2019.

_____. **Medida Provisória Nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1784.htm. Acesso em 23 de outubro de 2019.

_____. **Lei Nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000a.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso de 25 de outubro de 2019.

_____. **Lei Nº. 10.048 de 8 de novembro de 2000b.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm. Acesso de 25 de outubro de 2019.

_____. **Medida Provisória Nº 2.100-30, de 23 de março de 2001a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2100-30.htm. Acesso de 25 de outubro de 2019.

_____. **Medida Provisória Nº 2.100-30, de 23 de março de 2001b.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2001/medidaprovisoria-2100-32-24-maio-2001-341601-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso de 25 de outubro de 2019.

_____. **Decreto Nº. 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso de 25 de outubro de 2019.

_____. **Resolução/CD/FNDE Nº 17 de 9 de maio de 2005.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4199-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-17,-de-9-de-maio-de-2005>. Acesso de 26 de outubro de 2019.

_____. **Lei Nº 11.494 de 20 de junho de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso de 26 de outubro de 2019.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso de 26 de outubro de 2019.

_____. **Resolução Nº 04 de 17 de março de 2009b.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3287-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-4-de-17-de-mar%C3%A7o-de-2009-retificada>. Acesso de 26 de outubro de 2019.

_____. **Decreto Nº. 6.949 de 25 de agosto de 2009a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso de 26 de outubro de 2019.

_____. **Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2019.

_____. **Programa Escola Acessível.** 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9933-manual-programa-escola-acessivel&Itemid=30192. Acesso de 27 de outubro de 2019.

_____. **Principais indicadores da educação de pessoas com deficiência.** Brasília: MEC/INEP, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1675

9-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192. Acesso de 12 de novembro de 2019.

_____. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 26 de abril de 2020.

_____. **FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>. Acesso de 27 de outubro de 2019.

_____. **Ministério da Educação - FNDE.** PDDE Unidades Executoras Própria – UEx. Orientação para prevenção de falhas. 1ª Ed., v. 1, 25 p., 2018a.

_____. **Resolução Nº 20 de 19 de outubro de 2018b.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/12150-resolucao-n20-de-19-de-outubro-de-2018>. Acesso de 28 de outubro de 2019.

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B. STANGHERLIN, R. G.; BASSANI, P. P. P. **Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física: uma revisão de literatura.** Conjectura: Filosofia e Educação, Caxias do Sul, v. 23, n. 3, p. 601-619, 2018.

CUNHA, E. G. **Elementos de Arquitetura de Climatização Natural.** 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. **Construindo o futuro: A biblioteca universitária brasileira em 2010.** Ciência da informação, Brasília, DF, v.29, n.1, p.71-89, 2000.

CURY, C. R. J. **A educação na Revisão Constitucional de 1926.** In: FÁVERO, O. (Org.) A educação nas constituintes brasileiras. 3ª Ed., Campinas: Autores Associados, p. 81-107, 2005.

_____. **Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, 2018.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; MACHADO, R. **Desenho Universal nas Escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis.** Florianópolis: Grupo PET/Arq/SESu/UFSC, 2004.

DISCHINGER, M; MACHADO, R. **Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis.** Inclusão: Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. V. 2, 2006.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. **Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental.** In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006.

DURAN, M. G.; PRADO, A. R. A. **Acessibilidade nos estabelecimentos de ensino.** In: III Seminário nacional de formação de gestores e educadores - educação inclusiva: direito a diversidade. Ensaio pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, p. 137-142, 2006.

GUISSO, S. M. **A inclusão de crianças deficientes na escola regular: o olhar dos professores.** Faculdade da Região Serrana - FARESE, EdUECE, v. 3, p. 521-531.

KHNAYFES, L. A. **Acessibilidade dos Deficientes Físicos aos Órgãos Públicos e Estabelecimentos privados** (Trabalho de Conclusão de Curso). Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA. 59 p. 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

LIMEIRA, A. M.; SCHUELER, A. F. M. **Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regularização das escolas privadas na corte imperial.** Campinas: Revista HISTERDBR On-line, n. 32, p. 48-64, 2008.

MACHADO, R.; BERSCH, R.; BROWNING, N.; SCHIRMER, R. C. **Atendimento educacional especializado: deficiência física.** Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf. Acesso de 18 de dezembro de 2019.

MAJOR, I. M. M. L. **História, conceito e tipos de deficiência.** São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>>. Acesso de 05 de dezembro de 2019.

MARTIN, V. **Manual prático de eventos.** Atlas, 2008.

MARTINS, P. S.; PINTO, J. M. R. **Como seria o financiamento de um Sistema Nacional de Educação na Perspectiva do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.** In: Jornal de Políticas Educacionais, nº 14, p. 3-16, 2013.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial.** São Paulo: EPU, 1º Ed., 160 p. 1993.

MELO, F. R. L. V.; PEREIRA, A. P. M. **O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica dos professores.** Revista Brasileira de Educação Física, Marília, v. 15, n. 1, p. 121-140, 2009.

_____. **Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta.** Revista Brasileira de Educação Esportiva, Marília, v. 19, n. 1, p. 93-106, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social.** 14º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOURA, T. F. F.; LIMA, T. V. F. B. **A acessibilidade nas escolas do ensino fundamental de Lins** (Trabalho de Conclusão de Curso). São Paulo: Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium*, 88 p., 2015.

NASCIMENTO, F. P. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

NUNES, A. N. F. **Financiamento da Educação Básica no Brasil: uma análise dos arranjos jurídicos adotados ao longo do período republicano**. Revista Digital do Direito Administrativo, v. 4, n. 1, p. 32-58, 2007.

OLINDA, S. R. M. **A educação no Brasil no Período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente**. Feira de Santana: *Sitientibus*, n. 29, p. 153-162, 2003.

OLIVEIRA, C. L. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. Revista Travessias, 16 p., 2008.

OMS. **CIF – Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. 2015. Disponível em:

http://www.periciamedicadf.com.br/cif2/cif_portugues.pdf. Acesso de 12 de maio de 2020.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em:

<http://nacoesunidas.org/tema/ods4/>. Acesso de 04 de julho de 2019.

PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. O. P. **Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de Tecnologia Assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 15, n. 1, p. 141-154, 2009.

PINTO, J. M. R. **Os recursos para educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Plano, 181 p., 2000.

PORTUGAL. **Alvará de 10 de novembro de 1772**. Disponível em

http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/S18/1771_1780/1772_11_10alvara_1.pdf. Acesso de 15 de outubro de 2019.

_____. Secretariado Nacional de Reabilitação. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps): Um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID)**. Lisboa: SNR/OMS; 1989.

REZENDE PINTO, J. M. **Os recursos para Educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Editora Plano, 160 p., 2000.

ROSSINHOLI, M. **Política de financiamento da educação básica no Brasil: do FUNDEF ao FUNDEB**. 173 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2008.

SANTANA, K. C. **Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na gestão escolar**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. 174p., 2011.

SANTOS, A. R.; SANTOS, R. G. M. **Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca**. 2016. Disponível em: https://portal.fsf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_07.pdf. Acesso de 20 de janeiro de 2020.

SILVA, N. S.; OLIVEIRA, T. C. B. C. **Convivendo com a diferença: a inclusão escolar de alunos com deficiência visual**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, 10 p. 2018.

SILVA, D. B. R.; MARTINEZ, C. M. S.; SANTOS, J. L. F. **Participação de crianças com paralisia cerebral nos ambientes da escola**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 18, n. 1, p. 33-52, 2012.

SOBRAL, E. R. F. A.; PAIVA, M. M. B.; PORTO, N. R. S.; VILLAROUÇO, V. **Discussão acerca da Percepção Ambiental, suas Ferramentas e Cognição**. Rio de Janeiro: Estudos em Design, 2015.

TADA, I. N. C., LIMA, V. A. A.; MELO, T. G.; CORREIO, D. Y. V. T. **Conhecendo o processo de inclusão escolar em Porto Velho – RO**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 28, n. 1, p. 65-69, 2012.

TURATO, E. **A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária**. São Paulo: Vetor, 2004.

VARELA, R. C. B.; OLIVER, F. C. **A utilização de Tecnologia Assistiva na vida cotidiana de crianças com deficiência**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 6, p. 1.773-1.784, 2013.

VIANA, D. F.; SILVESTRE, T. S.; ÁVILA, J. M. L.; BRANDÃO, M. M. **Avaliação da acessibilidade de Três Escolas Municipais de Criciúma /SC**. ANAIS... 1º Simpósio de Integração Científica e Tecnológica do Sul Catarinense – SICT-Sul. Universidade Federal de Santa Catarina. Criciúma. 2012.

WHO. World Health Organization. **International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease**. Geneva, 1980.

APÊNDICE A - CHECKLIST DE VISTORIA TÉCNICA

Autor: Adaptado do Guia de Orientação aos Promotores de Justiça – Infraestrutura Escolas: garantia de segurança e qualidade do ambiente pedagógico (2019).

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			1 de 16

01. DADOS DA ESCOLA			
QUE HORÁRIOS FUNCIONA?	MANHÃ	TARDE	NOITE
QUE MODALIDADE DE ENSINO ATENDE?	INFANTIL	FUNDAMENTAL	
	MÉDIO	JOVENS E ADULTOS	
QUANTOS ALUNOS ATENDEM?			
QUANTAS SALAS DE AULA?			
POSSUI ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?			
QUAIS?			

SEGUNDO O ART. 3º DA RESOLUÇÃO CEE/PE Nº 03/06 A INSTITUIÇÃO DE ENSINO DEVERÁ DISPOR DE INSTALAÇÕES QUE ATENDAM AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

ESCOLAS QUE ATENDEM A QUALQUER MODALIDADE DE ENSINO			
AMBIENTES PARA RECEPÇÃO, DIRETORIA, SECRETARIA, COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA;	RECEPÇÃO		
	DIRETORIA		
	SECRETARIA		
	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA		
BEBEDOUROS COM EQUIPAMENTOS QUE ASSEGUREM A FILTRAGEM DA ÁGUA E LAVABOS;			

ESCOLAS QUE ATENDEM A MODALIDADE DE ENSINO INFANTIL			
ÁREA PARA ATIVIDADES DE EXPRESSÃO FÍSICA, ARTÍSTICA E DE LAZER;	ÁREA EXP. FÍSICA		
	ÁREA EXP. ARTÍSTICA		
	ÁREA DE LAZER		
AMBIENTE DE LEITURA;			
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS ADEQUADAS;			

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			2 de 16

LAVANDERIA, ROUPARIA E BERÇÁRIO PROVIDO DE BERÇOS INDIVIDUAIS, ÁREA DE CIRCULAÇÃO E LOCAIS ADEQUADOS PARA LACTÁRIO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS;	LAVANDERIA		
	ROUPARIA E BERÇÁRIO		
LAVANDERIA, ROUPARIA E BERÇÁRIO PROVIDO DE BERÇOS INDIVIDUAIS, ÁREA DE CIRCULAÇÃO E LOCAIS ADEQUADOS PARA LACTÁRIO E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS;	LAVANDERIA		
	ROUPARIA E BERÇÁRIO		
ESCOLAS QUE ATENDEM A MODALIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL			
AMBIENTE DESTINADO A REUNIÃO DE PROFESSORES			
ÁREA PRÓPRIA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREIO			
LABORATÓRIO E BIBLIOTECA DEVIDAMENTE EQUIPADOS;	LABORATÓRIO		
	BIBLIOTECA		
ESPAÇOS ADEQUADOS PARA REFEITÓRIO, COPA-COZINHA, DESPENSA, ALMOXARIFADO E EQUIPAMENTOS PARA O PREPARO DE ALIMENTOS QUE ATENDAM ÀS EXIGÊNCIAS DE NUTRIÇÃO, SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA, NO CASO DE OFERECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO;	REFEITÓRIO		
	COPA-COZINHA		
	DESPENSA		
	ALMOXARIFADO		
	EQUIP. PREPARO ALIMENTOS		

ESCOLAS QUE ATENDEM A MODALIDADE DE ENSINO MÉDIO			
AMBIENTE DESTINADO A REUNIÃO DE PROFESSORES			
ÁREA PRÓPRIA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA E RECREIO			



ESCOLA QUE ATENDEM A MODALIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO			
UM SANITÁRIO PARA CADA GRUPO DE 40 ALUNOS, OBSERVADAS A RELAÇÃO ADEQUADA ENTRE O TOTAL DE ALUNOS E AS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DISPONÍVEIS, OBSERVADAS AS ESPECIFICIDADES DE GÊNERO;	NÚMERO DE SANITÁRIOS:		
UM LAVATÓRIO PARA CADA 40 ALUNOS, SENDO QUE 50% SE DESTINAM AO SEXO FEMININO E	NÚMERO DE ALUNOS:		
	Nº DE LAVATÓRIOS:		

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			3 de 16

50% AO SEXO MASCULINO;	PROPORÇÃO/CONFORMIDADE:	
DOIS SANITÁRIOS E DOIS LAVATÓRIOS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, OBSERVADAS AS ESPECIFICIDADES DE GÊNERO;	Nº DE SANITÁRIOS:	
	Nº DE LAVATÓRIOS:	
UM CHUVEIRO PARA CADA CONJUNTO SANITÁRIO.		

02. SALAS DE AULA

1. AINDA SEGUNDO O ART. 3º DA RESOLUÇÃO CEE/PE Nº 03/06 A INSTITUIÇÃO DE ENSINO DEVERÁ DISPOR DE INSTALAÇÕES QUE ATENDAM AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

A) EDUCAÇÃO INFANTIL - SALA DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COM VENTILAÇÃO, ILUMINAÇÃO E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, COM ÁREA QUE CORRESPONDA NO MÍNIMO A 1,50M² POR CRIANÇA;

B) ENSINO FUNDAMENTAL - SALAS DE AULA COMPATÍVEIS COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO E COM ÁREA NÃO-INFERIOR A 1M² POR ALUNO;

C) ENSINO MÉDIO - SALAS DE AULA COM ÁREA NÃO-INFERIOR A 1M² POR ALUNO;

2. SEGUNDO O ITEM 5 DA NBR/ISO 8995-1, A TAXA DE ILUMINÂNCIA MÉDIA IDEAL EM SALAS DE AULAS É DE 300LUX, NUNCA DEVENDO SE APRESENTAR VALORES MENORES.

3. DE ACORDO COM A LEI 16292 DE 29/01/97, QUE REGULA AS INSTALAÇÕES E EDIFICAÇÕES NA CIDADE DO RECIFE, AS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DEVEM APRESENTAR VÃOS MÍNIMOS DE VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO COM ÁREAS CORRESPONDENTES A 1/10 DAS ÁREAS TOTAIS DOS COMPARTIMENTOS E OS AMBIENTES QUE FUNCIONEM COMO SALAS DEVEM APRESENTAR VÃOS MÍNIMOS DE VENTILAÇÃO

4. DOS LIMITES MÁXIMOS DE VAGAS POR TURMA SEGUNDO O ART. 5º DA RESOLUÇÃO CEE/PE Nº 03/06, AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE EDUCAÇÃO BÁSICA INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DEVERÃO OBSERVAR, NA DEFINIÇÃO DE SUA PROPOSTA PEDAGÓGICA, OS SEGUINTE LIMITES MÁXIMOS DE VAGAS POR TURMA:

I – EM EDUCAÇÃO INFANTIL:

A) 10 CRIANÇAS EM CRECHE, POR PROFESSOR, COM UM AUXILIAR;

B) 25 ALUNOS NA PRÉ-ESCOLA

II – NO ENSINO FUNDAMENTAL:

A) 25 ALUNOS NO 1º ANO;

B) 30 ALUNOS NO 2º E 3º ANOS;

C) 35 ALUNOS NO 4º E 5º ANOS;

D) 45 ALUNOS DO 6º AO 9º ANO.

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			5 de 16

03. ESTRUTURA FÍSICA

LISTA DE AMBIENTES DA EDIFICAÇÃO

--	--	--

EDIFICAÇÃO	
VISTA EXTERNA	ENTRADA PRINCIPAL
ÁREA TOTAL	
SISTEMA CONSTRUTIVO	
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO	

AGENCIAMENTO DA EDIFICAÇÃO (ACESSO)	
TIPO E MATERIAL	
ACESSIBILIDADE	
ENTRADA	ENTRADA
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO	

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			6 de 16
FACHADAS			
VISTA DA FACHADA FRONTAL		VISTA DA FACHADA LATERAL DIREITA	
VISTA DA FACHADA LATERAL ESQUERDA		VISTA DA FACHADA POSTERIOR	
FACHADA FRONTAL			
MATERIAL			
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO			
PATOLOGIAS E DANOS			
ENTRADA COM PORTÃO GRADEADO		ENTRADA PRINCIPAL	
FACHADA LATERAL ESQUERDA			
MATERIAL			
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO			
PATOLOGIAS E DANOS			
PAREDE DESCASCANDO		PAREDE COM FISSURAS	
FACHADA LATERAL DIREITA			
MATERIAL			
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO			
PATOLOGIAS E DANOS			
PAREDE MOFADA		JANELAS PRECARIAS	
FACHADA LATERAL POSTERIOR			
MATERIAL			
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO			

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			7 de 16

PATOLOGIAS E DANOS	PAREDE DESCASCANDO E COM RACHADURAS
PAREDE MOFADA	ESPAÇO PRECARIO

COBERTA	
MATERIAL	
TELHAMENTO	
COMPONENTES	
FUNCIONAMENTO GERAL	
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO	
COBERTURA DUAS AGUAS	COBERTURA DUAS AGUAS

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			8 de 16

INSTALAÇÕES PREIAS	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA FRIA	
MATERIAL	DISTRIBUIÇÃO COMPESA
FUNCIONAMENTO GERAL	MÉDIO
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO	BOM
PINTURA DESCASCANDO	RESERVATÓRIO
DESTINO FINAL DO ESGOTO	
MATERIAL	
FUNCIONAMENTO GERAL	
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO	
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	
CAPACIDADE	
FUNCIONAMENTO GERAL	
ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO	
FIAÇÕES EXPOSTAS	DISJUNTO

04. SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO PÂNICO:	
SEGUNDO O CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, A EDIFICAÇÃO EM ANÁLISE É CLASSIFICADA COMO UMA OCUPAÇÃO DO TIPO K (ESCOLAR); DE ACORDO COM A NBR 9077/93, A EDIFICAÇÃO É CLASSIFICADA COMO UNIDADE EDUCACIONAL E CULTURA FÍSICA NA DIVISÃO E-5; SEGUNDO A TARIFA SEGURO-INCÊNDIO DO BRASIL, A ESCOLA CLASSIFICA-SE COMO RISCO CLASSE A.	
COMO A ESCOLA FOI CLASSIFICADA COMO RISCO CLASSE A, O CÓDIGO EXIGE A INSTALAÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, DE TAL MANEIRA QUE EXISTA 01 (UM) EXTINTOR A CADA 500M ² E QUE SEJAM DISPOSTOS DE MODO QUE O OPERADOR PRECISE PERCORRER UMA DISTÂNCIA MÁXIMA DE 20M. É TAMBÉM IMPORTANTE QUE A EDIFICAÇÃO SEJA CONTEMPLADA POR MAIS DE UM TIPO DE EXTINTOR, PARA QUE ASSIM, FIQUE PROTEGIDA DE TODAS AS CLASSES DE INCÊNDIO.	
A ESCOLA APRESENTA EXTINTORES DE INCÊNDIO? SE SIM, INFORMAR QUANTOS E DE QUE TIPOS.	

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			9 de 16

<p>O CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA COMO UM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO QUE É FORMADO POR COMPONENTES ELETRO-ELETRÔNICOS, COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO PRÓPRIA, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR ILUMINAÇÃO DAS ROTAS DE FUGA, SEMPRE QUE A REDE PREDIAL DE ELETRICIDADE FOR CORTADA, OU PELA FALTA DE ENERGIA DA CONCESSIONÁRIA LOCAL (ART. 189). O CÓDIGO AINDA ESTABELECE QUE PARA AS EDIFICAÇÕES QUE APRESENTAREM POPULAÇÃO SUPERIOR A 100 (CEM) PESSOAS, SEJAM INSTALADOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA (ART. 206).</p> <p>A ESCOLA APRESENTA POPULAÇÃO SUPERIOR A 100 (CEM) PESSOAS? SE SIM, A ESCOLA APRESENTA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA?</p>	
<p>O SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA TEM POR OBJETIVO INDICAR O CAMINHAMENTO DAS ROTAS DE FUGA DA EDIFICAÇÃO.</p> <p>A ESCOLA APRESENTA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA?</p>	
<p>SEGUNDO A NBR 9077, OS ACESSOS E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA DAS EDIFICAÇÕES DEVEM SER CALCULADAS DE ACORDO COM A SEGUINTE FÓRMULA: $N = P/C$ EM QUE, N CORRESPONDE AO NÚMERO DE UNIDADES DE PASSAGEM, ARREDONDADO PARA NÚMERO INTEIRO; P À POPULAÇÃO; E C À CAPACIDADE DA UNIDADE DE PASSAGEM.</p> <p>A ESCOLA POSSUI SAÍDA DE EMERGÊNCIA? INFORMAR DIMENSÃO.</p>	

5. ACESSIBILIDADE (NBR 9050/2015):		
ITENS A CONFERIR	SIM	NÃO
5.1 RUA EM FRENTE À ESCOLA		
EXISTE CALÇADA REBAIXADA, NOS DOIS LADOS DA RUA, PARA POSSIBILITAR QUE PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS ATRAVESSEM NA FAIXA DE SEGURANÇA?		
O PAVIMENTO DA CALÇADA É REGULAR, PLANO, SEM BURACOS E DEGRAUS?		
É POSSÍVEL PERCORRER A CALÇADA SEM ENCONTRAR DESNÍVEIS E OBSTÁCULOS COMO PLACAS, LIXEIRAS, POSTES, GALHOS DE ÁRVORES, ETC., QUE ATRAPALHEM A CIRCULAÇÃO DE PESSOAS?		
CASO EXISTAM OBSTÁCULOS, ELAS ESTÃO IDENTIFICADAS COM PISO TÁTIL DE ALERTA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL?		
A CALÇADA POSSUI LARGURA ADEQUADA? (MÍNIMO 1,20M SEM OBSTÁCULOS)		
5.2 DO PORTÃO DA ESCOLA À PORTA DE ENTRADA		

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			10 de 16

O PERCURSO ENTRE O PORTÃO DA ESCOLA ATÉ A PORTA DE ENTRADA É PAVIMENTADO COM PISO REGULAR, PLANO, SEM BURACOS OU DEGRAUS E ANTIDERRAPANTE EM DIAS DE CHUVA?		
É POSSÍVEL PERCORRER ESSE CAMINHO SEM ENCONTRAR DESNÍVEIS E OBSTÁCULOS COMO BANCOS, GALHOS DE ÁRVORES, FLOREIRAS, LIXEIRAS, ETC., QUE ATRAPALHEM A CIRCULAÇÃO DE PESSOAS?		
CASO EXISTAM OBSTÁCULOS, ELES ESTÃO SINALIZADOS COM PISO TÁTIL DE ALERTA?		
SE HÁ DEGRAU NA PORTA DE ENTRADA, EXISTE RAMPA PARA PERMITIR O ACESSO DE TODOS?		
AS PORTAS POSSUEM LARGURA ADEQUADA? (MÍNIMO 0,80M)		
EXISTE ESTACIONAMENTO NO PÁTIO DA ESCOLA?		
NESSA ESTACIONAMENTO, EXISTEM VAGAS RESERVADAS E SINALIZADAS (COM PLACA E PINTURA NO PISO) PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?		
O PERCURSO ENTRE ESSAS VAGAS E A PORTA DA ESCOLA É TOTALMENTE ACESSÍVEL PARA PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS (PISO REGULAR, FIRME ESTÁVEL, SEM DESNÍVEIS OU OBSTÁCULOS E COM LARGURA MÍNIMA DE 1,20M)?		
NO CASO DE VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM CADEIRAS DE RODAS, EXISTE UM ESPAÇO, AO LADO DESSAS VAGAS, PARA ABRIR A PORTA, RETIRAR A CADEIRA DE RODAS E CIRCULAR EM SEGURANÇA ATÉ A CALÇADA (LARGURA MÍNIMA DE 1,20M)?		
5.3 RECEPÇÃO E SALAS DE ATENDIMENTO		
EXISTE UM BALCÃO DE ATENDIMENTO QUE PERMITA A CHEGADA DE UMA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS, OU SEJA, BALCÃO MAIS BAIXO E COM ESPAÇO DE APROXIMAÇÃO PARA AS PERNAS? (ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE SUPERIOR ENTRE 0,75 E 0,85M / ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE INFERIOR COM NO MÍNIMO 0,73M / PROFUNDIDADE LIVRE SOB A SUPERFÍCIE INFERIOR MÍNIMA DE 0,30M)		
O MOBILIÁRIO EXISTENTE NA RECEPÇÃO ESTÁ LOCALIZADO FORA DA CIRCULAÇÃO, OU SEJA, NÃO ATRAPALHA A PASSAGEM DE PESSOAS? (PERMITE UMA CIRCULAÇÃO LIVRE COM LARGURA MÍNIMA DE 0,80M)		
EXISTE UM ESPAÇO DE ESPERA SINALIZADO PARA A PESSOA EM CADEIRA DE RODAS AGUARDAR O ATENDIMENTO SEM ATRAPALHAR A CIRCULAÇÃO?		
AS PORTAS DA RECEPÇÃO/SALAS DE ATENDIMENTO POSSUEM LARGURA ADEQUADA? (MÍNIMO 0,80M)		
AS PORTAS DA RECEPÇÃO/SALAS DE ATENDIMENTO POSSUEM MAÇANETAS ADEQUADAS? (DO TIPO ALAVANCA E INSTALADA ENTRE 0,80 E 1,10M DO PISO ACABADO)		
OS INTERRUPTORES POSSUEM ALTURAS ADEQUADAS? (INSTALADOS ENTRE 0,60 E 1,00M DO PISO ACABADO)		
5.4 – CORREDORES		
OS CORREDORES POSSUEM LARGURA ADEQUADA? (MÍNIMO 1,20M)		

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			11 de 16

OS ELEMENTOS PRESENTES NOS CORREDORES, COMO LIXEIRAS, BEBEDOUROS, TELEFONES PÚBLICOS, EXTINTORES DE INCÊNDIO, VASOS DE PLANTAS, MÓVEIS, PLACAS, ETC., ATRAPALHAM A PASSAGEM DAS PESSOAS?		
CASO EXISTAM OBSTÁCULOS, ELES ESTÃO SINALIZADOS COM PISO TÁTIL DE ALERTA?		
O PISO É NIVELADO, OU SEJA, SEM DEGRAUS QUE ATRAPALHEM A CIRCULAÇÃO DE CADEIRA DE RODAS?		
EXISTEM RAMPAS QUANDO HÁ DESNÍVEIS MAIORES QUE 0,5 CENTÍMETROS?		
EM CORREDORES SITUADOS EM LOCAIS ELEVADOS OU EM PAVIMENTOS SUPERIORES, EXISTE GRADE OU MURETA DE PROTEÇÃO? (COM ALTURA MÍNIMA DE 1,10M)		
OS INTERRUPTORES POSSUEM ALTURAS ADEQUADAS? (INSTALADOS ENTRE 0,60 E 1,00M DO PISO ACABADO)		
OS VÃOS DE ABERTURA DAS PORTAS DOS AMBIENTES POSSUEM UMA LARGURA DE, NO MÍNIMO, 0,80M?		
AS MAÇANETAS DAS PORTAS SÃO ADEQUADAS? (DO TIPO ALAVANCA E INSTALADA ENTRE 0,80 E 1,10M DO PISO ACABADO)		
O DESNÍVEL ENTRE O CORREDOR E AS SALAS ADJACENTES É DE, NO MÁXIMO, 0,5 CENTÍMETROS?		
NO CASO DE BEBEDOUROS DO TIPO BICA, A BICA DO BEBEDOURO PERMITE UTILIZAÇÃO DE COPO E POSSUI ALTURA ENTRE 0,90 E 1,10M?		
NO CASO DE BEBEDOUROS DO TIPO BICA, O BEBEDOURO POSSUI ALTURA LIVRE INFERIOR DE, NO MÍNIMO, 0,73M DO PISO PARA A APROXIMAÇÃO DE UMA CADEIRA DE RODAS?		
O ESPAÇO EM FRENTE AO BEBEDOURO É GRANDE O SUFICIENTE PARA CABER UMA CADEIRA DE RODAS? (MÍNIMO 1,20M)		
NO CASO DE OUTROS TIPOS DE BEBEDOUROS, O ACIONAMENTO E MANUSEIO DE COPOS POSSUEM ALTURA ENTRE 0,80 E 1,20M?		
5.5 – ESCADAS E RAMPAS		
A LARGURA MÍNIMA DAS ESCADAS É DE 1,20M?		
A ESCADA E SEUS PATAMARES POSSUEM PISO ANTIDERRAPANTE, FIRME, REGULAR E ESTÁVEL?		
OS ESPELHOS (ALTURA) DOS DEGRAUS SÃO FECHADOS, OU SEJA, NÃO-VAZADOS?		
OS DEGRAUS DA ESCADA TÊM ALTURA ENTRE 16 E 18 CENTÍMETROS?		
OS DEGRAUS DA ESCADA TÊM PROFUNDIDADE ENTRE 28 E 32 CENTÍMETROS?		
TODOS OS DEGRAUS, AO LONGO DA ESCADA, TÊM O MESMO TAMANHO EM TERMOS DE ALTURA E PROFUNDIDADE?		
EXISTE, NO INÍCIO E NO FINAL DA ESCADA, PISO TÁTIL DE ALERTA EM COR CONTRASTANTE COM A DO PISO DA CIRCULAÇÃO PARA AVISAR AOS DEFICIENTES VISUAIS SOBRE A EXISTÊNCIA DA ESCADA?		
EXISTEM RAMPAS NA ESCOLA?		

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			12 de 16

A LARGURA MÍNIMA DA RAMPA É DE 1,20M?		
AS RAMPAS E SEUS PATAMARES POSSUEM PISO ANTIDERRAPANTE, FIRME, REGULARE ESTÁVEL?		
A RAMPA TEM INCLINAÇÃO SUAVE QUE POSSIBILITE A SUBIDA E A DESCIDA, SEMAUXÍLIO, DE UMA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS? (INCLINAÇÃO MÁXIMA DE8,33%)		
EXISTE, NO INÍCIO E NO FINAL DA ESCADA, PISO TÁTIL DE ALERTA EM COR CONTRASTANTECOM A DO PISO DA CIRCULAÇÃO PARA AVISAR AOS DEFICIENTES VISUAISSOBRE A EXISTÊNCIA DA ESCADA?		
EXISTEM CORRIMÃOS NOS DOIS LADOS DE TODAS AS ESCADAS E RAMPAS?		
EXISTE PAREDE OU GRADE DE PROTEÇÃO (GUARDA-CORPO) AO LONGO DAS ESCADASE RAMPAS?		
OS CORRIMÃOS ESTÃO EM DUAS ALTURAS E AUXILIAM ADULTOS, CRIANÇA E PESSOASEM CADEIRA DE RODAS?		
OS CORRIMÃOS SÃO CONTÍNUOS AO LONGO DE TODA A RAMPA OU ESCADA, SEMINTERRUPÇÃO NOS PATAMARES?		
OS CORRIMÃOS TÊM PROLONGAMENTO DE, NO MÍNIMO, 0,30M ANTES DO INÍCIOE APÓS O TÉRMINO DA ESCADA OU DA RAMPA?		
5.5 – SALA DE AULA		
OS VÃOS DE ABERTURA DAS PORTAS POSSUEM UMA LARGURA DE, NO MÍNIMO,0,80M?		
AS MAÇANETAS DAS PORTAS SÃO ADEQUADAS? (DO TIPO ALAVANCA E INSTALADAENTRE 0,80 E 1,10M DO PISO ACABADO)		
OS INTERRUPTORES POSSUEM ALTURAS ADEQUADAS? (INSTALADOS ENTRE 0,60 E1,00M DO PISO ACABADO)		
O CORREDOR ENTRE AS FILEIRAS DE CARTEIRAS É LARGO O SUFICIENTE PARA A PASSAGEMDE UM ALUNO EM CADEIRA DE RODAS? (MÍNIMO 0,80M)		
O QUADRO-NEGRO POSSUI ALTURA QUE PERMITA SEU ALCANCE POR CRIANÇAS MENORESOU EM CADEIRA DE RODAS? (ALTURA INFERIOR MÁXIMA DE 0,90M)		
O ESPAÇO EM FRENTE AO QUADRO-NEGRO É LARGO O SUFICIENTE PARA A PASSAGEME MANOBRA DE UMA CADEIRA DE RODAS?		
A CARTEIRA, EM TERMOS DE LARGURA, ALTURA E FORMATO, PERMITE A APROXIMAÇÃO E USO DOS ALUNOS EM CADEIRA DE RODAS? (ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIESUPERIOR ENTRE 0,75 E 0,85M / ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE INFERIOR COMNO MÍNIMO 0,73M/ PROFUNDIDADE LIVRE SOB A SUPERFÍCIE INFERIOR MÍNIMADE 0,50M)		

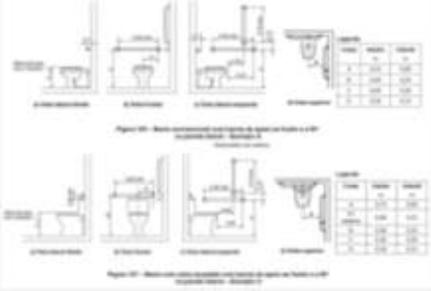
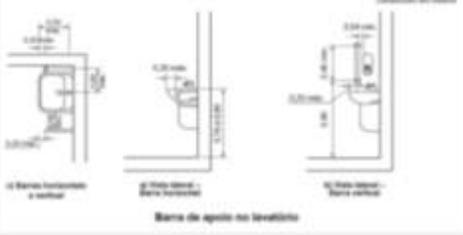
CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			13 de 16

CASO EXISTAM ESTANTES NA SALA DE AULA, SUAS PRATELEIRAS PODEM SER ALCANÇADAS PELAS CRIANÇAS MENORES OU EM CADEIRA DE RODAS?		
OS INTERRUPTORES POSSUEM ALTURAS ADEQUADAS? (INSTALADOS ENTRE 0,60 E 1,00M DO PISO ACABADO)		
5.7 – BIBLIOTECA		
OS VÃOS DE ABERTURA DAS PORTAS POSSUEM UMA LARGURA DE, NO MÍNIMO, 0,80M?		
AS MAÇANETAS DAS PORTAS SÃO ADEQUADAS? (DO TIPO ALAVANCA E INSTALADA ENTRE 0,80 E 1,10M DO PISO ACABADO)		
OS INTERRUPTORES POSSUEM ALTURAS ADEQUADAS? (INSTALADOS ENTRE 0,60 E 1,00M DO PISO ACABADO)		
É POSSÍVEL A PESSOA, EM CADEIRA DE RODAS, CIRCULAR E MANOBRAR PELA SALA ATÉ OS DIFERENTES LOCAIS DE ATIVIDADES, COMO MESAS DE TRABALHO E DE COMPUTADOR, ESTANTES, BALCÃO DE EMPRÉSTIMO? (MÍNIMO 0,80M)		
EXISTEM MESAS COM ALTURA ADEQUADA AO USO DE PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS OU BAIXA ESTATURA? (ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE SUPERIOR ENTRE 0,75 E 0,85M / ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE INFERIOR COM NO MÍNIMO 0,73M / PROFUNDIDADE LIVRE SOB A SUPERFÍCIE INFERIOR MÍNIMA DE 0,50M)		
A LARGURA DO CORREDOR, ENTRE AS ESTANTES, PERMITE A PASSAGEM DE UMA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS? (MÍNIMO 0,90M)		
OS LIVROS, NAS PRATELEIRAS, PODEM SER ALCANÇADOS PELAS CRIANÇAS MENORES E PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS?		
O BALCÃO DE EMPRÉSTIMO PERMITE QUE UMA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS UTILIZE, OU SEJA, O BALCÃO É MAIS BAIXO E COM RECUO PARA AS PERNAS? (ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE SUPERIOR ENTRE 0,75 E 0,85M / ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE INFERIOR COM NO MÍNIMO 0,73M / PROFUNDIDADE LIVRE SOB A SUPERFÍCIE INFERIOR MÍNIMA DE 0,30M)		
5.8 – AUDITÓRIO		
OS VÃOS DE ABERTURA DAS PORTAS POSSUEM UMA LARGURA DE, NO MÍNIMO, 0,80M?		
AS MAÇANETAS DAS PORTAS SÃO ADEQUADAS? (DO TIPO ALAVANCA E INSTALADA ENTRE 0,80 E 1,10M DO PISO ACABADO)		
OS INTERRUPTORES POSSUEM ALTURAS ADEQUADAS? (INSTALADOS ENTRE 0,60 E 1,00M DO PISO ACABADO)		
EXISTE, PELO MENOS, UM ESPAÇO RESERVADO, PARA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS, COM TAMANHO MÍNIMO DE 80 X 120 CM?		
EXISTE, PELO MENOS, UM ASSENTO, MAIS LARGO E RESISTENTE QUE OS DEMAIS, DESTINADO A OBESOS?		

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			14 de 16

OS LIVROS, NAS PRATELEIRAS, PODEM SER ALCANÇADOS PELAS CRIANÇAS MENORESE PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS?		
O BALCÃO DE EMPRÉSTIMO PERMITE QUE UMA PESSOA EM CADEIRA DE RODASO UTILIZE, OU SEJA, O BALCÃO É MAIS BAIXO E COM RECUO PARA AS PERNAS? (ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE SUPERIOR ENTRE 0,75 E 0,85M / ALTURA DO PISOÀ SUPERFÍCIE INFERIOR COM NO MÍNIMO 0,73M/ PROFUNDIDADE LIVRE SOB ASUPERFÍCIE INFERIOR MÍNIMA DE 0,30M)		
5.9 –SANITÁRIOS		
EXISTE, PELO MENOS, UM SANITÁRIO FEMININO E UM MASCULINO COM VASOSANITÁRIO E LAVATÓRIO ACESSÍVEL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NA ESCOLA?		
OS SANITÁRIOS ACESSÍVEIS ESTÃO LOCALIZADOS EM PAVIMENTOS AOS QUAIS ÉPOSSÍVEL CHEGAR COM AUXÍLIO DE CADEIRA DE RODAS?		
OS VÃOS DE ABERTURA DAS PORTAS POSSUEM UMA LARGURA DE, NO MÍNIMO,0,80M?		
AS MAÇANETAS DAS PORTAS SÃO ADEQUADAS? (DO TIPO ALAVANCA E INSTALADAENTRE 0,80 E 1,10M DO PISO ACABADO)		
OS INTERRUPTORES POSSUEM ALTURAS ADEQUADAS? (INSTALADOS ENTRE 0,60 E1,00M DO PISO ACABADO)		
É POSSÍVEL PARA UMA PESSOA, EM CADEIRA DE RODAS, CIRCULAR PELO <u>SANITÁRIO MANOBRAR</u> SUA CADEIRA, ACESSAR O BOXE E O LAVATÓRIO?		
EXISTE, PELO MENOS, UM LAVATÓRIO SUSPENSO, SEM ARMÁRIO OU COLUNA, PARAPOSSIBILITAR A APROXIMAÇÃO DE UMA CADEIRA DE RODAS? (ALTURA DO PISO ÀSUPERFÍCIE SUPERIOR ENTRE 0,75 E 0,85M / ALTURA DO PISO À SUPERFÍCIE INFERIORCOM NO MÍNIMO 0,73M/ PROFUNDIDADE LIVRE SOB A SUPERFÍCIE INFERIORMÍNIMA DE 0,30M)		
AS TORNEIRAS DESSE LAVATÓRIO SÃO FACILMENTE MANUSEADAS POR UMA PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA NAS MÃOS? (TIPO ALAVANCA, SENSOR ELETRÔNICOOU SIMILAR)		
OS ACESSÓRIOS DO LAVATÓRIO, COMO TOALHEIRO, CESTO DE LIXO, ESPELHO, <u>SABONETEIRA ESTÃO</u> INSTALADOS A UMA ALTURA E DISTÂNCIA ACESSÍVEIS A UMACRIANÇA OU UMA PESSOA EM CADEIRA DE RODAS? (ALTURA ENTRE 0,80 E 1,20M)		
O ASSENTO DO VASO SANITÁRIO ESTÁ A UMA ALTURA ENTRE 43 E 46 <u>CENTÍMETROS</u> (OU 0,36M NO CASO DE SANITÁRIO INFANTIL)?		
NO CASO DE BOXE ACESSÍVEL, A PORTA ABRE TOTALMENTE PARA FORA, SEM ENCONTRARNENHUM OBSTÁCULO?		
AS BARRAS DE APOIO DA BACIA ENCONTRAM-SE INSTALADAS CONFORME IMAGENS ABAIXO?		

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			15 de 16

	<p>OBS: NO CASO DE INSTALAÇÕES DE BARRAS DE APOIO DIFERENTES DOS EXEMPLOS ACIMA, CONSULTAR SEÇÃO 7 DA NBR 9050/2015.</p>
<p>BANHEIRO ACESSIVEL</p>	<p>BANHEIRO ACESSIVEL</p>
<p>AS BARRAS DE APOIO DO LAVATÓRIO ENCONTRAM-SE INSTALADAS CONFORME IMAGENS ABAIXO?</p>	
	<p>OBS: NO CASO DE INSTALAÇÕES DE BARRAS DE APOIO DIFERENTES DOS EXEMPLOS ACIMA, CONSULTAR SEÇÃO 7 DA NBR 9050/2015.</p>
<p>BANHEIRO ACESSIVEL</p>	<p>BANHEIRO ACESSIVEL</p>

CHECKLIST ESCOLAS			
NOME DA ESCOLA			
ENDEREÇO			
NOME ACOMPANHANTE			
FUNÇÃO NA ESCOLA			
CONTATO	Data	Responsável	Página
			16 de 16

A ÁREA LIVRE, AO REDOR DO MICTÓRIO, TEM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,20 X 0,80M E TEM INSTALADAS BARRAS DE APOIO CONFORME IMAGENS ABAIXO?			
<p>A área livre, ao redor do mictório, tem dimensões mínimas de 1,20 x 0,80m e tem instaladas barras de apoio conforme imagens abaixo?</p>  <p>Figura 119 – Mictório suspenso</p> <p>Figura 120 – Mictório de piso – Bala Frontal</p>			
FOTO	FOTO		

APÊNDICE B - CONVITE AOS GESTORES ATUANTES EM 2019 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)



**ACESSIBILIDADE
ARQUITETÔNICA**
NO AMBIENTE ESCOLAR:

ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ-PE
CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
(PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL

19 de Dezembro às 17h
Secretaria Municipal de Educação

Convidamos **gestoras e gestores**
das Escolas Municipais de Gravatá
para participar de um Whorkshop
sobre acessibilidade arquitetônica
no ambiente escolar, e de uma
pesquisa que resultará na
elaboração de uma cartilha
educativa, sobre a utilização do
recurso financeiro Federal do
Programa Dinheiro Direto na
Escola - Escola Acessível



 **PREFEITURA MUNICIPAL**
GRAVATÁ
AGORA E CRESCIMENTO

 **UNIVERSIDADE**
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

APÊNDICE C - APRESENTAÇÃO DO WORKSHOP PARA OS GESTORES ATUANTES EM 2019 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

NO AMBIENTE ESCOLAR:

ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ-PE CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL

Pesquisa com os Gestores das Escolas Municipais de Gravata

PREFEITURA MUNICIPAL GRAVATÁ
AGORA É CRESCIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**ACESSIBILIDADE
ARQUITETÔNICA**

NO AMBIENTE ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ-PE
CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
(PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL

WORKSHOP

Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins

PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA E CRESCIMENTO

UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

**ACESSIBILIDADE
ARQUITETÔNICA**

NO AMBIENTE ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ-PE
CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
(PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL

**Pesquisa com os Gestores e Gestoras
das Escolas Municipais de Gravata**

Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins

PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA E CRESCIMENTO

UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins

PREFEITURA MUNICIPAL GRAVATÁ
AGORA E CRESCIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA



@mestradojessicalira

Primeira Etapa - Gestores e Gestoras das Escolas Municipais de Gravatá

Segunda Etapa - Gestores e Gestoras das Escolas Municipais de Gravatá



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins

PREFEITURA MUNICIPAL GRAVATÁ
AGORA E CRESCIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO



ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

PARTE I
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA
 NO AMBIENTE ESCOLAR
PROPOSTA DE PROJETO DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ (PE) COM O PROGRAMA JORNADA URBANA NA ESCOLA (JOURNÉE - ESCOLA ACESSÍVEL)

Acessibilidade Arquitetônica
 Setores e Gestores das Escolas Municipais de Gravatá

Obrigado

Endereço de e-mail *

Seu e-mail:

Você sabe o que é acessibilidade arquitetônica? *



Não
 Sim
 Talvez

Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
 AGORA É CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.




Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
 AGORA É CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA É CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA É CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA E CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS AMBIENTAIS FÍSICAS NAS RESIDÊNCIAS, NOS EDIFÍCIOS, NOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS.



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA E CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

NORMA
BRASILEIRA

ABNT NBR
9050

NORMA
BRASILEIRA

ABNT NBR
16537

Terceira edição
11.09.2015

Válida a partir de
11.10.2015

Primeira edição
27.06.2016



**Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços
e equipamentos urbanos**

Accessibility to buildings, equipment and the urban environment

**Acessibilidade — Sinalização tátil no piso —
Diretrizes para elaboração de projetos e
instalação**

*Accessibility — Tactile walking surface indicator — Technical parameters
for project and installation*

Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

MARIO 001000 ●x00 WORLD 1-1 TIME 399



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA



@mestradojessicalira

Primeira Etapa - Gestores e Gestoras das Escolas Municipais de Gravatá

Segunda Etapa - Gestores e Gestoras das Escolas Municipais de Gravatá



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA É CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



PARTE II

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA
NO AMBIENTE ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ-PE
CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA
ESCOLA (PDDO) – ESCOLA ACESSEÍVEL

Ferramenta Constelação de Atributos

Gestores e Gestoras das Escolas Municipais de Gravatá

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa em UMA escola com acessibilidade arquitetônica?

Texto de resposta longa

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa na SUA escola com acessibilidade arquitetônica?

Texto de resposta longa

Você sabe quais ações são permitidas com a utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola - Acessibilidade?

- Sim
 Não

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA É CRESCIMENTO



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

**MUITO OBRIGADO POR
RESPONDER A NOSSA
PESQUISA!**

**SUA PARTICIPAÇÃO É
MUITO IMPORTANTE!**



Mestranda: Jessica Fabiola Gonçalves Lira
Orientadora: Profa. Dra. Laura Bezerra Martins



PREFETURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AÇÃO E CRESCIMENTO



**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO**

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ ATUANTES NO ANO DE 2019

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)



Gestores das escolas Municipais de Gravatá - PE, em 2019

Essa pesquisa tem como objetivo desenvolver uma cartilha guia para facilitar a utilização da verba disponível para pequenos reparos na acessibilidade arquitetônica das escolas contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Acessibilidade. Para a elaboração do roteiro desta cartilha, vamos ter como base o mapeamento e diagnóstico das condições físicas nas escolas favorecidas como o recurso de 2013 a 2019 e também mediante de dados coletados sobre ponto de vista dos usuários do ambiente escolar com deficiência física e visual, dos pais/responsáveis e educadores de apoio a esses alunos e também dos responsáveis por manusear esse recurso e educadores de apoio desses alunos, no município de Gravatá- PE.

*Obrigatório

Você sabe o que é acessibilidade arquitetônica? *

- Sim
- Não
- Talvez

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa em UMA escola com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa na SUA escola com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

Você sabe quais ações são permitidas com a utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola - Acessibilidade? *

Sim

Não

Enviar

Página 1 de 1

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS E FUNCIONÁRIOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL QUE ESTUDEM/ TRABALHAM NAS ESCOLAS QUE UTILIZARAM O RECUSO

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)



PDDE - Acessibilidade: Alunos e funcionários com deficiência física e/ou visual que estudem/ trabalham nas escolas que utilizaram o recuso.

Essa pesquisa tem como objetivo desenvolver uma cartilha guia para facilitar a utilização da verba disponível para pequenos reparos na acessibilidade arquitetônica das escolas contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Acessibilidade. Para a elaboração do roteiro desta cartilha, vamos ter como base o mapeamento e diagnóstico das condições físicas nas escolas favorecidas como o recurso de 2013 a 2019 e também mediante de dados coletados sobre ponto de vista dos usuários do ambiente escolar com deficiência física e visual, dos pais/responsáveis e educadores de apoio a esses alunos e também dos responsáveis por manusear esse recurso e educadores de apoio desses alunos, no município de Gravatá- PE.

*Obrigatório

Você é? *

- Aluno
- Funcionário

Qual deficiência? *

Física

Visual

Você sabe o que é acessibilidade arquitetônica? *

Sim

Não

Talvez

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa em UMA escola com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa na SUA escola com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

APÊNDICE F - CONVITE AOS ALUNOS E PAIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL EM ATENDIMENTO NO CENTRO DE INCLUSÃO DE GRAVATÁ - CIG

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)

**ACESSIBILIDADE
ARQUITETÔNICA**

NO AMBIENTE ESCOLAR:

ESTUDO DE CASO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ-PE
CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
(PDDE) – ESCOLA ACESSÍVEL

20 de Dezembro às 14h
CIG - Centro de Inclusão de Gravata

Convidamos pais e/ou responsáveis das crianças com deficiência física ou visual para participar de uma pesquisa que resultará na elaboração de uma cartilha educativa, sobre como utilizar os recursos financeiros Federal do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE - Escola Acessível.

 PREFEITURA MUNICIPAL
GRAVATÁ
AGORA É CRESCIMENTO

 UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS E RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL ATENDIDOS PELO CENTRO DE INCLUSÃO DE GRAVATÁ

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)



**ACESSIBILIDADE
ARQUITETÔNICA**
NO AMBIENTE
ESCOLAR

CIG - Alunos e Responsáveis dos Alunos com deficiência física e/ou visual atendidos pelo CENTRO DE INCLUSÃO DE GRAVATÁ

Essa pesquisa tem como objetivo desenvolver uma cartilha guia para facilitar a utilização da verba disponível para pequenos reparos na acessibilidade arquitetônica das escolas contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Acessibilidade. Para a elaboração do roteiro desta cartilha, vamos ter como base o mapeamento e diagnóstico das condições físicas nas escolas favorecidas como o recurso de 2013 a 2019 e também mediante de dados coletados sobre ponto de vista dos usuários do ambiente escolar com deficiência física e visual, dos pais/responsáveis e educadores de apoio a esses alunos e também dos responsáveis por manusear esse recurso e educadores de apoio desses alunos, no município de Gravatá- PE.

*Obrigatório

Você é? *

Aluno

Responsável pelo aluno

Qual o tipo de deficiência? *

Física

Visual

Você sabe o que é acessibilidade arquitetônica? *

Sim

Não

Talvez

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa em UMA escola com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa na SUA escola com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

APÊNDICE H - QUESTIONÁRIO APLICADO VIA WHATSAPP PARA OS DOCENTES PERTENCENTES AO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)



DOCENTE PERTENCENTE AO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ-PE

Essa pesquisa tem como objetivo desenvolver uma cartilha guia para facilitar a utilização da verba disponível para pequenos reparos na acessibilidade arquitetônica das escolas contempladas com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Acessibilidade. Para a elaboração do roteiro desta cartilha, vamos ter como base o mapeamento e diagnóstico das condições físicas nas escolas favorecidas como o recurso de 2013 a 2019 e também mediante de dados coletados sobre ponto de vista dos usuários do ambiente escolar com deficiência física e visual, dos pais/responsáveis e educadores de apoio a esses alunos e também dos responsáveis por manusear esse recurso e educadores de apoio desses alunos, no município de Gravatá- PE.

***Obrigatório**

Qual sua função? *

- Gestor(a)
- Coordenador(a)
- Professor(a)
- Professor(a) auxiliar
- Outros

Você sabe o que é acessibilidade arquitetônica? *

- Sim
- Não
- Talvez

Assista ao vídeo para responder as próximas perguntas



Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa NUMA escola com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

Quais as imagens ou ideias que lhe vêm à mente quando você pensa na SUA ESCOLA com acessibilidade arquitetônica? *

Sua resposta

**APÊNDICE I - CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DINHEIRO
DIRETO NA ESCOLA – ACESSIBILIDADE**

Autor: Desenvolvido pela autora (2019)

JESSICA FABIOLA GONÇALVES LIRA

LAURA BEZERRA MARTINS

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

NO AMBIENTE ESCOLAR

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - ACESSIBILIDADE



RECIFE

2020

JESSICA FABIOLA GONÇALVES LIRA
LAURA BEZERRA MARTINS

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA
NO AMBIENTE ESCOLAR:**

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-ACESSIBILIDADE

RECIFE
2020

ILUSTRAÇÃO
RAFAEL FREITAS DE MEDONÇA

AGRADECIMENTOS

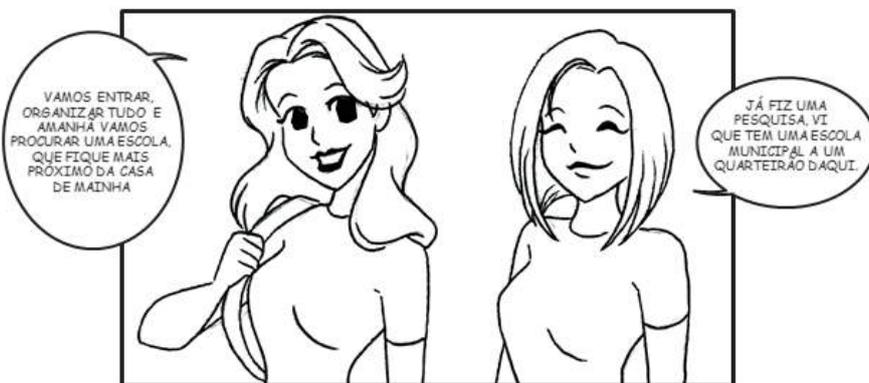




APRESENTAÇÃO

ESTA CARTILHA FOI DESENVOLVIDA COM BASE NA PESQUISA DO TEMA PRINCIPAL: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ESPECIALMENTE FÍSICA E VISUAL, NAS UNIDADES ESCOLARES QUE UTILIZAM O RECURSO FINANCEIRO DO PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL NO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ - PE. O ESTUDO OBJETIVOU MAPEAR E DIAGNOSTICAR, VERIFICANDO SE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS ESTAVAM DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 9050/2015. ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO TÉCNICO, INVESTIGOU-SE A PERCEPÇÃO DO AMBIENTE E O CONHECIMENTO RELACIONADOS À ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DOS GESTORES ATUANTES EM 2019, COMO TAMBÉM, DO QUADRO EFETIVO DE DOCENTES E DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA QUE UTILIZAM AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ. COM BASE NO LEVANTAMENTO REALIZADO, FOI ELABORADA ESTA CARTILHA GUIA COM A FINALIDADE DE DAR CONHECIMENTO A TODA COMUNIDADE DOCENTE, EM ESPECIAL AOS DIRETORES DAS ESCOLAS, NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA ALÉM DE DIRECIONAR OS RESPONSÁVEIS PELA UTILIZAÇÃO DO RECURSO PDE - ESCOLA ACESSÍVEL, NOS PROJETOS DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA, NÃO SÓ DA REDE MUNICIPAL DE GRAVATÁ-PE, MAS A TODOS QUE VENHAM A TER ACESSO A ESTE MATERIAL.

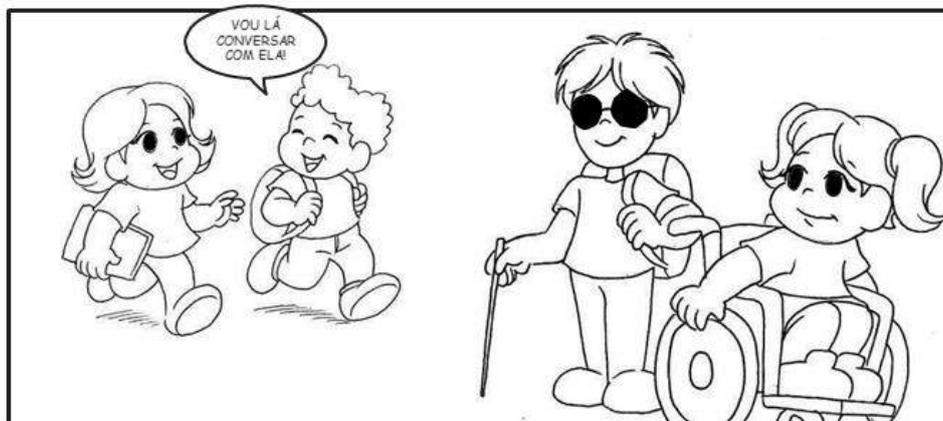








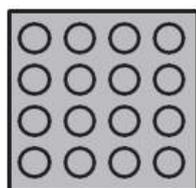




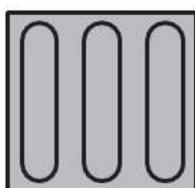




PELOS DESENHOS QUE EXISTEM NELES. SÃO DOIS TIPOS: O DE BOLINHA, CHAMADO PISO ALERTA E O DE TRACINHO, CHAMADO PISO DIRECIONAL

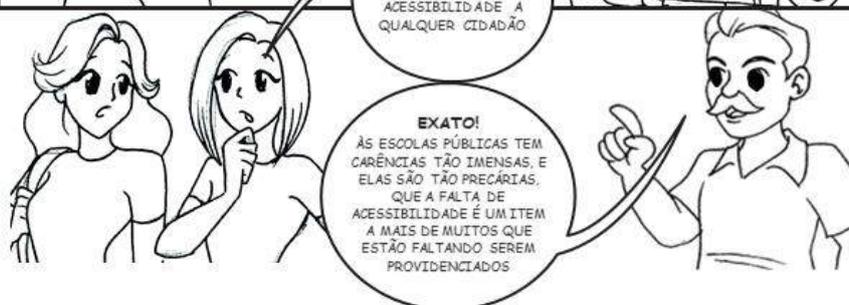


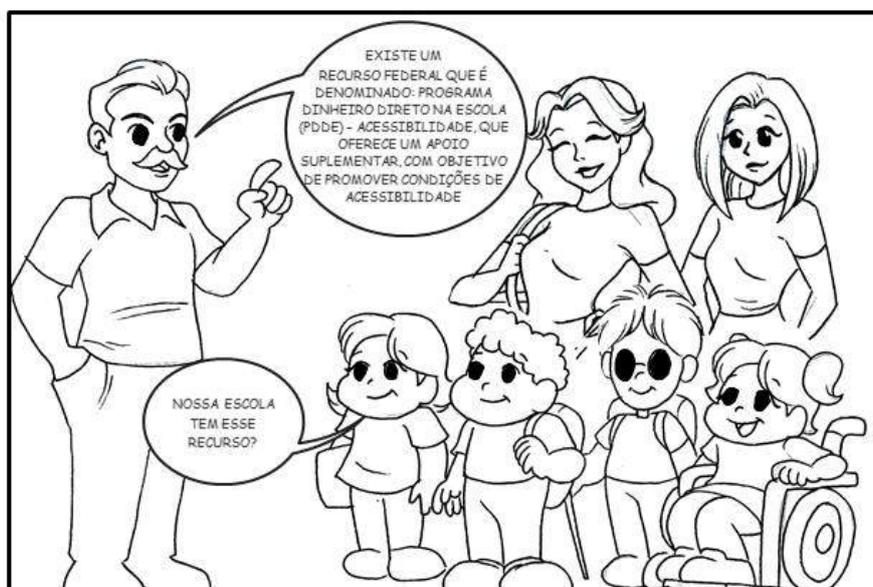
PISO ALERTA



PISO DIRECIONAL

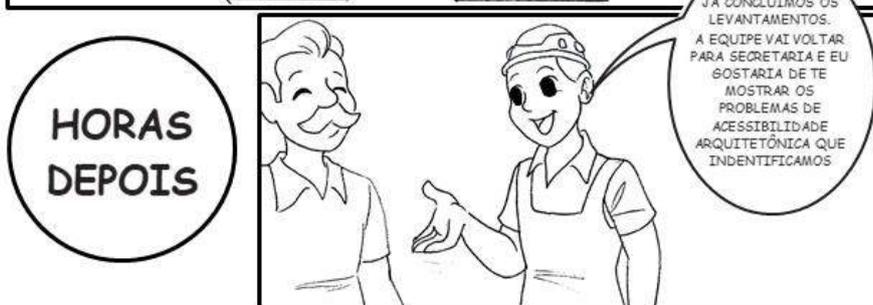


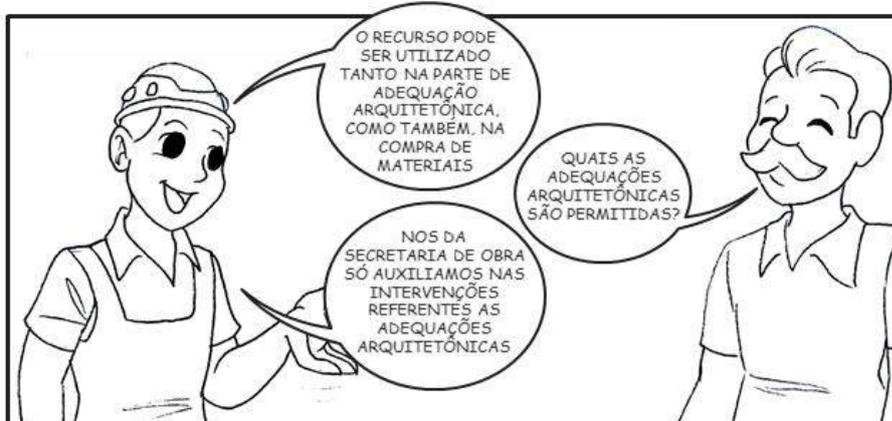










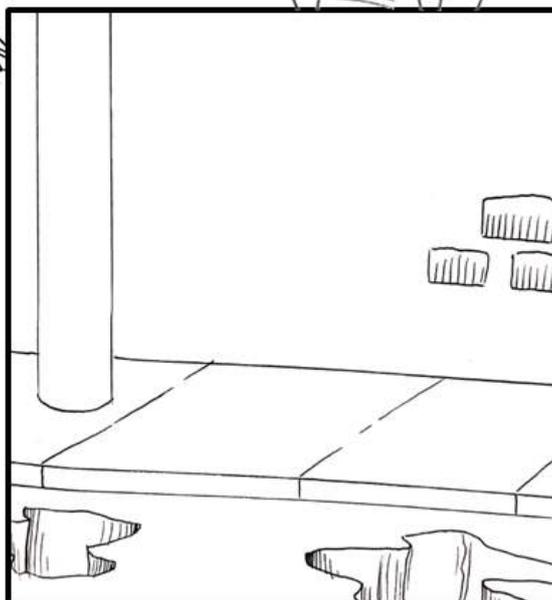




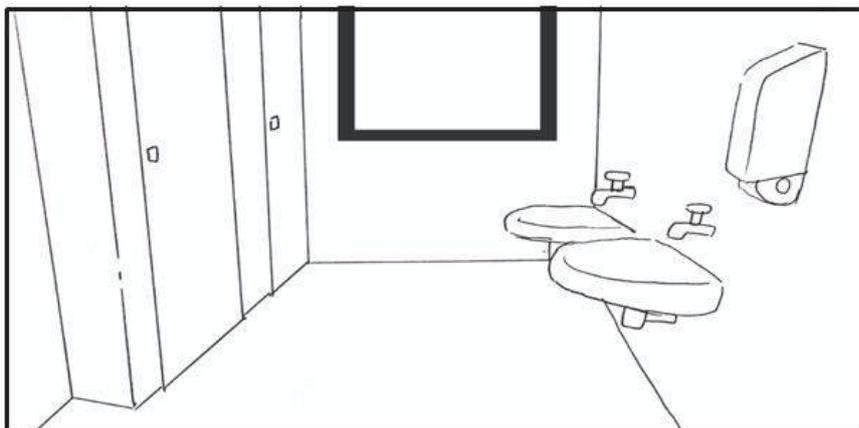


VIAS DE ACESSO À ESCOLA:

- AS CALÇADAS SÃO SEM REBAIXAMENTO EM FRENTE À ESCOLA, JUNTO À FAIXA DE PEDESTRE, IMPOSSIBILITANDO A TRAVESSIA DE PESSOAS EM CADEIRA DE RODAS;
- CALÇADAS SEM PAVIMENTAÇÃO OU COM BURACOS E DEGRAUS.







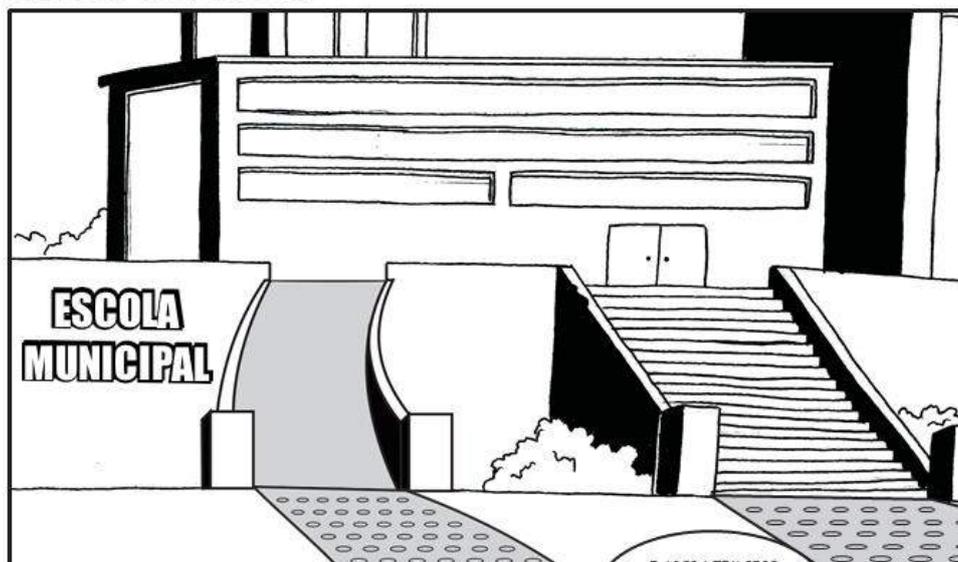
SANITÁRIOS:

- PORTA DOS SANITÁRIOS MUITO ESTREITAS PARA PASSAGEM DE UMA CADEIRA DE RODAS;
- ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DENTRO DO SANITÁRIO MUITO APERTADO PARA UMA PESSOA MANOBRAR A CADEIRA DE RODAS ATÉ O VASO SANITÁRIO E O LAVATÓRIO;
- NÃO EXISTE LAVATÓRIO, VASO SANITÁRIO E DESCARGA EM ALTURA ADEQUADA PARA CRIANÇAS DE BAIXA ESTATURA;
- MAÇANETA E TORNEIRA DE DIFÍCIL MANUSEIO POR PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA NAS MÃOS;
- DESNÍVEL MUITO GRANDE E SEM RAMPA ENTRE O BANHEIRO E A CIRCULAÇÃO.

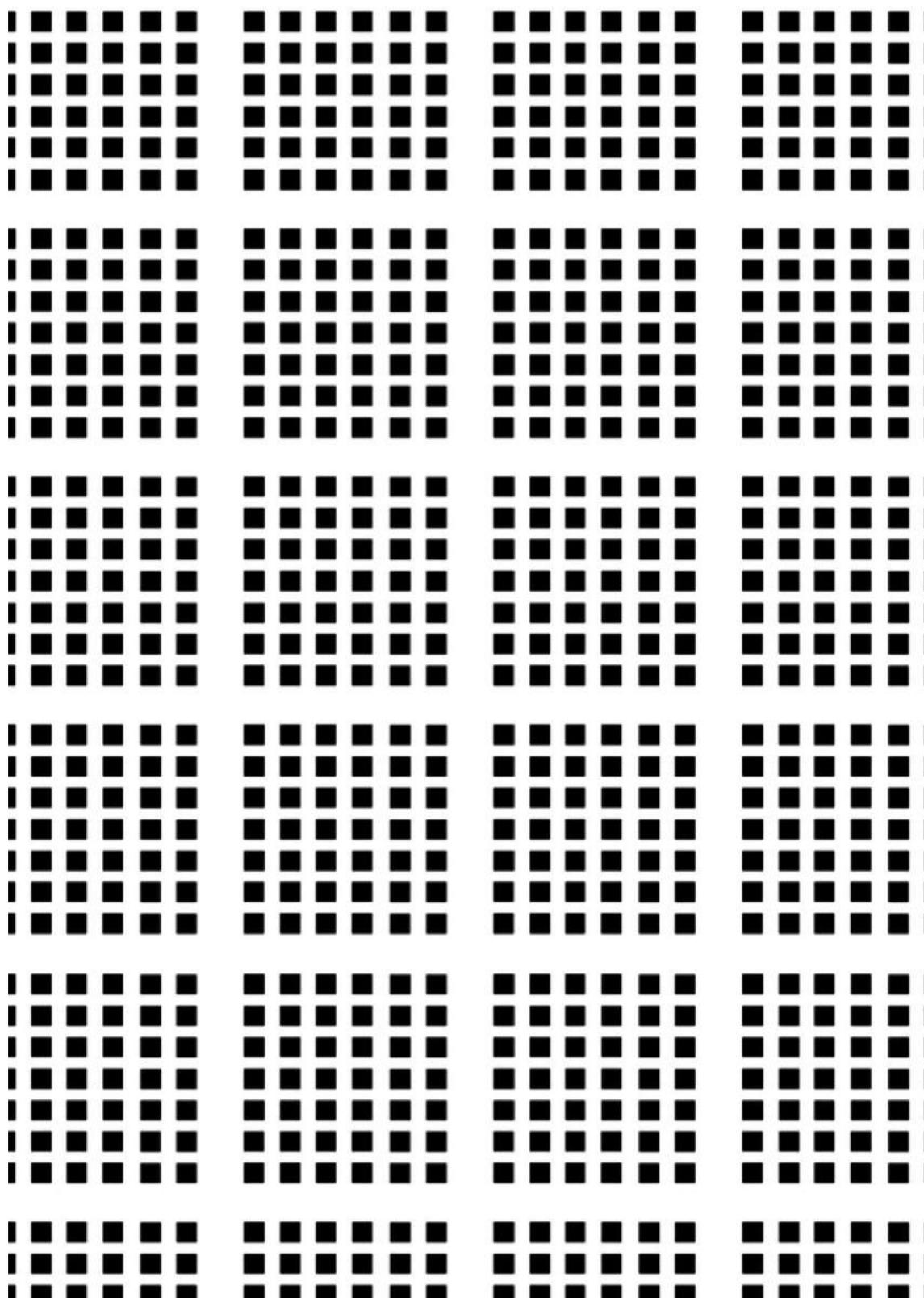




MESES DEPOIS...



Fim...



ANEXO A - NOME E ENDEREÇO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GRAVATÁ

Fonte: Secretaria de Educação



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/GRAVATÁ

ZONA URBANA		
Nº	ESCOLA	ENDEREÇO
01	Escola Municipal da Serra	Av. Cícero Batista de Oliveira, 1350 - km 79 lado par (BR 232) Campos do Jordão - Gravata/PE CEP 55640-525
02	Escola Municipal da Ilha	Ilha Energética, s/nº - Jucá - Gravata/PE - CEP 55640-000
03	Centro de Formação do Menor Carmem de Oliveiras Silva/ODIP	Fazenda Sampaio, s/nº - Fazenda Sampaio - Gravata/PE CEP 55640-000
04	Escola Adalgisa Gonçalves Soares da Silva	Rua São Pedro, s/nº - Bairro Novo - Gravata/PE - CEP 55643-070
05	Escola Amenayde Farias do Rego Barros	Rua Sete de Setembro, s/nº Boa Vista - CEP 55644-150
06	Escola Capitão José Primo de Oliveira	Av. Joaquim Didier, s/nº - Cruzeiro - Gravata/PE - CEP 55644-190
07	Escola Cônego Eugênio Vilanova	Rua 17 nº 182 Cohab II - Gravata/PE CEP 55640-000
08	Escola Edgar Nunes Batista	Av. Governador Agamenon Magalhães, 182 - Prado - Gravata/PE - CEP 55642-210
09	Escola Irmã Judith Ferreira Leite	Travessa Padre Augusto Soares, 367 - Bairro Novo - Gravata/PE - CEP 55643-305
10	Escola Jesus Pequenino	Rua José Sebastião Filho, s/nº Nossa Senhora das Graças - Gravata/PE CEP 55641-824
11	Escola Maria Alice da Veiga Pessoa	Vila Maria Auxiliadora, s/nº - Maria Auxiliadora - Gravata/PE CEP 55640-000
12	Escola Monsenhor José Elias de Almeida (CAIC)	Av. Agenor Peixoto, s/nº Riacho do Mel - Gravata/PE CEP 55640-000
13	Escola Paulo Bezerra	Rua Joaquim Souto, s/nº Nossa Senhora das Graças - Gravata/PE - CEP 55641-792



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/GRAVATÁ

ZONA RURAL		
Nº	ESCOLA	ENDEREÇO
01	Escola Ana Camilo da Silva	Sítio olho D'água dos Mucós (Setor: BR 232)
02	Escola José Ricardo de Almeida	Sítio Ebenezer - Setor: BR 232 - Gravatá/PE
03	Escola Maria Francisca da Silva	Sítio Casa Nova - Setor: BR 232 - Gravatá/PE
04	Escola Padre José de Anchieta	Sítio Carapotós - Setor BR 232 Gravatá/PE
05	Escola Princesa Isabel	Sítio Casa Nova - Setor: BR 232 - Gravatá/PE
06	Escola Santana	Assentamento Santo Antônio - Setor BR 232 Gravatá/PE
07	Escola Marechal Costa e Silva	Sítio Volta do Rio - Setor: BR 232 Gravatá/PE
08	Escola Belarmina Cavalcante Gouveia	Sítio Valentim - Setor: Valentim - Gravatá/PE
09	Escola Inocência de Farias	Sítio Serra das Caraíbas Setor: Valentim - Gravatá/PE
10	Escola Jair de Brito	Sítio Floresta - Setor: Valentim Gravatá/PE
11	Escola Manoel Lacerda de Almeida	Sítio Lagoa do Fernando - Setor: Valentim Gravatá/PE
12	Escola Olívia Maria da Conceição	Sítio Esquerdo - Setor: Valentim Gravatá/PE
13	Escola Maria Auxiliadora de Farias Carneiro	Sítio Várzea Grande - Setor: Avencas Gravatá/PE
14	Escola Santo Antônio	Sítio Carotá - Setor: Avencas Gravatá/PE
15	Escola José Batista de Melo	Distrito de Avencas - Setor: Avencas Gravatá/PE
16	Escola José Batista de Melo (anexo)	Sítio Telha Branca - Setor: Avencas Gravatá/PE
17	Escola Francisco Galdino Chaves	Distrito de Russinhas - Setor: Russinhas Gravatá/PE
18	Escola Jesus, Maria e José (anexo da Escola Francisco Galdino Chaves)	Sítio Maria Isabel - Setor: Russinhas Gravatá/PE
19	Escola Rubens Assis	Sítio Lagoa do Costa - Setor: Russinhas Gravatá/PE
20	Escola Dom Pedro I	Sítio Campininha - Setor: Três Vendas Gravatá/PE
21	Escola Frei Damião de Bozzano	Sítio Titara - Setor: Três Vendas Gravatá/PE
22	Escola Dom Ricardo de Castro Vilela	Sítio São Severino - Setor: São Severino I Gravatá/PE



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/GRAVATÁ

23	Escola José Claudino Salgado	Sítio Brejo Velho - Setor: São Severino I Gravata/PE
24	Escola Municipal de Camocim	Sítio Camocim - Setor: São Severino I Gravata/PE
25	Escola Santa Maria Gorete	Sítio Cumbe - Setor: São Severino I Gravata/PE
26	Escola Padre Machado	Sítio Várzea Grande - Setor: São Severino II Gravata/PE
27	Escola Santa Luzia	Sítio Águas Claras - Sítio Várzea Grande - Setor: São Severino II Gravata/PE
28	Escola Josefa Coelho de Lucena	Sítio Resina - Setor: São Severino II Gravata/PE
29	Escola Manoel Alves da Silva	Sítio Limeira - Setor: São Severino II Gravata/PE
30	Escola Manoel Francisco da Silva	Sítio Sarampo - Setor: Mandacaru I Gravata/PE
31	Escola Professor Aderbal Jurema	Distrito de Mandacaru - Setor: Mandacaru II Gravata/PE
32	Escola Intermediária João Paulo I	Distrito de Mandacaru - Setor: Mandacaru II Gravata/PE
33	Escola Ana Belamina de Arruda	Sítio Locas - Setor: Uruçu-Mirim Gravata/PE
34	Escola Honório de Abreu Peixoto	Distrito de Uruçu-Mirim - Gravata/PE
35	Escola Intermediária Dom Paulo H. de Souza Libório	Distrito de Uruçu-Mirim - Gravata/PE

ANEXO B - LEVANTAMENTO DE DADOS PARA O CENSO 2019

Fonte: Centro de Inclusão de Gravata e Secretaria de Educação



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - GRAVATÁ - PE CENSO 2019

Resultados Consolidados do Censo Escolar																													
Nº	ESCOLA	Pré-Escola		Ensino Fundamental									Educação de Jovens e Adultos						Total (Mat. Inicial)										
		Creche (0 a 3 anos)	Educação Infantil (4 a 5 anos)	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	EJA (Anos Iniciais)		EJA (Anos Finais)		Transporte	AABB Comunidade		Deficientes	AEE								
													I	II	III	IV						U	R						
01	ESCOLA ANA BELARMINA DE ARRUDA	-	06	08	01	02	03	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24					
02	ESCOLA ANA CAMILO DA SILVA	-	01	04	02	03	01	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	15				
03	ESCOLA ANTONIO AVELINO DO REGO BARRIOS	01	05	09	09	05	07	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40				
04	ESCOLA BELARMINA CAVALCANTE GOUVEIA	-	05	04	-	01	01	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	15				
05	ESCOLA DOM PEDRO I	-	04	06	04	05	04	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27				
06	ESCOLA DOM RICARDO DE CASTRO VILELA	12	13	12	09	15	10	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54	-	03	82			
07	ESCOLA ESPÍRITO SANTO DIVINO	01	05	06	08	05	11	07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	02	43			
08	ESCOLA FREI DAMIAO DE BOZZANO	01	02	06	01	03	03	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	03	18		
09	ESCOLA HONORIO DE ABBEU PEIXOTO	-	-	-	-	-	29	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	18	12	56	
10	ESCOLA INOCENCIO DE FARIAS	02	07	03	06	02	13	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	35		
11	ESCOLA JAIR DE BRITO	-	06	04	02	01	03	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	-	17	
12	ESCOLA JOSE RICARDO DE ALMEIDA	-	-	-	-	-	08	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	-	18	
13	ESCOLA JOSEFA COELHO DE LUCENA	-	07	04	03	05	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	23	
14	ESCOLA MANOEL ALVES DA SILVA	04	15	11	04	06	07	09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	56	
15	ESCOLA MANOEL FRANCISCO DA SILVA	-	09	06	07	04	07	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	09	-	02	02	37	
16	ESCOLA MANOEL LACERDA DE ALMEIDA	07	15	09	09	08	07	06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	-	-	61	
17	ESCOLA MANSAO DO SILENCIO E DA PAZ	28	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	-	-	58	
18	ESCOLA MARECHAL COSTA E SILVA	-	08	15	07	12	11	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	-	-	-	55	
19	ESCOLA MARIA FRANCISCA DA SILVA	-	06	08	08	04	06	06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	38	
20	ESCOLA MUNICIPAL DA ILHA	02	01	09	01	03	09	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	04	03	28	
21	ESCOLA MUNICIPAL DE CAMOCIM	-	17	07	09	09	07	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-	01	-	60	
22	ESCOLA OLIVIA MARIA DA CONCEICAO	-	04	02	01	02	04	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	
23	ESCOLA PADRE MACHADO	03	08	-	06	04	03	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	25	
24	ESCOLA PRINCESA ISABEL	-	12	13	08	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	-	05	01	48
25	ESCOLA RAINHA DO CEU	-	04	02	04	03	01	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	04	16	

26	ESCOLA RUBENS ASSIS	01	15	05	10	10	07	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	-	02	-	52			
27	ESCOLA SANTA LUZIA	01	05	07	06	03	05	09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	36			
28	ESCOLA SANTANA	-	03	05	01	02	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	14		
29	ESCOLA SANTO ANTONIO	01	12	04	03	03	02	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27			
30	ESCOLA SEVERINO BEZERRA DE LIMA	02	04	02	04	05	01	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	22			
31	ESCOLA TENENTE JOAO NORBERTO REGALADO	-	08	09	08	09	06	08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	48		
32	ESCOLA PROFESSOR ADERBAL JUREMA	-	41	32	36	26	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83	-	15	12	183			
33	ESCOLA PAULO BEZERRA	-	42	27	41	30	28	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	-	29	28	198			
34	ESC. INTER. D. PAULO HIPOLITO DE S. LIBORIO	-	24	23	28	26	-	-	38	32	20	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110	-	19	14	216		
35	CENTRO DE FOR. DO MINOR C. DE O. E SILVA	27	21	26	17	27	17	34	31	35	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51	03	-	39	32	259		
36	ESCOLA CONEGO EUGENIO VILA NOVA	-	08	13	19	20	17	33	70	66	51	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	08	74	-	39	31	336		
37	ESCOLA MULHERA JUDITH FERREIRA LEITE	-	77	47	74	85	90	53	-	-	-	-	-	-	25	38	39	32	-	-	-	-	-	-	-	-	54	48	560		
38	ESCOLA MONS. JOSE ELIAS DE ALMEIDA	72	121	65	57	62	77	51	92	74	64	45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	09	02	92	79	780		
39	ESCOLA INTERMEDIARIA JOAO PAULO I	-	-	-	-	-	-	27	60	57	30	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	118	-	16	14	208		
40	ESCOLA JESUS PEQUENINO	-	51	27	25	40	41	40	-	-	-	-	-	-	28	21	-	-	-	-	-	-	-	57	15	-	37	15	273		
41	ESCOLA JOSE BATISTA DE MELO	-	30	23	25	23	26	30	23	23	26	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	207	-	27	22	242		
42	ESCOLA MARIA ALICE DA VEIGA PESSOA	20	39	41	30	40	33	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	32	29	265	
43	ESCOLA MUNICIPAL DA SERRA	-	46	35	49	66	68	72	118	125	115	101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	516	203	07	61	52	795		
44	ESCOLA FRANCISCO GALDINO CHAVES	-	22	13	15	15	15	19	26	21	14	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	93	-	28	16	174		
45	ESCOLA MUR AMENAYDE FARIAS DO R. BARRIOS	-	-	-	-	-	-	-	207	191	191	186	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142	180	19	211	14	27	13	1097
46	ESCOLA ADALGISA GONCALVES S. DA SILVA	-	55	66	32	65	71	43	-	-	-	-	-	-	38	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	06	41	28	407	
47	ESCOLA CAPITAO JOSE PRIMO DE OLIVEIRA	-	-	24	20	46	69	69	109	125	100	75	19	27	75	69	05	118	38	41	37	827	-	-	-	-	-	-	-	827	
48	ESCOLA EDGAR NUNES BATISTA	-	35	27	24	22	21	50	96	119	93	73	33	33	81	75	68	115	22	20	05	782	-	-	-	-	-	-	-	782	
TOTAL		185	849	669	633	742	804	740	870	868	728	605	143	183	337	356	744	1749	99	672	503	8712	-	-	-	-	-	-	-	8712	

QUANTITATIVO DE ALUNOS POR MODALIDADE DE ENSINO CONFORME CONSTA NOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO CENSO ESCOLAR 2019

EDUCAÇÃO INFANTIL			ENSINO FUNDAMENTAL			EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		
CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL
185	849	1034	3588	3071	6659	326	693	1019
8712								